Município de Macapá
Diário Oficial

DECRETO Nº 526, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1991

Macapá - Amapá - 02 de outubro de 2026 - Nº 5387

PREFEITURA DE MACAPÁ

Pedro dos Santos Martins
Prefeito de Macapá, em exercício

Mario Rocha de Matos Neto
Vice-Prefeito de Macapá

Rui Ferro dos Santos
Secretário Municipal do Gabinete Civil

Nilzelene de Sá Galeno
Procuradora Geral do Município - PROGEM

Tarcizio Patrick da Silva Marques
Corregedor Geral do Muncípio - CORGEM

Jose Claudio Vilhena dos Santos
Comandante da Guarda Civil Municipal de Macapá - GCMM

SECRETARIAS / SECRETÁRIOS

Charles Elson Miranda Nascimento
Secretaria Municipal de Agricultura - SEMAG

Marcelo Moraes dos Santos
Secretaria Mun. de Articulação Institucional - SEMAI

Josely da Silva Nascimento
Secretaria Mun. de Assistência Social -- SEMAS

Joyce de Freitas Ferreira
Secretaria Municipal de Comunicação Social - SEMCOM

Jose Raimundo de Oliveira Cordeiro
Secretaria Mun. de Direitos Humanos e Cidadania- SEMDHC

Marilene Silveira Natividade
Secretaria Ext. Municipal de Desenvolvimento Integrado - SEMDI

Karina Alfaia de Azevedo
Secretaria Municipal de Educação - SEMED

Lara Shalita Araujo Amorim
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - SEMEL

Rainize Marques da Silva
Secretaria Municipal da Família - SEMFA

Jose Harlam Fernandes Aguiar
Secretaria Municipal de Finanças - SEMFI

Jamaira da Silva Ferreira
Secretaria Municipal de Governo - SEGOV

Gisele Fernandes de Oliveira
Secretaria Municipal de Gestão - SEMG

Savio Nunes Bordalo
Secretaria Mun. de Habitação e Ordenamento Urbano - SEMHOU

Denize do Carmo Colares Ferreira
Secretaria Municipal da Mulher - SEMMU

Jonattas Matheus Miranda da Silva
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Des. Sust. e Postura Urbana

Jose Maria Goes da Silva Filho
Secretaria Municipal de Mobilização e Participação Popular - SEMMPP

Silvia Letícia da Silva Luz Martins
Secretaria Municipal de Obras e Infra-estrutura Urbana - SEMOB

Diego Anderson Caldas Paula
Secretaria Municipal de Plan. Orçam. e Tec. da Informação - SEMPLA

Renilda Nascimento da Costa
Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA

Aline Monique Façanha Medeiros
Secretaria Municipal do Trabalho, Desenv. Econ. e Inovação

Jordhan Rafael Maia da Silva
Secretaria Municipal da Juventude

Secretaria Municipal de Transparencia e Controladoria - SEMTC

Jefferson Roney Oliveira da Silva
Secretaria Municipal de Vigilância em Saúde - SEMVS

Gisvando Ferreira de Carvalho
Secretaria Municipal de Zeladoria Urbana - SEMZUR

AUTARQUIAS

Eden Quaresma Barbosa
Diretor(a) Presidente da Macapá Previdência - MACAPAPREV

Maria Elisia Carmo Silva
Presidente do Instituto Municipal de Política Promoção de Igualdade Racial - IMPROIR

Manuele Costa Flexa
Diretora Presidente do Inst. Municipal de Turismo - MACAPATUR

COMPANHIAS

Michel Nascimento Braz
Diretor Presidente da Cia. de Transito e Transp. de Macapá - CTMAC

Alexander Bruno Matos dos Santos
Presidente da Cia. de Iluminação Publica, Energia Sustentavél e Saneamento - CIPEMAC

EMPRESAS PÚBLICAs

Lana do Socorro Dias Picanço (Liquidante)
Diretora Presidente da EMDESUR

FUNDAÇÕES

Samanta Rangel Gaspar Ponte
Diretor(a) Presidente da Fundação Bioparque da Amazônia

Alegna Teixeira Nazario Greidinger Modesto
Diretora Presidente da Fundação Municipal de Cultura - FUMCULT

REPRESENTAÇÃO

Mauro Dias da Silveira Junior
Representante Mun. em Brasilia

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município - DOM, é publicado regularmente com data e numeração sequencial no endereço:

https://macapa.ap.gov.br/diarios-oficiais/

A divisão de Imprensa Oficial do Município da Coordenadoria de Logística e Secretaria Municipal de Gestão é responsável de receber diariamente as matérias vias sistema 1DOC, encaminhadas pelos titulares dos órgãos e entidades do Município de Macapá para o Gabinete do Secretário de Gestão.

Para atender o regulamento do programa utilizado para a publicação do D.O.M., as matérias encaminhadas serão recebidas até as 17:00 horas dos dias úteis e deverá obrigatóriamente obedecer as seguintes medidas: fonte Arial em negrito com 8 cm de largura, para duas colunas e 17 cm de largura para uma, nas especificações de balanços, tabelas e quadros.

SEMHOU

Edital de Convocação nº 157/2026

Processo Administrativo nº: 2072/2025 1 DOC
Requerente: NIVALDO ARANHA DA SILVA JUNIOR, CPF nº: 002.305.122-16 e MICHELLE JAMILLE RIBEIRO GOÉS, CPF nº: 012.860.752-11

A Secretaria Municipal de Habitação e Ordenamento Urbano, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 69 do Capítulo IV da Lei Complementar nº 136/2020 – PMM.

FAZ SABER, que tramita nesta Coordenadoria o Processo nº: **2072/2025 1 DOC, NIVALDO ARANHA DA SILVA JUNIOR, CPF nº: 002.305.122-16 e MICHELLE JAMILLE RIBEIRO GOÉS, CPF nº: 012.860.752-11,** manifesta interesse em adquirir a legitimação de lote **SEMHOU/PMM sob nº 12, da Quadra nº 63, do Setor nº 02, na SEMFI/PMM sob nº 196, da Quadra nº 136, do Setor nº 01, e no Cartório de Registro de imóveis "Eloy Nunes" sob nº 12, da Quadra nº 63, do Setor nº 02,** limitando-se pela Frente: com a Av. Cora de Carvalho, lado direito: com o lote nº 06, 07 e 08, lado esquerdo: com o lote nº 11 e com lote nº 10, fundos: com o lote nº 06, 07 e 08, e com o lote nº 10, **localizado NA AV. PROFESSORA CORA DE CARVALHO, 224 - CENTRAL, Send**o expedido o presente edital com a finalidade de **CONVOCAR, NIVALDO ARANHA DA SILVA JUNIOR, MANOEL DE JESUS GÓES DA SILVA, IRACEMA PONTES DA SILVA, NIVALDO ARANHA DA SILVA, e TERCEIROS,** com eventuais direitos sobre o lote identificado, para manifestação e impugnação, devendo comparecer à sede da **COORDENADORIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**, localizada na Rua Hildemar Maia, 1134 - Santa Rita, no horário de 08h às 14h, de Segunda a Sexta-feira, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de sua publicação, para apresentar suas razões por escrito e devidamente acompanhadas de documentos comprobatórios do direito de posse ou domínio. A ausência de manifestação no prazo assinalado implicará na continuidade do processo de legitimação, de acordo com o que autoriza o art. 2º da Lei nº 864/97.

Macapá, 03 de setembro de 2026.
SÁVIO NUNES BORDALO
Secretário Municipal de Habitação e Ordenamento Urbano
Decreto nº 1.234/2026-PMM

Edital de Convocação nº 158/2026

Processo Administrativo nº: 604/2025 1 DOC
Requerente: DORALINA DA SILVA RAMOS, CPF nº: 066.703.182-00

A Secretaria Municipal de Habitação e Ordenamento Urbano, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 69 do Capítulo IV da Lei Complementar nº 136/2020 – PMM.

FAZ SABER, que tramita nesta Coordenadoria o Processo nº: **604/2025 1 DOC, DORALINA DA SILVA RAMOS, CPF nº: 066.703.182-00,** manifesta interesse em adquirir a legitimação de lote **SEMHOU/PMM sob nº 250 (ant. 50), da Quadra nº 21, do Setor nº 21, na SEMFI/PMM sob nº 252, da Quadra nº 339, do Setor nº 07, e no Cartório de Registro de imóveis "Eloy Nunes" sob nº 20, da Quadra nº 21, do Setor nº 21,** limitando-se pela Frente: com a Av. Anete Gomes da Silva, lado Direito: com o lote nº 21, lado Esquerdo: com o lote nº 19, Fundos: com o lote nº 12, **localizado NA AV. ANETE GOMES DA SILVA, 30 - SÃO LAZARO, Send**o expedido o presente edital com a finalidade de **CONVOCAR, DORALINA DA SILVA RAMOS, REGINA LUCIA PEIXOTO PICANÇO, e TERCEIROS,** com eventuais direitos sobre o lote identificado, para manifestação e impugnação, devendo comparecer à sede da **COORDENADORIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**, localizada na Rua Hildemar Maia, 1134 - Santa Rita, no horário de 08h às 14h, de Segunda a Sexta-feira, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de sua publicação, para apresentar suas razões por escrito e devidamente acompanhadas de documentos comprobatórios do direito de posse ou domínio. A ausência de manifestação no prazo assinalado implicará na continuidade do processo de legitimação, de acordo com o que autoriza o art. 2º da Lei nº 864/97.

Macapá, 03 de setembro de 2026.
SÁVIO NUNES BORDALO
Secretário Municipal de Habitação e Ordenamento Urbano
Decreto nº 1.234/2026-PMM

Edital de Convocação nº 159/2026

Processo Administrativo nº: 059/2025 1 DOC
Requerente: LUCELINA DO SOCORRO SILVA DE SENA, CPF nº: 341.849.532-04

A Secretaria Municipal de Habitação e Ordenamento Urbano, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 69 do Capítulo IV da Lei Complementar nº 136/2020 – PMM.

FAZ SABER, que tramita nesta Coordenadoria o Processo nº: **059/2025 1 DOC, LUCELINA DO SOCORRO SILVA DE SENA, CPF nº: 341.849.532-04,** manifesta interesse em adquirir a legitimação de lote **SEMHOU/PMM sob nº 17, da Quadra nº 23, do Setor nº 04, na SEMFI/PMM sob nº 389, da Quadra nº 26, do Setor nº 01, e no Cartório de Registro de imóveis "Eloy Nunes" sob nº 17, da Quadra nº 23, do Setor nº 04,** limitando-se pela Frente: com a Avenida Raimundo Alvares da Costa, lado Direito: com o lote nº 18, lado Esquerdo: com o lote nº 16, Fundos: com o lote nº 10, **localizado NA AV. RAIMUNDO ALVARES DA COSTA, 1814 - CENTRAL, Send**o expedido o presente edital com a finalidade de **CONVOCAR, LUCELINA DO SOCORRO SILVA DE SENA, EDINO ALFREDO BRAGA CARAVLHO, ERMESON WILLIAN SENA CARAVLHO, DAYVISON LUCAS SENA CARVALHO, PRISCILA CAROLINE DE SENA CARVALHO, JERFESON BRUNO SENA CARVALHO, e TERCEIROS,** com eventuais direitos sobre o lote identificado, para manifestação e impugnação, devendo comparecer à sede da **COORDENADORIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**, localizada na Rua Hildemar Maia, 1134 - Santa Rita, no horário de 08h às 14h, de Segunda a Sexta-feira, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de sua publicação, para apresentar suas razões por escrito e devidamente acompanhadas de documentos comprobatórios do direito de posse ou domínio. A ausência de manifestação no prazo assinalado implicará na continuidade do processo de legitimação, de acordo com o que autoriza o art. 2º da Lei nº 864/97.

Macapá, 03 de setembro de 2026.
SÁVIO NUNES BORDALO
Secretário Municipal de Habitação e Ordenamento Urbano
Decreto nº 1.234/2026-PMM

Edital de Convocação nº 160/2026

Processo Administrativo nº: 1594/2025 1 DOC
Requerente: FABRICIO BENEVIDES DOS SANTOS, CPF nº: 584.417.192-68

A Secretaria Municipal de Habitação e Ordenamento Urbano, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 69 do Capítulo IV da Lei Complementar nº 136/2020 – PMM.

FAZ SABER, que tramita nesta Coordenadoria o Processo nº: **1594/2025 1 DOC, FABRICIO BENEVIDES DOS SANTOS, CPF nº: 584.417.192-68,** manifesta interesse em adquirir a legitimação de lote **SEMHOU/PMM sob nº 15, da Quadra nº 65, do Setor nº 01, na SEMFI/PMM sob nº 283, da Quadra nº 12, do Setor nº 01, e no Cartório de Registro de imóveis "Eloy Nunes" sob nº 02, da Quadra nº 65, do Setor nº 01,** limitando-se pela Frente: com a Av. Mateus Azevedo Coutinho, lado Direito: com os lotes nºs 63 (ant. 03) e 04, lado Esquerdo: com o lote nº 01, Fundos: com o lote nº 07, **localizado NA AV. MATEUS AZEVEDO COUTINHO, 175 - LAGUINHO, Send**o expedido o presente edital com a finalidade de **CONVOCAR, FABRICIO BENEVIDES DOS SANTOS, MARIO LUIZ BARATA, JOSÉ DOS SANTOS, e TERCEIROS,** com eventuais direitos sobre o lote identificado, para manifestação e impugnação, devendo comparecer à sede da **COORDENADORIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**, localizada na Rua Hildemar Maia, 1134 - Santa Rita, no horário de 08h às 14h, de Segunda a Sexta-feira, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de sua publicação, para apresentar suas razões por escrito e devidamente acompanhadas de documentos comprobatórios do direito de posse ou domínio. A ausência de manifestação no prazo assinalado implicará na continuidade do processo de legitimação, de acordo com o que autoriza o art. 2º da Lei nº 864/97.

Macapá, 03 de setembro de 2026.
SÁVIO NUNES BORDALO
Secretário Municipal de Habitação e Ordenamento Urbano
Decreto nº 1.234/2026-PMM

Edital de Convocação nº 161/2026

Processo Administrativo nº: 1766/2025 1 DOC
Requerente: ORCIR FERNANDO SOUSA DE OLIVEIRA, CPF nº: 593.150.242-49 e ELIENE LAMARÃO GOMES, CPF nº: 804.410.092-04

A Secretaria Municipal de Habitação e Ordenamento Urbano, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 69 do Capítulo IV da Lei Complementar nº 136/2020 – PMM.

FAZ SABER, que tramita nesta Coordenadoria o Processo nº: **1766/2025 1 DOC, ORCIR FERNANDO SOUSA DE OLIVEIRA, CPF nº: 593.150.242-49 e ELIENE LAMARÃO GOMES, CPF nº: 804.410.092-04,** manifesta interesse em adquirir a legitimação de lote **SEMHOU/PMM sob nº 16.1 da Quadra nº 90, do Setor nº 26, na SEMFI/PMM sob nº XXX, da Quadra nº 157, do Setor nº 08, e no Cartório de Registro de imóveis "Eloy Nunes" sob nº 16.1, da Quadra nº 90, do Setor nº 26,** limitando-se pela Frente: com a Av. Joaquim Silva Amaral, lado Direito: com o lote nº 16.2, lado Esquerdo: com o lote nº 16, Fundos: com o lote nº 15, **localizado NA AV. JOAQUIM AMARAL SILVA, S/N - JARDIM FELICIDADE, Send**o expedido o presente edital com a finalidade de **CONVOCAR, ORCIR FERNANDO SOUSA DE OLIVEIRA, ELIENE LAMARÃO GONMES, PEDRO PAULO SILVA DOS SANTOS, e TERCEIROS,** com eventuais direitos sobre o lote identificado, para manifestação e impugnação, devendo comparecer à sede da' **COORDENADORIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**, localizada na Rua Hildemar Maia, 1134 - Santa Rita, no horário de 08h às 14h, de Segunda a Sexta-feira, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de sua publicação, para apresentar suas razões por escrito e devidamente acompanhadas de documentos comprobatórios do direito de posse ou domínio. A ausência de manifestação no prazo assinalado implicará na continuidade do processo de legitimação, de acordo com o que autoriza o art. 2º da Lei nº 864/97.

Macapá, 03 de setembro de 2026.

SÁVIO NUNES BORDALO
Secretário Municipal de Habitação e Ordenamento Urbano
Decreto nº 1.234/2026-PMM

Edital de Convocação nº 162/2026

Processo Administrativo nº: 1470/2026 1 DOC
Requerente: SAULO RAMIRES RABELO TELES, CPF nº: 956.778.102-82

A Secretaria Municipal de Habitação e Ordenamento Urbano, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 69 do Capítulo IV da Lei Complementar nº 136/2020 – PMM.

FAZ SABER, que tramita nesta Coordenadoria o Processo nº: **1470/2026 1 DOC, SAULO RAMIRES RABELO TELES, CPF nº: 956.778.102-82,** manifesta interesse em adquirir a convalidação de memorial descritivo **SEMHOU/PMM sob nº Área, da Quadra nº Área, do Setor nº Área, na SEMFI/PMM sob nº XXX, da Quadra nº XXX, do Setor nº XXX, e no Cartório de Registro de imóveis "Eloy Nunes" sob nº XXX, da Quadra nº XXX, do Setor nº XXX,** limitando-se AO Norte : Com a Área de Terceiros; AO SUL : Com a Área de Terceiros; AO LESTE : Com a Rua Anastácio Galdence; AO OESTE : Com a Área de Terceiros, **localizado NA RUA: ANASTÁCIO GALDENCE, S/N - GOIABAL, Send**o expedido o presente edital com a finalidade de **CONVOCAR, SAULO RAMIRES RABELO TELES, MARTINHO BRITO DE SOUZA, SOLANGE RABELO TELES, e TERCEIROS,** com eventuais direitos sobre o lote identificado, para manifestação e impugnação, devendo comparecer à sede da **COORDENADORIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**, localizada na Rua Hildemar Maia, 1134 - Santa Rita, no horário de 08h às 14h, de Segunda a Sexta-feira, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de sua publicação, para apresentar suas razões por escrito e devidamente acompanhadas de documentos comprobatórios do direito de posse ou domínio. A ausência de manifestação no prazo assinalado implicará na continuidade do processo de legitimação, de acordo com o que autoriza o art. 2º da Lei nº 864/97.

Macapá, 03 de setembro de 2026.

SÁVIO NUNES BORDALO
Secretário Municipal de Habitação e Ordenamento Urbano
Decreto nº 1.234/2026-PMM

Edital de Convocação nº 163/2026

Processo Administrativo nº: 1154/2026 1 DOC
Requerente: MARIA GORETE DA SILVA PORTO, CPF nº: 237.629.692-72

A Secretaria Municipal de Habitação e Ordenamento Urbano, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 69 do Capítulo IV da Lei Complementar nº 136/2020 – PMM.

FAZ SABER, que tramita nesta Coordenadoria o Processo nº: **1154/2026 1 DOC, MARIA GORETE DA SILVA PORTO, CPF nº: 237.629.692-72,** manifesta interesse em adquirir a abertura de cadastro **SEMHOU/PMM sob nº Área, da Quadra nº Área, do Setor nº Área, na SEMFI/PMM sob nº 129, da Quadra nº 194, do Setor nº 05, e no Cartório de Registro de imóveis "Eloy Nunes" sob nº XXX, da Quadra nº XXX, do Setor nº XXX,** limitando-se AO Norte : Com a Área de Terceiros; AO SUL : Com a Área de Terceiros; AO LESTE : Com a Av. Setentrional; AO OESTE : Com a Área de Terceiros**, localizado NA AV. SETENTRIONAL, 938 - PEDRINHAS, Send**o expedido o presente edital com a finalidade de **CONVOCAR, MARIA GORETE DA SILVA PORTO, DALANA KARLA PORTO LIMA DOS SANTOS, e TERCEIROS,** com eventuais direitos sobre o lote identificado, para manifestação e impugnação, devendo comparecer à sede da **COORDENADORIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**, localizada na Rua Hildemar Maia, 1134 - Santa Rita, no horário de 08h às 14h, de Segunda a Sexta-feira, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de sua publicação, para apresentar suas razões por escrito e devidamente acompanhadas de documentos comprobatórios do direito de posse ou domínio. A ausência de manifestação no prazo assinalado implicará na continuidade do processo de legitimação, de acordo com o que autoriza o art. 2º da Lei nº 864/97.

Macapá, 03 de setembro de 2026.

SÁVIO NUNES BORDALO
Secretário Municipal de Habitação e Ordenamento Urbano
Decreto nº 1.234/2026-PMM

Edital de Convocação nº 164/2026

Processo Administrativo nº: 721/2026 1 DOC
Requerente: VERUZA NERES MAGALHÃES, CPF nº: 040.049.853-74

A Secretaria Municipal de Habitação e Ordenamento Urbano, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 69 do Capítulo IV da Lei Complementar nº 136/2020 – PMM.

FAZ SABER, que tramita nesta Coordenadoria o Processo nº: **721/2026 1 DOC, VERUZA NERES MAGALHÃES, CPF nº: 040.049.853-74,** manifesta interesse em adquirir a legitimação de lote **SEMHOU/PMM sob nº 09, da Quadra nº 232, do Setor nº 26, na SEMFI/PMM sob nº 208, da Quadra nº 17, do Setor nº 08, e no Cartório de Registro de imóveis "Eloy Nunes" sob nº 09, da Quadra nº 232, do Setor nº 26,** limitando-se pela Frente: com a Rua do Marabaixo, lado Direito: com a Av. Sebastião Lamarão, lado Esquerdo: com o lote nº 08, Fundos: com o lote nº 10**, localizado NA RUA DO MARABAIXO, 3211 - JARDIM FELICIDADE, Send**o expedido o presente edital com a finalidade de **CONVOCAR, VERUZA NERES MAGALHÃES, MARCELO DE JESUS SANTOS CORRÊA, VERÁ LUCIA FERREIRA DA SILVA, e TERCEIROS,** com eventuais direitos sobre o lote identificado, para manifestação e impugnação, devendo comparecer à sede da **COORDENADORIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**, localizada na Rua Hildemar Maia, 1134 - Santa Rita, no horário de 08h às 14h, de Segunda a Sexta-feira, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de sua publicação, para apresentar suas razões por escrito e devidamente acompanhadas de documentos comprobatórios do direito de posse ou domínio. A ausência de manifestação no prazo assinalado implicará na continuidade do processo de legitimação, de acordo com o que autoriza o art. 2º da Lei nº 864/97.

Macapá, 03 de setembro de 2026.

SÁVIO NUNES BORDALO
Secretário Municipal de Habitação e Ordenamento Urbano
Decreto nº 1.234/2026-PMM

Edital de Convocação nº 165/2026

Processo Administrativo nº: 1367/2026 1 DOC
Requerente: C COSTA VEICULOS LTDA, CNPJ nº: 11.479.140/0001-00

A Secretaria Municipal de Habitação e Ordenamento Urbano, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 69 do Capítulo IV da Lei Complementar nº 136/2020 – PMM.

FAZ SABER, que tramita nesta Coordenadoria o Processo nº: **1367/2026 1 DOC, C COSTA VEICULOS LTDA, CNPJ nº: 11.479.140/0001-00,** manifesta interesse em adquirir a legitimação de lote **SEMHOU/PMM sob nº 418, da Quadra nº 31, do Setor nº 05, na SEMFI/PMM sob nº 423, da Quadra nº 51, do Setor nº 02, e no Cartório de Registro de imóveis "Eloy Nunes" sob nº 441 (ant. nº 18), da Quadra nº 31, do Setor nº 05,** limitando-se pela Frente: com a Av. Marcílio Dias, lado direito: com o lote nº 438 (ant. nº 19), lado esquerdo: com o lote nº 398 (ant. nº17), fundos: com os lotes nºs 40 (ant. nº03) e 60 (ant. nº 04), **localizado NA AV. MARCILILO DIAS, 410 - LAGUINHO, Send**o expedido o presente edital com a finalidade de **CONVOCAR, C COSTA VEICULOS LTDA, PAULO SERGIO DE MELO E DIAS, e TERCEIROS,** com eventuais direitos sobre o lote identificado, para manifestação e impugnação, devendo comparecer à sede da **COORDENADORIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**, localizada na Rua Hildemar Maia, 1134 - Santa Rita, no horário de 08h às 14h, de Segunda a Sexta-feira, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de sua publicação, para apresentar suas razões por escrito e devidamente acompanhadas de documentos comprobatórios do direito de posse ou domínio. A ausência de manifestação no prazo assinalado implicará na continuidade do processo de legitimação, de acordo com o que autoriza o art. 2º da Lei nº 864/97.

Macapá, 03 de setembro de 2026.
SÁVIO NUNES BORDALO
Secretário Municipal de Habitação e Ordenamento Urbano
Decreto nº 1.234/2026-PMM

Edital de Convocação nº 165/2026

Processo Administrativo nº: 1645/2025 1 DOC
Requerente: ETICA TURISMOS VIAGENS RECEPTIVOS LTDA, CNPJ nº: 16.604.411/0001-26

A Secretaria Municipal de Habitação e Ordenamento Urbano, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 69 do Capítulo IV da Lei Complementar nº 136/2020 – PMM.

FAZ SABER, que tramita nesta Coordenadoria o Processo nº: **1645/2025 1 DOC, ETICA TURISMOS VIAGENS RECEPTIVOS LTDA, CNPJ nº: 16.604.411/0001-26,** manifesta interesse em adquirir a legitimação de lote **SEMHOU/PMM sob nº 150, da Quadra nº 01, do Setor nº 04, na SEMFI/PMM sob nº 150, da Quadra nº 119, do Setor nº 01, e no Cartório de Registro de imóveis "Eloy Nunes" sob nº 10, da Quadra nº 01, do Setor nº 04,** limitando-se pela Frente: com a Av. Mendonça Furtado, lado direito: com os lotes nºs 161 (ant. nº 11) e 212 (ant. nº 12), lado esquerdo: com o lote nº 09, fundos: com os lotes nºs 15 e 15.1, **localizado NA AV. MEDONÇA FURTADO, 1425 - CENTRAL, Send**o expedido o presente edital com a finalidade de **CONVOCAR, ETICA TURISMOS VIAGENS RECEPTIVOS LTDA, EMILIA DE ABREU SIQUEIRA, MARIA DE ABREU SIQUEIRA, JOSÉ ALBERTO GOMES DE ARAUJO, ALBERTO JOSÉ GOMES DE ARAUJO, MARIA IVONE GOMES DE ARAUJO CAVALCANTE, RANGEL GOMES DE ARAUJO, HERMELINO GOMES DE ARAUJO, e TERCEIROS,** com eventuais direitos sobre o lote identificado, para manifestação e impugnação, devendo comparecer à sede da **COORDENADORIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**, localizada na Rua Hildemar Maia, 1134 - Santa Rita, no horário de 08h às 14h, de Segunda a Sexta-feira, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de sua publicação, para apresentar suas razões por escrito e devidamente acompanhadas de documentos comprobatórios do direito de posse ou domínio. A ausência de manifestação no prazo assinalado implicará na continuidade do processo de legitimação, de acordo com o que autoriza o art. 2º da Lei nº 864/97.

Macapá, 03 de setembro de 2026.
SÁVIO NUNES BORDALO
Secretário Municipal de Habitação e Ordenamento Urbano
Decreto nº 1.234/2026-PMM

Edital de Convocação nº 167/2026

Processo Administrativo nº: 1479/2026 1 DOC
Requerente: MARTIANE PEREIRA PASTANA, CPF nº: 822.948.792-87

A Secretaria Municipal de Habitação e Ordenamento Urbano, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 69 do Capítulo IV da Lei Complementar nº 136/2020 – PMM.

FAZ SABER, que tramita nesta Coordenadoria o Processo nº: **1479/2026 1 DOC, MARTIANE PEREIRA PASTANA, CPF nº: 822.948.792-87,** manifesta interesse em adquirir a legitimação de lote **SEMHOU/PMM sob nº Área, da Quadra nº Área, do Setor nº Área, na SEMFI/PMM sob nº XXX, da Quadra nº XXX, do Setor nº XXX, e no Cartório de Registro de imóveis "Eloy Nunes" sob nº XXX, da Quadra nº XXX, do Setor nº XXX,** limitando-se AO Norte : Com a Área Remanescente do Município De Macapá; AO SUL : Com a Rua Gegerlau Rodrigues das Chagas; AO LESTE : Com a Rua Gegerlau Rodrigues das Chagas; AO OESTE : Com a Via de Acesso, **localizado NA AV. AGERLAU RODRIGUES DAS CHAGAS, S/N - FAZENDINHA, Send**o expedido o presente edital com a finalidade de **CONVOCAR, MARTIANE PEREIRA PASTANA, e TERCEIROS,** com eventuais direitos sobre o lote identificado, para manifestação e impugnação, devendo comparecer à sede da **COORDENADORIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**, localizada na Rua Hildemar Maia, 1134 - Santa Rita, no horário de 08h às 14h, de Segunda a Sexta-feira, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de sua publicação, para apresentar suas razões por escrito e devidamente acompanhadas de documentos comprobatórios do direito de posse ou domínio. A ausência de manifestação no prazo assinalado implicará na continuidade do processo de legitimação, de acordo com o que autoriza o art. 2º da Lei nº 864/97.

Macapá, 03 de setembro de 2026.
SÁVIO NUNES BORDALO
Secretário Municipal de Habitação e Ordenamento Urbano
Decreto nº 1.234/2026-PMM

Edital de Convocação nº 168/2026

Processo Administrativo nº: 1238/2026 1 DOC
Requerente: JORGE GOES DA ROCHA, CPF nº: 253.613.502-06

A Secretaria Municipal de Habitação e Ordenamento Urbano, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 69 do Capítulo IV da Lei Complementar nº 136/2020 – PMM.

FAZ SABER, que tramita nesta Coordenadoria o Processo nº: **1238/2026 1 DOC, JORGE GOES DA ROCHA, CPF nº: 253.613.502-06,** manifesta interesse em adquirir a legitimação de lote **SEMHOU/PMM sob nº 47, da Quadra nº 16, do Setor nº 24, na SEMFI/PMM sob nº 46, da Quadra nº 19, do Setor nº 04, e no Cartório de Registro de imóveis "Eloy Nunes" sob nº 47, da Quadra nº 16, do Setor nº 24,** limitando-se pela Frente: com a Av. Dos Aimorés, lado Direito: com os lotes nºs 58 e 125, lado Esquerdo: com o lote nº 36, Fundos: com o lote nº 125**, localizado NA AV. DOS AIMORES, 1573 - BURITIZAL, Send**o expedido o presente edital com a finalidade de **CONVOCAR, JORGE GOES DA ROCHA, JOSÉ DOS REIS ALMEIDA FILHO, ARINEIA MOURÃO MIRANDA, TIAGO JUNIOR DE CARVALHO, ADEMIR DA SILVA BANDEIRA, e TERCEIROS,** com eventuais direitos sobre o lote identificado, para manifestação e impugnação, devendo comparecer à sede da **COORDENADORIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**, localizada na Rua Hildemar Maia, 1134 - Santa Rita, no horário de 08h às 14h, de Segunda a Sexta-feira, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de sua publicação, para apresentar suas razões por escrito e devidamente acompanhadas de documentos comprobatórios do direito de posse ou domínio. A ausência de manifestação no prazo assinalado implicará na continuidade do processo de legitimação, de acordo com o que autoriza o art. 2º da Lei nº 864/97.

Macapá, 03 de setembro de 2026.
SÁVIO NUNES BORDALO
Secretário Municipal de Habitação e Ordenamento Urbano
Decreto nº 1.234/2026-PMM

Edital de Convocação nº 169/2026

Processo Administrativo nº: 1366/2026 1 DOC
Requerente: CARLOS ALEXANDRE CAMPOS DA COSTA, CPF nº: 425.775.002-44 e JULIANA NASCIMENTO DE SOUZA DA COSTA, CPF nº: 659.203.092-53

A Secretaria Municipal de Habitação e Ordenamento Urbano, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 69 do Capítulo IV da Lei Complementar nº 136/2020 – PMM.

FAZ SABER, que tramita nesta Coordenadoria o Processo nº: **1366/2026 1 DOC, CARLOS ALEXANDRE CAMPOS DA COSTA, CPF nº: 425.775.002-44 e JULIANA NASCIMENTO DE SOUZA DA COSTA, CPF nº: 659.203.092-53,** manifesta interesse em adquirir a legitimação de lote **SEMHOU/PMM sob nº (ant. nº 8), da Quadra nº 49, do Setor nº 07, na SEMFI/PMM sob nº 105, da Quadra nº 340, do Setor nº 01, e no Cartório de Registro de imóveis "Eloy Nunes" sob nº 105, da Quadra nº 49, do Setor nº 07,** limitando-se pela Frente: com a Av. 1º de Maio, lado Direito: com o lote nº 120(ant. nº09, lado Esquerdo: com o lote nº 90(ant. nº07), Fundos: com o lote nº 330(ant. nº18)**, localizado NA AV. 1º DE MAIO, 1757 - BURITIZAL, Send**o expedido o presente edital com a finalidade de **CONVOCAR, CARLOS ALEXANDRE CAMPOS DA COSTA, JULIANA NASCIMENTO DE SOUZA DA COSTA, SIMONE SABRINA DA COSTA DIAS SOUZA, ADOLFO JOSÉ DE SOUZA JUNIOR, e TERCEIROS,** com eventuais direitos sobre o lote identificado, para manifestação e impugnação, devendo comparecer à sede da **COORDENADORIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**, localizada na Rua Hildemar Maia, 1134 - Santa Rita, no horário de 08h às 14h, de Segunda a Sexta-feira, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de sua publicação, para apresentar suas razões por escrito e devidamente acompanhadas de documentos comprobatórios do direito de posse ou domínio. A ausência de manifestação no prazo assinalado implicará na continuidade do processo de legitimação, de acordo com o que autoriza o art. 2º da Lei nº 864/97.

Macapá, 03 de setembro de 2026.
SÁVIO NUNES BORDALO
Secretário Municipal de Habitação e Ordenamento Urbano
Decreto nº 1.234/2026-PMM

Edital de Convocação nº 170/2026

Processo Administrativo nº: 619/2026 1 DOC
Requerente: MARILZA PEREIRA MORAES DEL CASTILLO, CPF nº: 257.442.672-04

A Secretaria Municipal de Habitação e Ordenamento Urbano, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 69 do Capítulo IV da Lei Complementar nº 136/2020 – PMM.

FAZ SABER, que tramita nesta Coordenadoria o Processo nº: **619/2026 1 DOC, MARILZA PEREIRA MORAES DEL CASTILLO, CPF nº: 257.442.672-04,** manifesta interesse em adquirir a legitimação de lote **SEMHOU/PMM sob nº 25, da Quadra nº 110, do Setor nº 26, na SEMFI/PMM sob nº 300, da Quadra nº 93, do Setor nº 08, e no Cartório de Registro de imóveis "Eloy Nunes" sob nº 25, da Quadra nº 110, do Setor nº 26,** limitando-se pela Frente: com a Av. José Loureiro, lado Direito: com o lote nº 26, lado Esquerdo: com o lote nº 24, Fundos: com o lote nº 15**, localizado NA AV. JOSÉ LOUREIRO, 2654 - JARDIM FELICIDADE, Send**o expedido o presente edital com a finalidade de **CONVOCAR, MARILZA PEREIRA MORAES DEL CASTILLO, REGINA VITORIA SERRÃO PACHECO, ANTONIO LUIZ MORAES FERREIRA, MICHELE BRITO FERREIRA, SHIRLENE BRITO FERREIRA, ANDREA BRITO FERREIRA, RODRIGO BRITO FERREIRA, ANGELA BRITO FERREIRA, ABMAEL DA SILVA BRITO, ELIANA BRITO, e TERCEIROS,** com eventuais direitos sobre o lote identificado, para manifestação e impugnação, devendo comparecer à sede da **COORDENADORIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**, localizada na Rua Hildemar Maia, 1134 - Santa Rita, no horário de 08h às 14h, de Segunda a Sexta-feira, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de sua publicação, para apresentar suas razões por escrito e devidamente acompanhadas de documentos comprobatórios do direito de posse ou domínio. A ausência de manifestação no prazo assinalado implicará na continuidade do processo de legitimação, de acordo com o que autoriza o art. 2º da Lei nº 864/97.

Macapá, 03 de setembro de 2026.
SÁVIO NUNES BORDALO
Secretário Municipal de Habitação e Ordenamento Urbano
Decreto nº 1.234/2026-PMM

Edital de Convocação nº 171/2026

Processo Administrativo nº: 2659/2025 1 DOC
Requerente: ANTONIO DE NAZARÉ RIBEIRO GUTERRES, CPF nº: 331.403.082-72 e CRISTINA DA SILVA SHIBAYAMA GUTERRES, CPF nº: 376.202.072-87

A Secretaria Municipal de Habitação e Ordenamento Urbano, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 69 do Capítulo IV da Lei Complementar nº 136/2020 – PMM.

FAZ SABER, que tramita nesta Coordenadoria o Processo nº: **2659/2025 1 DOC, ANTONIO DE NAZARÉ RIBEIRO GUTERRES, CPF nº: 331.403.082-72 e CRISTINA DA SILVA SHIBAYAMA GUTERRES, CPF nº: 376.202.072-87,** manifesta interesse em adquirir a legitimação de lote **SEMHOU/PMM sob nº 240 (ant. 19), da Quadra nº 43 (ant. 42), do Setor nº 22, na SEMFI/PMM sob nº 300, da Quadra nº 245, do Setor nº 03, e no Cartório de Registro de imóveis "Eloy Nunes" sob nº 240 (ant. 19), da Quadra nº 43 (ant. 42), do Setor nº 22,** limitando-se pela Frente: com a Av. Saúde Pimentel Canto, lado Direito: com o lote nº 280(ant.20), lado Esquerdo: com o lote nº 230(ant.18), Fundos: com os lotes nºs 10(ant.02) e 20(ant.03)**, localizado NA AV. SÁUDE PIMENTEL CANTO, 1370 - NOVO BURITIZAL, Send**o expedido o presente edital com a finalidade de **CONVOCAR, ANTONIO DE NAZARÉ RIBEIRO GUTERRES, CRISTINA DA SILVA SHIBAYAMA GUTERRES, e TERCEIROS,** com eventuais direitos sobre o lote identificado, para manifestação e impugnação, devendo comparecer à sede da **COORDENADORIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**, localizada na Rua Hildemar Maia, 1134 - Santa Rita, no horário de 08h às 14h, de Segunda a Sexta-feira, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de sua publicação, para apresentar suas razões por escrito e devidamente acompanhadas de documentos comprobatórios do direito de posse ou domínio. A ausência de manifestação no prazo assinalado implicará na continuidade do processo de legitimação, de acordo com o que autoriza o art. 2º da Lei nº 864/97.

Macapá, 03 de setembro de 2026.
SÁVIO NUNES BORDALO
Secretário Municipal de Habitação e Ordenamento Urbano
Decreto nº 1.234/2026-PMM

Edital de Convocação nº 172/2026

Processo Administrativo nº: 912/2026 1 DOC
Requerente: CIRRUS LTDA, CNPJ nº: 26.060.711/0001-45

A Secretaria Municipal de Habitação e Ordenamento Urbano, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 69 do Capítulo IV da Lei Complementar nº 136/2020 – PMM.

FAZ SABER, que tramita nesta Coordenadoria o Processo nº: **912/2026 1 DOC, CIRRUS LTDA, CNPJ nº: 26.060.711/0001-45,** manifesta interesse em adquirir a legitimação de lote **SEMHOU/PMM sob nº Área, da Quadra nº Área, do Setor nº Área, na SEMFI/PMM sob nº 138, da Quadra nº 12, do Setor nº 21, e no Cartório de Registro de imóveis "Eloy Nunes" sob nº XXX, da Quadra nº XXX, do Setor nº XXX,** limitando-se AO Norte : Com a Rua S/D "Ramal da Esperança"; AO SUL : Com a Área Remanescente do Município de Macapá; AO LESTE : Com a Área Remanescente do Município de Macapá; AO OESTE : Com a Área Remanescente do Município de Macapá**, localizado NA RM. ESPERANÇA, S/N - FAZENDINHA DISTRITO, Send**o expedido o presente edital com a finalidade de **CONVOCAR, CIRRUS LTDA, FRANCIS DA COSTA CAVALCANTI, MARIANA MARGUTTI CONTRERAS, JORGE DE ALMEIDA CRUZ, e TERCEIROS,** com eventuais direitos sobre o lote identificado, para manifestação e impugnação, devendo comparecer à sede da **COORDENADORIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**, localizada na Rua Hildemar Maia, 1134 - Santa Rita, no horário de 08h às 14h, de Segunda a Sexta-feira, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de sua publicação, para apresentar suas razões por escrito e devidamente acompanhadas de documentos comprobatórios do direito de posse ou domínio. A ausência de manifestação no prazo assinalado implicará na continuidade do processo de legitimação, de acordo com o que autoriza o art. 2º da Lei nº 864/97.

Macapá, 03 de setembro de 2026.
SÁVIO NUNES BORDALO
Secretário Municipal de Habitação e Ordenamento Urbano
Decreto nº 1.234/2026-PMM

Edital de Convocação nº 173/2026

Processo Administrativo nº: 839/2026 1 DOC
Requerente: SALOÉ FERREIRA DA SILVA, CPF nº: 253.362.408-00

A Secretaria Municipal de Habitação e Ordenamento Urbano, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 69 do Capítulo IV da Lei Complementar nº 136/2020 – PMM.

FAZ SABER, que tramita nesta Coordenadoria o Processo nº: **839/2026 1 DOC, SALOÉ FERREIRA DA SILVA, CPF nº: 253.362.408-00,** manifesta interesse em adquirir a legitimação de lote **SEMHOU/PMM sob nº 07, da Quadra nº 10 (ant.10 e 11), do Setor nº Embrapa, na SEMFI/PMM sob nº 331, da Quadra nº 129, do Setor nº 11, e no Cartório de Registro de imóveis "Eloy Nunes" sob nº 07, da Quadra nº 10 (ant.10 e 11), do Setor nº Embrapa,** limitando-se pela Frente: com a Travessa 05, lado Direito: com a Unifap, lado Esquerdo: com o lote nº 08, Fundos: com o lote nº 06**, localizado NA TRAVESSA 05, 21 - UNIVERSIDADE, Sendo** expedido o presente edital com a finalidade de **CONVOCAR, SALOÉ FERREIRA DA SILVA, PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ, e TERCEIROS,** com eventuais direitos sobre o lote identificado, para manifestação e impugnação, devendo comparecer à sede da **COORDENADORIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**, localizada na Rua Hildemar Maia, 1134 - Santa Rita, no horário de 08h às 14h, de Segunda a Sexta-feira, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de sua publicação, para apresentar suas razões por escrito e devidamente acompanhadas de documentos comprobatórios do direito de posse ou domínio. A ausência de manifestação no prazo assinalado implicará na continuidade do processo de legitimação, de acordo com o que autoriza o art. 2º da Lei nº 864/97.

Macapá, 03 de setembro de 2026.

SÁVIO NUNES BORDALO
Secretário Municipal de Habitação e Ordenamento Urbano
Decreto nº 1.234/2026-PMM

Edital de Convocação nº 161/2026

Processo Administrativo nº: 1951/2026 1 DOC
Requerente: LUCIDALVA DE AVIZ MARQUES, CPF nº: 872.729.462-53

A Secretaria Municipal de Habitação e Ordenamento Urbano, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 69 do Capítulo IV da Lei Complementar nº 136/2020 – PMM.

FAZ SABER, que tramita nesta Coordenadoria o Processo nº: **1951/2026 1 DOC, LUCIDALVA DE AVIZ MARQUES, CPF nº: 872.729.462-53,** manifesta interesse em adquirir a legitimação de lote **SEMHOU/PMM sob nº 286, da Quadra nº 40, do Setor nº 22, na SEMFI/PMM sob nº 286, da Quadra nº 40, do Setor nº 22, e no Cartório de Registro de imóveis "Eloy Nunes" sob nº XXX, da Quadra nº XXX, do Setor nº XXX,** limitando-se AO Norte : Com Área a Via Sem Denominação; AO SUL : Com o Lote de Terceiros; AO LESTE : Com a Rua do Matadouro; AO OESTE : Com a Via Sem Denominação**, localizado NA RUA: DO MATADOURO, S/N - FAZENDINHA, Sendo** expedido o presente edital com a finalidade de **CONVOCAR, LUCIDALVA DE AVIZ MARQUES, APOLONIO LINHARES DE SOUZA, ENILDO PENA DO AMARAL, e TERCEIROS,** com eventuais direitos sobre o lote identificado, para manifestação e impugnação, devendo comparecer à sede da **COORDENADORIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**, localizada na Rua Hildemar Maia, 1134 - Santa Rita, no horário de 08h às 14h, de Segunda a Sexta-feira, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de sua publicação, para apresentar suas razões por escrito e devidamente acompanhadas de documentos comprobatórios do direito de posse ou domínio. A ausência de manifestação no prazo assinalado implicará na continuidade do processo de legitimação, de acordo com o que autoriza o art. 2º da Lei nº 864/97.

Macapá, 03 de setembro de 2026.

SÁVIO NUNES BORDALO
Secretário Municipal de Habitação e Ordenamento Urbano
Decreto nº 1.234/2026-PMM

SEMZUR

MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ZELADORIA URBANA
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE CEMITÉRIO

Torna público que foi requerido junto a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ZELADORIA URBANA** de Macapá por **MARIA FRANCISCA ANDRADE** a **cessão** do lote: **770** quadras: **23-A** no cemitério: **SÃO FRANCISCO DE ASSIS** onde está sepultada: **FERNANDA ANDRADE SILVA** falecido na data **11/09/2026.**

Macapá, 02 de outubro de 2026.

MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ZELADORIA URBANA
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE CEMITÉRIO

Torna público que foi requerido junto a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ZELADORIA URBANA** de Macapá **JEFERSON MAGNO DA SILVA BARROS** a Cessão do lote: **2681, quadra: 07-M**, no cemitério **SÃO JOSÉ DE MACAPÁ** onde encontra-se sepultado **JEFFERSON KAYKY RIBEIRO BARROS** falecida na data **18/09/2026.**

Macapá, 02 de outubro de 2026..

MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ZELADORIA URBANA
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE CEMITÉRIO

Torna público que foi requerido junto a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ZELADORIA URBANA** de Macapá por: **MARIA DOS REMEDIOS MENDES NETO** cessão do lote **350,** quadra: **23-A** no cemitério **SÃO FRANCISCO DE ASSIS EM MACAPÁ onde** encontra-se sepultado: **FRANK MAISON MENDES NETO** , falecido na data **20/02/2026.**

Macapá, 02 de outubro de 2026.

MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ZELADORIA URBANA
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE CEMITÉRIO

Torna público que foi requerido junto **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ZELADORIA URBANA** de Macapá por: **GILVANDER LOPES DE OLIVEIRA cessão** do lote **784**, quadra: **23-A**, no cemitério **SÃO FRANCISCO DE ASSIS EM MACAPÁ,** onde encontra-se sepultada: **ANA MARIA RIBEIRO LOPES**, falecido na data **17/09/2026.**

Macapá, 02 de outubro de 2026.

MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ZELADORIA URBANA
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE CEMITÉRIO

Torna público que foi requerido junto **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ZELADORIA URBANA** de Macapá por **REGIANE COSTA LEITE** a cessão do lote **614**, quadra: **03-A** no cemitério **SÃO JOSÉ DE MACAPÁ** onde encontra-se sepultada: **JOSEFA MIRANDA COSTA** falecida na data 05**/09/2026.**

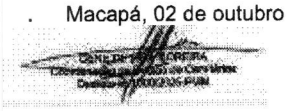
Macapá, 02 de outubro de 2026..



MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ZELADORIA URBANA
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE CEMITÉRIO

Torna público que foi requerido junto a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ZELADORIA URBANA** de Macapá por: **MOISES MIRANDA DE MOARES** a cessão do lote: **997**, quadra **02-A** no cemitério **SÃO FRANCISCO DE ASSIS** onde encontra-se sepultado: **MOZANIEL MACIEL DE MORAES** falecido nada data **14/05/2025**.

Macapá, 02 de outubro de 2026..



MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ZELADORIA URBANA
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE CEMITÉRIO

Torna público que foi requerido junto a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ZELADORIA URBANA** de Macapá por **FABIO GUEDES DE ARAUJO a** cessão do lote **181** quadra: **19-A,** no cemitério **SÃO FRANCISCO DE ASSIS EM MACAPÁ** onde encontra-se sepultado: **JOÃO JORGE DE ARAUJO** falecida na data **14/06/2023**.

Macapá, 02 de outubro de 2026.



MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ZELADORIA URBANA
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE CEMITÉRIO

Torna público que foi requerido junto a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ZELADORIA URBANA** de Macapá por **RONILDA RAMOS DOS SANTOS** a cessão do lote **203,** quadra: **19-A**, no cemitério **SÃO FRANCISCO DE ASSIS EM MACAPÁ,** onde encontra-se sepultado: **ROLDÃO CARLOS OLIVEIRA DOS SANTOS** falecida na data **23/06/2023**.

Macapá, 02 de outubro de 2026.



MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ZELADORIA URBANA
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE CEMITÉRIO

Torna público que foi requerido junto a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ZELADORIA URBANA** de Macapá por **RAISSA DE SOUZA PENA NUNES** a **cessão** do lote: **20** quadra: **06-M** no cemitério: **SÃO FRANCISCO DE ASSIS EM MACAPÁ** onde está sepultado: **BRAYAN RHAEL DE SOUZA NUNES** falecido na data **10/07/2025.**

Macapá, 02 de outubro de 2026.



MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ZELADORIA URBANA
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE CEMITÉRIO

Torna público que foi requerido junto a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ZELADORIA URBANA** de Macapá **BENEDITO DA COSTA NUNES** a Cessão do lote: **850, quadra: 01-A**, no cemitério **SÃO FRANCISCO DE ASSIS EM MACAPÁ** onde encontra-se sepultada: **BENEDITA DA COSTA NUNES** falecida na data **16/07/2023**

.

Macapá, 02 de outubro de 2026..



MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ZELADORIA URBANA
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE CEMITÉRIO

Torna público que foi requerido junto a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ZELADORIA URBANA** de Macapá por: **ANTONIO BILORIO CARRETEIRO SANCHES** cessão do lote **265,** quadra: **03-A** no cemitério **SÃO JOSÉ DE MACAPÁ onde** encontra-se sepultado: **ANTONIO BILORIO CARRETEIRO JUNIOR,** falecido na data **27/12/2012**.

Macapá, 21 de setembro de 2026.



MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ZELADORIA URBANA
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE CEMITÉRIO

Torna público que foi requerido junto **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ZELADORIA URBANA** de Macapá por: **EDINALVA DE SOUZA COSTA LEQUEUX cessão** do lote **457**, quadra: **20-A**, no cemitério **SÃO FRANCISCO DE ASSIS EM MACAPÁ,** onde encontra-se sepultado: **MICHEL RENE LEQUEUX**, falecido na data **23/06/2024**.

Macapá, 02 de outubro de 2026.



MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ZELADORIA URBANA
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE CEMITÉRIO

Torna público que foi requerido junto **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ZELADORIA URBANA** de Macapá por **ADEMIL NEGRÃO FAUTINO** a cessão do lote **100**, quadra: **01-GAVETA** no cemitério **SÃO FRANCISCO DE ASSIS EM MACAPÁ** onde encontra-se sepultado: **MANOEL FAUSTINO** falecida na data **27/10/2025.**

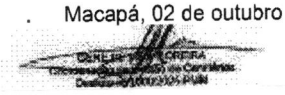
Macapá, 02 de outubro de 2026..



MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ZELADORIA URBANA
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE CEMITÉRIO

Torna público que foi requerido junto a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ZELADORIA URBANA** de Macapá por: **NEUSIANE DOS SANTOS AMARAL** a cessão do lote: **1001**, quadra **02-M** no cemitério **SÃO JOSÉ DE MACAPÁ** onde encontra-se sepultado: **LAURO MARQUES BRITO DO AMARAL** falecido nada data **14/01/2023.**

Macapá, 02 de outubro de 2026..



LEIS

LEI COMPLEMENTAR Nº 220/ 2026 – PMM

DISPÕE SOBRE O NOVO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DA CARREIRA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA OCUPANTES DO GRUPO OCUPACIONAL DE TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ, NAS FUNÇÕES DE AUDITOR FISCAL E FISCAL DE TRIBUTOS DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACAPÁ:

Faço saber que a Câmara Municipal de Macapá, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei Complementar institui o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração – PCCR dos servidores da Administração Tributária do Município de Macapá, integrantes do Grupo Ocupacional de Tributação, Arrecadação e Fiscalização, nas funções de Auditor Fiscal e Fiscal de Tributos, reconhecidas como atividades essenciais ao funcionamento do Município, nos termos do art. 37, inciso XXII, da Constituição Federal e do art. 94 da Lei Orgânica Municipal.

§ 1º A Carreira da Administração Tributária tem por finalidade assegurar a eficiência arrecadatória, a justiça fiscal, a continuidade administrativa e a autonomia financeira municipal, mediante:

I – a adoção de um sistema permanente de avaliação profissional fundamentado no desempenho e na competência técnica;

II – o reconhecimento do mérito funcional por intermédio de promoção e progressão, garantindo igualdade de oportunidades e crescimento na carreira;

III – a valorização dos servidores que busquem o constante aprimoramento profissional e a especialização técnica;

IV – o estímulo ao desempenho voltado para a qualidade e excelência dos serviços prestados à sociedade macapaense;

V – o estabelecimento de ações que garantam o conhecimento pleno de objetivos, metas e resultados esperados, fomentando o autocontrole de desempenho funcional;

VI – a identificação de necessidades de desenvolvimento para a promoção de planos e programas de capacitação e aperfeiçoamento contínuo.

Parágrafo único. O Plano de Carreira é o instrumento fundamental de gestão e desenvolvimento de recursos humanos, destinado à valorização dos servidores efetivos lotados na Unidade Administrativa fazendária, atribuindo-lhes os direitos e benefícios estabelecidos nesta norma.

Art. 2º Aplica-se subsidiariamente aos servidores abrangidos por esta Lei Complementar o disposto na Lei Complementar nº 122/2018-PMM (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Macapá), nos casos de omissão ou naquilo que não for incompatível com as normas estabelecidas neste Plano de Carreira.

Art. 3º O Plano de Carreira instituído nesta Lei visa estruturar a Carreira da Administração Tributária Municipal, reconhecida como atividade essencial ao funcionamento do Município, observando os seguintes princípios fundamentais:

I – a organização dos cargos fundamentada na natureza, no grau de responsabilidade e na complexidade das atribuições, bem como nos requisitos de investidura e nas peculiaridades da função fiscal;

II – a profissionalização e capacitação continuada dos servidores, objetivando a excelência, a qualidade e a eficiência na prestação dos serviços à sociedade e na gestão das receitas públicas;

III – a avaliação de desempenho e o mérito funcional como critérios objetivos para a evolução na carreira, assegurando igualdade de oportunidades para o crescimento profissional;

IV – a universalidade e a integração, abrangendo todos os Auditores Fiscais e Fiscais de Tributos que compõem a unidade administrativa fazendária, assegurando-lhes a precedência administrativa sobre os demais setores.

Art. 4º Para os efeitos desta Lei Complementar, considera-se:

I – Sistema de Evolução Funcional: o conjunto de normas e procedimentos que disciplinam a ascensão do servidor na carreira, fundamentado nos princípios da qualificação técnica, meritocracia e desempenho funcional;

II – Plano de Carreira: o conjunto de princípios e normas que regulam o ingresso e o desenvolvimento do servidor na carreira, correlacionando as classes e cargos aos níveis de complexidade, responsabilidade e remuneração;

III – Carreira: o conjunto de classes de cargos de mesma natureza e profissão, escalonadas segundo a responsabilidade e complexidade, que indicam a trajetória do servidor mediante progressão e promoção;

IV – Promoção Horizontal: a passagem do servidor estável de uma Classe para a imediatamente superior, decorrente do mérito e do tempo de efetivo exercício, observado o interstício de 10 (dez) anos;

V – Progressão Vertical: a movimentação do servidor de um Nível para o imediatamente superior, dentro da mesma Classe, baseada na avaliação de desempenho e cumprimento do interstício de 12 (doze) meses;

VI – Servidor Público: a pessoa legalmente investida em cargo público do Município de Macapá;

VII – Cargo Público: a unidade básica do quadro de pessoal, criada por lei, com denominação própria e atribuições específicas, remunerada pelos cofres municipais;

VIII – Grupo Ocupacional: o conjunto de carreiras reunidas segundo a correlação e afinidade entre as atividades e o grau de conhecimento necessário ao exercício das funções;

IX – Classe: a divisão da carreira que demonstra a amplitude funcional do cargo no sentido horizontal, indicando o escalonamento por tempo e responsabilidade;

X – Nível: a divisão da carreira que demonstra a amplitude funcional no sentido vertical, correspondendo às referências pecuniárias de progressão anual;

XI – Vencimento Básico: a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei, correspondente à classe e nível ocupados;

XII – Proventos: a retribuição paga mensalmente ao servidor aposentado e ao pensionista com base nos direitos de inatividade;

XIII – Quadro: o conjunto de cargos e funções pertencentes à estrutura organizacional da administração direta e das unidades fazendárias do Município;

XIV – Remuneração: o vencimento básico do cargo de carreira acrescido das vantagens pecuniárias permanentes ou temporárias estabelecidas em lei, excluídas as parcelas de natureza indenizatória;

XV – Gratificação de Desempenho Fiscal – GDF: parcela de natureza indenizatória, devida exclusivamente aos servidores em efetivo exercício, não integrando a base de cálculo previdenciária nem o teto para fins de retenção, nos termos da legislação federal;

XVI – VPNI (Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada): parcela pecuniária de natureza transitória, assegurada ao servidor para preservar a irredutibilidade de vencimentos durante a transição para a nova tabela salarial.

TÍTULO II

DO QUADRO DE PESSOAL

Art. 5º O Grupo Ocupacional de Tributação, Arrecadação e Fiscalização do Município de Macapá é composto pelas seguintes categorias funcionais, estruturadas em classes e níveis, com os vencimentos básicos estabelecidos nos Anexos I e II desta Lei Complementar:

I – **Auditor Fiscal**: cargo de provimento efetivo, de nível superior em qualquer área de formação reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), com ingresso mediante concurso público;

II – **Fiscal de Tributos**: carreira integrante do quadro funcional do Município em data anterior à vigência desta Lei, cujos direitos funcionais, financeiros e atribuições ficam integralmente preservados e assegurados, nos termos do art. 7º desta norma.

Parágrafo único. A Administração Tributária Municipal e seus servidores fiscais, aos quais compete exercer, privativamente, a fiscalização de tributos e a constituição do crédito tributário, terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, nos termos do art. 37, inciso XVIII, da Constituição Federal e do art. 86 da Lei Orgânica do Município de Macapá.

Art. 6º A categoria funcional de Auditor Fiscal, cargo de nível superior do Grupo Ocupacional de Tributação, Arrecadação e Fiscalização, é estruturada em classes e níveis, com os respectivos vencimentos básicos estabelecidos no Anexo I desta Lei Complementar.

§ 1º O quantitativo total de cargos efetivos de Auditor Fiscal e a respectiva escala de vencimentos básicos são os definidos no Anexo I desta norma, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 2º Os ocupantes do cargo de Auditor Fiscal, no exercício de suas atribuições essenciais e privativas de fiscalização e constituição do crédito tributário, detêm precedência administrativa sobre os demais setores da administração municipal, nos termos do art. 86 da Lei Orgânica do Município de Macapá.

Art. 7º Ficam integralmente preservados e assegurados todos os direitos financeiros, funcionais e as

prerrogativas dos ocupantes do cargo de Fiscal de Tributos que ingressaram no Grupo Ocupacional de Tributação, Arrecadação e Fiscalização do Município de Macapá em data anterior à vigência desta Lei Complementar.

§ 1º Aos servidores referidos no *caput* fica garantida a manutenção das atribuições e competências já estabelecidas na Lei Complementar nº 053/2008-PMM e legislações correlatas, sem prejuízo do exercício concorrente de atribuições previstas nesta norma que sejam compatíveis com o grau de escolaridade de ingresso.

§ 2º A preservação de direitos prevista neste artigo estende-se, no que couber, aos servidores aposentados e aos pensionistas da respectiva carreira, assegurando-lhes a paridade e a integralidade em relação aos benefícios e revisões concedidos aos servidores da ativa, nos termos do art. 62 desta Lei e do art. 248 da Lei Complementar nº 122/2018-PMM.

Art. 8º Integram o Quadro de Pessoal do Grupo Ocupacional de Tributação, Arrecadação e Fiscalização do Município de Macapá os Cargos em Comissão destinados às funções de direção, chefia e assessoramento da unidade administrativa fazendária.

§ 1º Os cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito Municipal, devendo seu provimento observar os requisitos de habilitação profissional e idoneidade compatíveis com a relevância da Administração Tributária.

§ 2º Em razão da natureza de atividade essencial ao funcionamento do Município, os cargos em comissão de Subsecretário da Receita, Diretores, Chefes de Divisão e demais funções de liderança técnica no âmbito da administração tributária, são reservados exclusivamente aos servidores efetivos da carreira de Auditor Fiscal ou de Fiscal de Tributos do Município de Macapá.

§ 3º O servidor de carreira investido em cargo em comissão perceberá o vencimento e as vantagens de seu cargo efetivo, acrescidos da retribuição pecuniária ou representação fixada em lei para o cargo comissionado, observada a regra de opção prevista no Estatuto dos Servidores.

§ 4º A soma das parcelas remuneratórias previstas no parágrafo anterior não poderá exceder o teto remuneratório estabelecido no art. 48 desta Lei Complementar.

TÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES FUNCIONAIS

Art. 9º São atribuições privativas do detentor do cargo de Auditor Fiscal, autoridade administrativa tributária e integrante de carreira essencial ao funcionamento do Município, observada a precedência prevista no art. 86 da Lei Orgânica Municipal:

I – exercer a competência para, em nome da Fazenda Pública Municipal, constituir o crédito tributário mediante o lançamento de ofício, compreendendo a fiscalização, a lavratura de autos de infração e a imposição de penalidades relativas a todos os tributos de competência do Município;

II – efetuar a fiscalização direta em estabelecimentos e o controle do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, bem como o exame de livros, registros e documentos fiscais e contábeis de contribuintes ou responsáveis;

III – praticar todos os atos de fiscalização e arrecadação de tributos cuja competência tenha sido delegada ao Município por outros entes de direito público, mediante convênio ou instrumento jurídico equivalente;

IV – auditar e decidir sobre solicitações de créditos fiscais, restituições, incentivos e benefícios fiscais, bem como fiscalizar a rede arrecadadora municipal;

V – exercer o controle e a fiscalização de outras receitas municipais cuja gestão seja atribuída à unidade administrativa fazendária;

VI – elaborar pareceres técnicos em processos de consultas tributárias, realizar o julgamento de impugnações e recursos na esfera administrativa, bem como redigir minutas de leis, decretos e atos normativos destinados ao aperfeiçoamento da legislação tributária;

VII – representar tecnicamente o Município junto a órgãos de controle, conselhos federais ou estaduais de natureza fiscal e participar da formulação da política tributária e financeira municipal;

VIII – exercer concorrentemente todas as demais funções e atribuições previstas no art. 10 desta Lei Complementar.

Parágrafo único. As atribuições previstas neste artigo estendem-se, no que couber, aos Fiscais de Tributos referidos no art. 7º, respeitadas as peculiaridades de cada carreira e a legislação municipal anterior.

Art. 10. São atribuições do detentor do cargo de Fiscal de Tributos, integrante de carreira essencial ao funcionamento do Município e dotada de precedência administrativa nos termos do art. 86 da Lei Orgânica Municipal:

I – exercer o poder de polícia administrativa e a fiscalização direta, com a finalidade de constituir o crédito tributário e verificar o cumprimento das obrigações principais e acessórias em estabelecimentos de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, bem como em outros segmentos definidos pela unidade gestora fazendária;

II – praticar todos os atos de verificação e controle do cumprimento das obrigações tributárias relativas aos tributos de competência municipal ou delegados por convênios;

III – efetuar o levantamento físico, a vistoria e a identificação de estabelecimentos e atividades econômicas, visando a atualização dos cadastros fiscais e a regularidade do licenciamento;

IV – constituir o crédito tributário e lavrar autos de infração decorrentes de fatos geradores ocorridos em serviços eventuais ou temporários, bem como nas hipóteses de flagrante descumprimento da legislação tributária;

V – exercer o poder de apreensão de mercadorias, livros, arquivos e documentos fiscais, digitais ou em papel, sempre que necessário para a salvaguarda da prova material da infração tributária;

VI – intimar contribuintes e responsáveis para o cumprimento de deveres instrumentais ou para prestarem esclarecimentos junto à unidade administrativa fazendária;

VII – requisitar, no exercício de suas funções, o auxílio da força pública municipal, estadual ou federal, quando houver embaraço, resistência ou desacato por parte do sujeito passivo ou de terceiros;

VIII – cumprir escalas de plantão fiscal, fixas ou volantes, destinadas ao controle e à fiscalização tributária permanente;

IX – opinar em processos administrativos que versem sobre inscrição, alteração, suspensão, baixa ou cancelamento de contribuintes no Cadastro Mobiliário ou Imobiliário;

X – exercer concorrentemente todas as demais funções e atribuições previstas no art. 9º desta Lei Complementar, visando garantir a continuidade do serviço e a eficiência da arrecadação municipal.

Art. 11. São atribuições complementares de natureza estratégica e de assessoramento dos detentores dos cargos de Auditor Fiscal e Fiscal de Tributos, a serem exercidas mediante designação ou no exercício de funções de confiança:

I – assessorar as autoridades superiores na formulação, monitoramento e adequação da política tributária e fiscal, visando o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade financeira do Município;

II – interpretar a legislação tributária e exarar pareceres técnicos para sua aplicação uniforme, visando a segurança jurídica e a proteção do crédito tributário;

III – elaborar estudos técnicos e apresentar projetos destinados ao aperfeiçoamento do sistema tributário e ao combate à evasão fiscal;

IV – participar da elaboração da previsão orçamentária da receita e do acompanhamento das metas de arrecadação da unidade administrativa fazendária;

V – planejar, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades de fiscalização, julgamento administrativo, cobrança e inteligência fiscal;

VI – integrar órgãos colegiados de julgamento de processos administrativos fiscais em primeira e segunda instâncias;

VII – exercer a representação técnica do Município junto a conselhos federais, estaduais e outros órgãos de administração tributária;

VIII – orientar o sujeito passivo sobre a correta interpretação da norma tributária, zelando pela transparência e pela conformidade fiscal.

Parágrafo único. Para assegurar a excelência no exercício das atribuições previstas nesta Lei, a Administração Pública Municipal manterá Programa de Formação Continuada, nos termos do art. 35 da Lei Orgânica Municipal, garantindo anualmente cursos de especialização e atualização técnica e jurídica aos servidores da carreira.

TÍTULO IV

DO INGRESSO NA CARREIRA

Art. 12. São requisitos básicos para a investidura no cargo de Auditor Fiscal, além daqueles previstos no art. 4º da Lei Complementar nº 122/2018-PMM:

I – possuir nacionalidade brasileira ou situação equivalente, na forma da lei;

II – estar em pleno gozo dos direitos políticos;

III – comprovar quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV – possuir a idade mínima de 18 (dezoito) anos na data da posse;

V – possuir diploma de nível superior, em qualquer área de formação, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC);

VI – gozar de aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, comprovada mediante inspeção médica oficial do Município;

VII – possuir idoneidade moral e conduta ilibada, comprovadas mediante investigação social e certidões negativas de antecedentes criminais, compatíveis com a natureza de atividade essencial do cargo;

VIII – ter sido previamente aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos;

IX – ter sido aprovado no Programa de Formação Técnica-Profissional, de caráter eliminatório e classificatório, conforme regulamentado nesta Lei.

Art. 13. O ingresso no cargo de Auditor Fiscal, integrante de carreira essencial ao funcionamento do Município, far-se-á mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, com posicionamento inicial na Classe A, Nível 1 da tabela salarial constante no Anexo I desta Lei Complementar.

§ 1º O concurso público será realizado em 02 (duas) etapas distintas e obrigatórias, na seguinte ordem:

I – primeira etapa: provas ou provas e títulos, de caráter eliminatório e classificatório;

II – segunda etapa: Programa de Formação Técnica-Profissional, de caráter eliminatório e classificatório, com duração média de 3 (três) meses.

§ 2º Os requisitos para aprovação, conteúdos programáticos e critérios de avaliação de ambas as etapas serão detalhados no edital de abertura do certame, observada a legislação municipal vigente.

§ 3º Somente os candidatos aprovados na primeira etapa, dentro do número de vagas e do cadastro de reserva estabelecido no edital, serão convocados para matrícula no Programa de Formação Técnica-Profissional.

§ 4º Durante o Programa de Formação, o candidato terá direito a um auxílio financeiro correspondente a 70% (setenta por cento) do vencimento básico inicial do cargo, nos termos do art. 16 desta Lei.

§ 5º O candidato que abandonar o Programa de Formação sem justo motivo ou que for reprovado por falta de assiduidade ou indisciplina deverá ressarcir ao erário municipal a integralidade dos valores recebidos a título de auxílio financeiro, sob pena de inscrição em dívida ativa.

§ 6º A aprovação no Programa de Formação é condição indispensável para a investidura, ocorrendo a nomeação e a posse no cargo de Auditor Fiscal de forma definitiva apenas após a homologação do resultado final da segunda etapa, obedecendo-se rigorosamente a classificação final unificada.

§ 7º O candidato reprovado no Programa de Formação Técnica-Profissional não será investido no cargo e será eliminado do concurso público, não gerando qualquer direito a indenização.

§ 8º O vencimento básico inicial dos Auditores Fiscais é o fixado na Tabela Salarial do Anexo I, sobre o qual incidirão as vantagens e adicionais previstos nesta Lei Complementar.

Art. 14. O ingresso na Carreira da Administração Tributária dar-se-á, obrigatoriamente, mediante a apresentação de Diploma de Conclusão de Curso Superior em grau de bacharelado ou equivalente, em qualquer área de formação reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), o qual deverá ser entregue à Administração no ato da posse.

Art. 15. No interesse da Administração Tributária e visando à eficiência institucional e à modernização administrativa, o Edital do Concurso Público poderá distribuir as vagas por áreas de especialização técnica, tais como fiscalização, tributação, arrecadação e tecnologia da informação aplicada ao Fisco, preservada a unicidade da carreira e a amplitude das atribuições previstas nesta Lei Complementar.

Art. 16. Os candidatos convocados para o Programa de Formação Técnica-Profissional farão jus a um auxílio financeiro mensal, de natureza indenizatória, correspondente a 70% (setenta por cento) do vencimento básico inicial do cargo de Auditor Fiscal.

§ 1º Ao servidor da Administração Direta, Autárquica ou Fundacional do Município de Macapá que participar do programa, é assegurado o afastamento remunerado, devendo optar formalmente entre o auxílio previsto no *caput* ou a remuneração do cargo de origem, vedada a percepção cumulativa, nos termos do art. 27 da Lei Complementar nº 122/2018-PMM.

§ 2º O corpo docente do programa será composto, preferencialmente, por no mínimo 70% (setenta por cento) de servidores efetivos integrantes do Grupo de Tributação, Arrecadação e Fiscalização, os quais farão jus à Gratificação por Encargo de Curso, calculada proporcionalmente às horas-aula ministradas, conforme regulamento.

§ 3º Os demais integrantes do corpo docente serão recrutados entre profissionais de comprovada habilitação técnica e idoneidade, observada a disponibilidade orçamentária e a legislação municipal vigente.

§ 4º O valor da hora-aula e os critérios de avaliação das atividades docentes e discentes serão estabelecidos em regulamento próprio, fundamentado em avaliação técnica das características e da complexidade das atribuições fiscais.

Art. 17. O concurso público para provimento do cargo de Auditor Fiscal, em razão de sua natureza e alta complexidade, reger-se-á pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, observadas as normas desta Lei Complementar, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Macapá e as regras específicas estabelecidas no edital de abertura.

Parágrafo único. O edital do certame deverá observar rigorosamente a descrição das atribuições e os requisitos de investidura previstos neste Plano de Carreira, garantindo a seleção dos candidatos tecnicamente qualificados para o exercício da atividade essencial de administração tributária.

Art. 18. Ao entrar em efetivo exercício, o Auditor Fiscal ficará sujeito ao estágio probatório por período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual sua aptidão, idoneidade e capacidade serão objeto de Avaliação Especial de Desempenho, conforme exigido pelo art. 37, § 5º, da Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Complementar nº 122/2018-PMM.

Parágrafo único. A confirmação no cargo e a consequente aquisição da estabilidade dependem de parecer favorável da comissão avaliadora, que observará os fatores de assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade, nos termos do art. 23 do Estatuto dos Servidores.

TÍTULO V

DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 19. Ao entrar em efetivo exercício, o servidor integrante do Grupo Ocupacional de Tributação, Arrecadação e

Fiscalização ficará sujeito ao estágio probatório por período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de Avaliação Especial de Desempenho, conforme exigido pelo art. 37, § 5º, da Lei Orgânica Municipal.

§ 1º A avaliação será conduzida pela Comissão de Gestão do Plano de Carreira Fiscal – CGPCF, que observará os fatores de assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade, nos termos da Seção VII da Lei Complementar nº 122/2018-PMM.

§ 2º O resultado do processo avaliativo deverá ser submetido à homologação do titular da unidade administrativa fazendária 04 (quatro) meses antes de findo o período do estágio probatório.

§ 3º Durante o estágio probatório, é vedada a cedência do servidor a qualquer título para outros órgãos ou entes, bem como a concessão de licença para tratar de interesses particulares.

§ 4º O servidor em estágio probatório poderá exercer cargos em comissão ou funções de confiança exclusivamente no âmbito da estrutura administrativa do Município, preferencialmente na unidade de lotação, continuando a ser avaliado onde efetivamente tiver exercício.

§ 5º Cessando a designação para os cargos mencionados no parágrafo anterior e restando ainda período a ser cumprido, o servidor retornará à sua unidade de origem para completar o estágio probatório.

Art. 20. Durante o estágio probatório, a Administração Pública Municipal promoverá a plena integração funcional e a capacitação técnica dos servidores, visando o desenvolvimento de suas potencialidades e a excelência no exercício das atribuições fiscais, em estrita observância ao princípio da valorização profissional estabelecido no art. 35 da Lei Orgânica Municipal.

§ 1º Cabe à unidade administrativa fazendária garantir o suporte administrativo, os recursos tecnológicos e o treinamento necessário para que a Comissão de Gestão do Plano de Carreira Fiscal – CGPCF realize o acompanhamento contínuo e a Avaliação Especial de Desempenho, conforme exigido pelo art. 37, § 5º, da LOM.

§ 2º O servidor em estágio probatório será obrigatoriamente incluído no Programa de Formação Continuada previsto no art. 67 desta Lei Complementar, com foco em inteligência fiscal, ética pública e modernização tributária, visando o aprimoramento necessário para a confirmação no cargo.

Art. 21. O Auditor Fiscal reprovado na Avaliação Especial de Desempenho será exonerado de ofício ou, se era estável em cargo anterior no Município, reconduzido ao cargo de origem, nos termos dos arts. 25 e 36, inciso I, da Lei Complementar nº 122/2018-PMM.

§ 1º A exoneração será precedida de processo administrativo de avaliação, garantindo-se ao servidor o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

§ 2º Contra o parecer de reprovação emitido pela CGPCF, caberá pedido de reconsideração ou recurso dirigido ao Prefeito Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias subsequentes à ciência da decisão, conforme o rito estabelecido no art. 23, § 6º, do Estatuto dos Servidores.

TÍTULO VI

DA LOTAÇÃO E DO REGIME DE TRABALHO

Capítulo I – Da Lotação

Art. 22. A lotação das unidades administrativas da Secretaria Municipal de Finanças será fixada anualmente por ato do Titular da pasta, observada a dotação de pessoal prevista no Anexo I desta Lei e a necessidade do servico público.

§ 1º A fixação da lotação deverá priorizar as atividades de fiscalização e constituição do crédito tributário, garantindo os meios necessários para o exercício da atividade essencial de administração tributária.

§ 2º A distribuição do efetivo buscará a descentralização e a eficiência administrativa, observando-se a precedência administrativa dos servidores fiscais sobre os demais setores do Município, nos termos do art. 86 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 23. A lotação inicial dos Auditores Fiscais dar-se-á conforme a distribuição de vagas estabelecida no Edital do respectivo Concurso Público, observando-se as áreas de especialização técnica previstas no art. 15 desta Lei Complementar.

Parágrafo único. Na ausência de especificação no edital, a lotação inicial será definida por ato do Titular da unidade administrativa fazendária, fundamentada no interesse da Administração Tributária e na prioridade das atividades essenciais de lançamento e fiscalização, nos termos do art. 94 da Lei Orgânica Municipal.

Capítulo II – Do Regime de Trabalho

Art. 24. Os servidores integrantes do Grupo Ocupacional de Tributação, Arrecadação e Fiscalização cumprirão jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, observados os limites diários mínimo de 06 (seis) e máximo de 08 (oito) horas, com intervalo de até 02 (duas) horas para repouso e alimentação.

§ 1º As atividades de fiscalização, pela sua natureza de interesse público e necessidade de continuidade, poderão ser exercidas em regime de plantão, mediante escala de revezamento regulamentada pelo Titular da unidade fazendária, respeitada a jornada semanal.

§ 2º O serviço extraordinário, assim considerado o que exceder a jornada funcional, será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho.

§ 3º O trabalho realizado em domingos e feriados, quando não integrar a escala normal de plantão, será remunerado com acréscimo de 100% (cem por cento) sobre o valor da hora normal.

§ 4º O serviço noturno, prestado entre as 22 horas de um dia e as 05 horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 25% (vinte e cinco por cento), computando-se cada hora como 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos.

§ 5º Em se tratando de serviço extraordinário noturno, o acréscimo de 25% incidirá sobre o valor da hora já acrescida do adicional de 50%, nos termos do art. 95, parágrafo único, da Lei Complementar nº 122/2018-PMM.

§ 6º O exercício de cargo em comissão ou função de confiança submete o servidor ao regime de integral dedicação ao serviço, não fazendo jus aos adicionais de serviço extraordinário e noturno, conforme o art. 25 desta Lei.

Art. 25. O Auditor Fiscal ou Fiscal de Tributos investido em cargo em comissão ou função de confiança submete-se ao regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da Administração, nos termos do art. 21, § 4º, da Lei Complementar nº 122/2018-PMM.

Parágrafo único. Em razão da natureza especial das atribuições de direção, chefia e assessoramento, o servidor no exercício dessas funções não fará jus ao adicional por serviço extraordinário nem ao adicional noturno, aplicando-se-lhe, no que couber, as demais normas gerais do Estatuto dos Servidores.

Capítulo III – Da Movimentação

Art. 26. A movimentação dos servidores do Grupo Ocupacional de Tributação, Arrecadação e Fiscalização dar-se-á nas seguintes modalidades:

I – por relotação, no âmbito das unidades da Secretaria Municipal de Finanças, por ato do seu Titular, fundamentada no interesse da Administração Tributária, por permuta ou a pedido do servidor;

II – por remoção, para exercício em outros órgãos ou entidades do Poder Executivo Municipal, exclusivamente por ato do Prefeito e para o exercício de Cargo de Natureza Especial (CNE), preservadas as prerrogativas do cargo efetivo;

III – por cedência, para exercício em órgãos ou entidades de outros Poderes ou entes federativos, nos termos do art. 119 da Lei Complementar nº 122/2018-PMM, por ato do Chefe do Poder Executivo e, em regra, sem ônus para o Município de Macapá.

§ 1º Ao servidor que sofrer ameaça à sua integridade física ou constrangimento ilegal em decorrência do exercício de suas atribuições é garantida, a pedido, a relotação imediata para outra unidade, mediante procedimento administrativo simplificado que preserve o sigilo e a segurança do Auditor ou Fiscal.

§ 2º Durante o período do estágio probatório, é vedada a cedência do servidor a qualquer título, bem como sua movimentação para localidade diversa daquela prevista no edital do concurso, nos termos do art. 26 da Lei Complementar nº 122/2018-PMM.

§ 3º Visando a transparência e a prevenção de conflitos de interesse, poderá ser estabelecida a rotatividade de lotação em postos fiscais ou unidades de fiscalização de campo, observando-se o período máximo de 24 (vinte e quatro) meses de permanência na mesma localidade.

§ 4º Em observância ao art. 231, inciso II, do Estatuto dos Servidores, é vedada a movimentação *ex officio* do servidor investido em cargo de direção ou representação sindical, desde o registro da candidatura até um ano após o fim do mandato, salvo mediante sua anuência prévia e formal.

TÍTULO VII

DA EVOLUÇÃO FUNCIONAL

Capítulo I – Promoção e Progressão

Art. 27. O desenvolvimento funcional do servidor na Carreira da Administração Tributária, integrante do Grupo Ocupacional de Tributação, Arrecadação e Fiscalização do Município de Macapá, ocorrerá mediante os institutos da Progressão Vertical e da Promoção Horizontal, fundamentadas no mérito, na avaliação de desempenho e no tempo de efetivo exercício, nos termos desta Lei Complementar.

Parágrafo único. O Sistema de Evolução Funcional constitui instrumento de valorização profissional e busca a excelência na prestação do serviço público, observando-se os princípios estabelecidos no art. 35 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 28. A Promoção Horizontal consiste na passagem do servidor estável de uma Classe para outra imediatamente superior, em reconhecimento ao mérito e à experiência profissional, com acréscimo de 5% (cinco por cento) sobre o vencimento básico.

§ 1º Para a concessão da Promoção, deverá ser observado o interstício mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício na Classe em que o servidor se encontra, além dos demais requisitos previstos no art. 30 desta Lei.

§ 2º Os efeitos financeiros da Promoção retroagem à data em que o servidor completou o interstício legal, independentemente da data de publicação do respectivo decreto, em observância ao princípio da automaticidade dos direitos previsto no art. 401 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 29. A Progressão Vertical consiste na movimentação do servidor de um Nível para o imediatamente superior, dentro da mesma Classe, fundamentada na avaliação de desempenho e no mérito funcional, com acréscimo de 2% (dois por cento) sobre o vencimento básico.

§ 1º Para a concessão da Progressão, deverá ser observado o interstício mínimo de 12 (doze) meses de efetivo exercício no nível anterior, além dos demais requisitos previstos no art. 30 desta Lei.

§ 2º Os efeitos financeiros da Progressão retroagem à data em que o servidor completou o interstício legal, independentemente da data de publicação do respectivo ato, em observância ao princípio da automaticidade dos direitos previsto no art. 401 da Lei Orgânica Municipal.

§ 3º O desenvolvimento funcional decorrente de Promoção Horizontal ou Progressão Vertical fica limitado ao teto remuneratório estabelecido no art. 48 desta Lei Complementar, devendo o acréscimo percentual ser reduzido proporcionalmente caso a remuneração total venha a ultrapassar o referido limite constitucional.

Art. 30. São requisitos cumulativos e obrigatórios para a concessão da Promoção Horizontal e da Progressão Vertical:

I – cumprimento do interstício mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício na classe para Promoção e de 12 (doze) meses de efetivo exercício no nível para Progressão;

II – obtenção de pontuação mínima de 70 (setenta) pontos na Avaliação Especial de Desempenho, coordenada pela CGPCF nos termos do art. 37 desta Lei;

III – assiduidade e pontualidade, comprovadas pela ausência de faltas injustificadas no respectivo período aquisitivo;

IV – inexistência de penalidade disciplinar de suspensão ou demissão transitada em julgado no período, confirmada por certidão da Corregedoria Geral do Município.

Parágrafo único. O tempo de afastamento para o exercício de mandato eletivo ou em razão de licença-prêmio será contado como de efetivo exercício para todos os fins deste artigo, observadas as ressalvas do art. 45, IV, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 31. O processo de avaliação de desempenho para fins de Promoção Horizontal deverá ser iniciado pela CGPCF 06 (seis) meses antes do cumprimento do interstício de 10 (dez) anos, operando-se de forma ex officio e independente de provocação do servidor.

§ 1º O parecer conclusivo da avaliação deverá ser encaminhado ao órgão central de gestão de pessoas até a data em que o servidor completar o interstício legal.

§ 2º Caso a Administração Pública não realize a avaliação no prazo estabelecido no *caput*, considerar-se-á preenchido o requisito de mérito (pontuação), em observância ao princípio da automaticidade dos direitos estabelecido no art. 401 da Lei Orgânica Municipal.

§ 3º Na hipótese do parágrafo anterior, preenchidos os demais requisitos objetivos previstos no art. 30, a promoção será efetivada de pleno direito, devendo a autoridade competente publicar o respectivo ato no prazo de 30 (trinta) dias, com os efeitos financeiros retroativos à data da implementação do interstício.

Art. 32. O parecer conclusivo da avaliação de desempenho, sendo favorável à Promoção, será homologado pelo Titular da unidade administrativa fazendária, que adotará as providências imediatas para a expedição do respectivo ato de desenvolvimento funcional.

§ 1º O Decreto de Promoção deverá ser publicado no Diário Oficial do Município no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento do parecer da CGPCF.

§ 2º Os efeitos financeiros da Promoção retroagirão, em qualquer hipótese, à data em que o servidor completou o interstício legal, em estrita observância ao princípio da automaticidade previsto no art. 401 da Lei Orgânica Municipal.

§ 3º A efetivação da Promoção observará a disponibilidade orçamentária e os limites de despesa com pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal e no art. 404 da Lei Orgânica, devendo a Administração demonstrar a adequação fiscal de forma fundamentada em caso de postergação.

Art. 33. O processo de avaliação de desempenho para fins de Progressão Vertical deverá ser iniciado pela CGPCF 02 (dois) meses antes do cumprimento do interstício de 12 (doze) meses, operando-se de forma *ex officio* e independente de provocação do servidor.

§ 1º O parecer conclusivo da avaliação deverá ser encaminhado ao órgão central de gestão de pessoas até a data em que o servidor completar o interstício legal.

§ 2º Aplica-se à Progressão Vertical a presunção de aprovação estabelecida no art. 31 desta Lei Complementar, de modo que a eventual inércia da Administração Pública em realizar a avaliação no prazo legal implica no reconhecimento automático do requisito de mérito, em estrita observância ao art. 401 da Lei Orgânica Municipal.

§ 3º Preenchidos os demais requisitos objetivos previstos no art. 30, a progressão será efetivada de pleno direito, com os efeitos financeiros retroativos à data da implementação do interstício.

Art. 34. O parecer conclusivo da avaliação de desempenho para fins de Progressão Vertical, sendo favorável, será homologado pelo Titular da unidade administrativa fazendária, que adotará as providências imediatas para a expedição do respectivo ato concessório.

§ 1º O ato de Progressão deverá ser publicado no

Diário Oficial do Município no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento do parecer da CGPCF.

§ 2º Os efeitos financeiros da Progressão retroagirão, em qualquer hipótese, à data em que o servidor completou o interstício legal, em estrita observância ao princípio da automaticidade dos direitos estabelecido no art. 401 da Lei Orgânica Municipal.

§ 3º A efetivação da Progressão observará a disponibilidade orçamentária e os limites de despesa com pessoal previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal e no art. 404 da Lei Orgânica, devendo a Administração demonstrar a adequação fiscal de forma fundamentada em caso de eventual postergação.

Art. 35. Em reconhecimento à dedicação exclusiva e à natureza de atividade essencial desempenhada ao longo da vida funcional, o servidor que implementar os requisitos para a aposentadoria, com direito à paridade e integralidade, será enquadrado no último nível da classe em que se encontre.

§ 1º O enquadramento previsto no *caput* dar-se-á de pleno direito no momento da concessão do benefício, sendo a remuneração decorrente deste nível utilizada como base de cálculo para a fixação dos proventos, nos termos do art. 47 da Lei Orgânica Municipal.

§ 2º A regra de enquadramento final aplica-se integralmente aos Fiscais de Tributos referidos no art. 7º desta Lei, como forma de preservar a paridade e a irredutibilidade de vencimentos garantidas pela legislação anterior e pelo art. 402 da Lei Orgânica.

§ 3º O direito estabelecido neste artigo é automático e independe de requerimento, conforme o mandamento do art. 401 da Lei Orgânica Municipal.

Capítulo II – Da Avaliação de Desempenho

Art. 36. A efetivação da primeira Progressão Vertical ocorrerá após a homologação do estágio probatório e a confirmação do servidor no cargo, nos termos do art. 28 da Lei Complementar nº 122/2018-PMM.

§ 1º Para fins de posicionamento na carreira, será integralmente computado o tempo de efetivo exercício desde a data da posse, garantindo-se ao servidor estável o enquadramento no nível correspondente aos interstícios completados durante o período avaliativo.

§ 2º Os efeitos financeiros das progressões acumuladas durante o estágio probatório retroagirão às datas em que foram completados cada um dos períodos de 12 (doze) meses, em estrita observância ao princípio da automaticidade dos direitos previsto no art. 401 da Lei Orgânica Municipal.

§ 3º A pontuação obtida na Avaliação Especial de Desempenho para fins de estabilidade (art. 37, § 5º da LOM) será utilizada como requisito de mérito para a concessão das progressões referidas neste artigo.

Art. 37. A Avaliação Especial de Desempenho, para fins de desenvolvimento funcional, será coordenada pela CGPCF e observará os seguintes critérios e pesos, totalizando 100 (cem) pontos:

I – capacidade técnica e produtividade: domínio de sistemas, precisão nos lançamentos e cumprimento de metas fiscais – peso 2;

II – comprometimento e disciplina: assiduidade, pontualidade e dedicação às metas institucionais – peso 2;

III – conduta e responsabilidade: ética no trato com o contribuinte, zelo pelo patrimônio e sigilo fiscal – peso 2;

IV – trabalho em equipe e iniciativa: cooperação com a unidade e proatividade na solução de problemas – peso 2;

V – capacitação e atualização: aproveitamento em cursos oferecidos pela SEMFI ou EAP, visando o aprimoramento previsto no art. 35 da Lei Orgânica Municipal – peso 2.

§ 1º As notas atribuídas em cada critério variam de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, sendo a nota final obtida pelo somatório do produto de cada nota pelo seu respectivo peso.

§ 2º A omissão da Administração quanto ao oferecimento de cursos referidos no inciso V implicará, obrigatoriamente, na atribuição de nota máxima ao servidor neste quesito, em respeito ao dever de investimento no servidor previsto na LOM.

§ 3º A avaliação será processada pela CGPCF, subsidiada por relatório técnico simplificado da chefia imediata, garantindo-se ao servidor o direito de ciência e acompanhamento direto, devendo este assinar o formulário e receber cópia imediata.

§ 4º O servidor que se julgar prejudicado poderá apresentar pedido de reconsideração à CGPCF no prazo de 10 (dez) dias, que decidirá de forma fundamentada após ouvir o avaliador e, se necessário, colher depoimentos técnicos de colegas de unidade.

§ 5º Para a concessão da Promoção Horizontal e da Progressão Vertical, é exigida pontuação igual ou superior a 70 (setenta) pontos.

Art. 38. A aplicação de penalidade disciplinar de repreensão ou suspensão, após decisão administrativa definitiva, impede a concessão da Promoção Horizontal ou Progressão Vertical no período aquisitivo em que ocorrer o fato.

§ 1º A vedação ao desenvolvimento funcional de que trata o *caput* cessará após o decurso de 03 (três) anos do trânsito em julgado da decisão, operando-se a reabilitação funcional do servidor para fins de início de novos interstícios.

§ 2º O período de cumprimento de suspensão disciplinar não será computado para fins de tempo de efetivo exercício, ficando a contagem do interstício suspensa, sendo retomada a partir do dia subsequente ao término da penalidade, nos termos do art. 41 desta Lei Complementar.

§ 3º Uma vez operada a reabilitação funcional, o servidor voltará a concorrer aos institutos de evolução funcional em igualdade de condições, observados os requisitos de mérito previstos no art. 30.

Art. 39. O período de afastamento do servidor para a realização de cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado ou doutorado) ou especialização *lato sensu*, quando devidamente autorizado no interesse da Administração Tributária, será computado como de efetivo exercício para todos os efeitos legais.

§ 1º O tempo referido no *caput* será integralmente considerado para o cumprimento dos interstícios necessários à Progressão Vertical e à Promoção Horizontal, visando o aprimoramento e a evolução funcional previstos no art. 35 da Lei Orgânica Municipal.

§ 2º Para a concessão do benefício, os cursos deverão guardar estrita correlação com as atribuições do cargo de Auditor Fiscal ou Fiscal de Tributos e com as áreas de interesse da Secretaria Municipal de Finanças, nos termos do art. 122, inciso II, da LOM.

§ 3º A conclusão do curso, além da contagem de tempo prevista neste artigo, facultará ao servidor o requerimento do Adicional de Qualificação estabelecido no art. 51 desta Lei Complementar.

Art. 40. Ao servidor integrante da Carreira da Administração Tributária investido em mandato eletivo, aplicam-se as disposições do art. 45 da Lei Orgânica Municipal e do art. 121 da Lei Complementar nº 122/2018-PMM.

§ 1º O tempo de exercício do mandato será computado como de efetivo exercício para todos os efeitos legais, inclusive para fins de aposentadoria, disponibilidade e interstícios de Progressão Vertical e Promoção Horizontal.

§ 2º Para o cumprimento do requisito de mérito durante o afastamento, o servidor perceberá a mesma pontuação obtida na sua última avaliação de desempenho realizada em exercício no cargo, conforme o disposto no art. 44 desta Lei Complementar, garantindo-se assim a evolução funcional contínua.

§ 3º Durante o afastamento, o servidor contribuirá para a seguridade social municipal como se em exercício estivesse assegurando-se a manutenção de todos os direitos previdenciários, nos termos do art. 121, § 1º, do Estatuto dos Servidores.

§ 4º O servidor investido em mandato eletivo goza de inamovibilidade de ofício, não podendo ser removido ou redistribuído para localidade diversa daquela onde exerce o mandato, em observância ao art. 121, § 2º, da LC nº 122/2018.

Art. 41. A contagem do interstício para fins de desenvolvimento funcional (Progressão Vertical e Promoção Horizontal) e a respectiva avaliação de desempenho ficarão suspensas nas seguintes situações:

I – durante o cumprimento de suspensão disciplinar transitada em julgado;

II – afastamento para participação em curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na Administração Pública, nos termos do art. 27, parágrafo único, da Lei Complementar nº 122/2018-PMM;

III – durante o período em que o servidor estiver em gozo de auxílio-reclusão, conforme o art. 221, inciso II, alínea "c", do Estatuto dos Servidores.

Parágrafo único. Cessado o impedimento, a contagem do tempo para fins de evolução funcional será retomada do ponto em que foi suspensa, aproveitando-se o período anteriormente decorrido, em observância ao princípio da automaticidade dos direitos previsto no art. 401 da Lei.

Art. 42. A contagem do interstício para fins de desenvolvimento funcional (Progressão Vertical e Promoção Horizontal) e a respectiva avaliação de desempenho serão interrompidas durante o gozo das seguintes licenças:

I – licença incentivada sem remuneração;

II – licença para tratar de interesses particulares, nos termos do art. 110 da Lei Complementar nº 122/2018-PMM.

Parágrafo único. Cessado o impedimento e retornando o servidor ao efetivo exercício, a contagem do tempo para fins de evolução funcional será reiniciada, não se computando o período decorrido anteriormente à licença, em estrita observância ao art. 36, § 1º, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 43. A contagem do interstício para fins de Progressão Vertical e Promoção Horizontal fluirá regularmente nos demais casos de licenças, afastamentos e concessões considerados por lei como de efetivo exercício, nos termos do art. 130 da Lei Complementar nº 122/2018-PMM.

Parágrafo único. Nas hipóteses de afastamento referidas no *caput*, a avaliação de desempenho será processada mediante a preservação da pontuação, observando-se o rito estabelecido no art. 44 desta Lei Complementar, em respeito ao princípio da automaticidade dos direitos previsto no art. 401 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 44. Nas hipóteses de afastamentos, licenças e concessões considerados pela legislação municipal como de efetivo exercício, nos termos do art. 130 da Lei Complementar nº 122/2018-PMM, será assegurada ao servidor a manutenção da última pontuação obtida na avaliação de desempenho.

§ 1º A pontuação preservada nos termos do *caput* servirá como requisito de mérito para a concessão automática da Progressão Vertical e da Promoção Horizontal durante todo o período do afastamento.

§ 2º Retornando o servidor às suas atividades funcionais, a pontuação anterior prevalecerá até que seja

processada e homologada a sua primeira avaliação de desempenho regular, em estrita observância ao princípio da automaticidade dos direitos previsto no art. 401 da Lei Orgânica Municipal.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se integralmente à servidora gestante ou adotante e ao servidor em gozo de licença por motivo de acidente em serviço ou doença profissional, visando a proteção da dignidade e a irredutibilidade de direitos prevista no art. 9º da Lei Orgânica.

Art. 45. É vedada a concessão de Promoção Horizontal ou Progressão Vertical antes de integralmente cumpridos os interstícios mínimos de efetivo exercício estabelecidos nos arts. 28 e 29 desta Lei Complementar.

§ 1º A proibição de que trata o *caput* é de natureza absoluta, sendo nulo de pleno direito qualquer ato administrativo que resulte em desenvolvimento funcional ou acréscimo pecuniário antes do implemento do requisito temporal e dos critérios de mérito previstos no art. 30.

§ 2º O cumprimento do interstício é condição precedente e obrigatória, cuja implementação deflagra o direito à percepção automática dos efeitos financeiros, nos termos do art. 401 da Lei Orgânica Municipal, retroativos à data exata da conclusão do período aquisitivo.

TÍTULO VIII

DA GESTÃO DO PLANO DE CARREIRA

Art. 46. Fica instituída a Comissão de Gestão do Plano de Carreira Fiscal – CGPCF, de natureza colegiada e permanente, dotada de autonomia técnica e deliberativa, vinculada à Secretaria Municipal de Finanças, com as seguintes competências:

I – gerir o desenvolvimento funcional dos ocupantes dos cargos de Auditor Fiscal e Fiscal de Tributos, processando as Progressões e Promoções;

II – planejar, coordenar e aplicar o sistema de avaliação de desempenho, nos termos desta Lei;

III – emitir parecer conclusivo sobre pedidos de vantagens, enquadramentos e revisões funcionais;

IV – efetuar a Avaliação Especial de Desempenho para fins de estabilidade no estágio probatório, conforme o art. 37, § 5º, da LOM;

V – monitorar a aplicação do teto remuneratório e a observância da paridade e integralidade;

VI – acompanhar e aferir o pagamento da Gratificação de Desempenho Fiscal – GDF;

VII – sugerir modificações na política de recursos humanos fazendária e participar da elaboração de editais de concurso;

VIII – exercer outras atribuições correlatas ao desenvolvimento da carreira fiscal.

§ 1º Em estrita observância ao art. 37, § 5º, da Lei Orgânica Municipal, a CGPCF será composta por 05 (cinco) membros titulares e seus respectivos suplentes, designados pelo Prefeito:

I – 02 (dois) Auditores Fiscais de carreira;

II – 01 (um) Fiscal de Tributos de carreira;

III – 01 (um) servidor técnico-administrativo da SEMFI;

IV – 01 (um) Advogado Público Municipal.

§ 2º A Comissão terá mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução, e será presidida por Auditor ou Fiscal eleito por seus pares.

§ 3º Os pareceres da Comissão que impliquem impacto financeiro ou alteração de situação jurídica individual serão submetidos à análise da Procuradoria Geral do Município antes da homologação pelo Secretário de Finanças.

§ 4º A participação na CGPCF é considerada serviço público relevante e será computada como nota máxima no critério de comprometimento da avaliação de desempenho do membro.

Art. 47. Fica instituído o Jeton de Participação aos membros titulares da CGPCF, em retribuição ao exercício de encargo em órgão de deliberação coletiva, em estrita observância ao disposto no art. 164, § 2º, da Lei Orgânica Municipal.

§ 1º O valor do Jeton será fixado em regulamento, sendo devido por reunião mensal de trabalho efetivamente realizada, limitada a percepção a até 04 (quatro) reuniões remuneradas por mês.

§ 2º Em razão de sua natureza indenizatória e eventual, nos termos do art. 50, III, alínea "g", da Lei Complementar nº 122/2018-PMM, o Jeton não se incorpora ao vencimento, não constitui base de cálculo previdenciária e não é computado para fins de limite remuneratório, ressalvado o teto constitucional.

§ 3º Conforme vedação expressa no art. 164, § 2º, da LOM, não farão jus à percepção do Jeton os membros que ocuparem os cargos de Secretário Municipal ou ocupantes de Cargos em Comissão, enquanto perdurarem tais designações.

§ 4º A gratificação de que trata este artigo será paga proporcionalmente à presença do membro titular ou de seu respectivo suplente nas reuniões convocadas.

TÍTULO IX

DO TETO REMUNERATÓRIO

Art. 48. A remuneração mensal dos ocupantes dos cargos de Auditor Fiscal e Fiscal de Tributos, integrantes da

Carreira da Administração Tributária, em razão de sua natureza de atividade essencial ao funcionamento do Estado e de sua precedência administrativa, fica limitada ao subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 37, inciso XI, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 132/2023.

§ 1º A implementação do limite previsto no *caput* dar-se-á de forma plena após a adequação dos dispositivos correlatos na Lei Orgânica Municipal e na legislação estatutária vigente, condicionada à prévia demonstração de adequação orçamentária e financeira.

§ 2º Enquanto não ultimado o processo de transição legislativa referido no parágrafo anterior, aplica-se como limite remuneratório (subteto) o subsídio mensal, em espécie, do Prefeito Municipal, conforme estabelecido no art. 34, § 5º, e art. 44 da Lei Orgânica Municipal, e no art. 50, § 4º, da Lei Complementar nº 122/2018-PMM.

§ 3º Não são computadas para efeito do limite remuneratório previsto neste artigo as parcelas de natureza indenizatória previstas em lei, nos termos do art. 75, §2º, da Lei Complementar nº 122/2018-PMM, incluindo-se nesta exclusão o Gratificação de Desempenho Fiscal (GDF) instituído por esta Lei.

TÍTULO X

DA REMUNERAÇÃO, DOS VENCIMENTOS E DAS VANTAGENS

Art. 49. A remuneração dos ocupantes dos cargos de Auditor Fiscal e de Fiscal de Tributos é composta pelo vencimento básico, correspondente à Classe e Nível ocupados na tabela salarial (Anexos I e II), acrescida das vantagens pecuniárias permanentes ou temporárias estabelecidas em lei.

§ 1º Integram a remuneração, para todos os efeitos legais, a Gratificação de Desempenho Fiscal (GDF), as vantagens de natureza individual já incorporadas e os adicionais previstos nesta Lei e na Lei Complementar nº 122/2018-PMM.

§ 2º Em observância aos arts. 402 e 125 da Lei Orgânica Municipal, ficam integralmente preservados os direitos adquiridos e as vantagens incorporadas durante a vigência de leis e estatutos revogados, especialmente a LC nº 014/2000-PMM, a LC nº 053/2008-PMM, a LC nº 089/2011-PMM e a LC 122/2018-PMM.

Art. 50. Fica assegurada a revisão geral anual da remuneração da carreira fiscal, sempre na mesma data e sem distinção de índices, em estrita observância ao art. 36, inciso VI, e art. 41 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 51. São devidos aos servidores da Carreira da Administração Tributária os seguintes adicionais de qualificação, incidentes sobre o vencimento básico do cargo:

I – Adicional de Especialização (*lato sensu*): 10% (dez por cento);

II – Adicional de Mestrado: 20% (vinte por cento);

III – Adicional de Doutorado: 30% (trinta por cento).

§ 1º Os adicionais previstos neste artigo são inacumuláveis, devendo o servidor perceber o percentual correspondente à sua maior titulação, desde que o curso possua correlação com as atribuições da Secretaria Municipal de Finanças, e são calculados sobre o vencimento base.

§ 2º Os adicionais serão concedidos mediante requerimento acompanhado de diploma ou certificado reconhecido pelo MEC, com efeitos financeiros retroativos à data do protocolo, devendo a administração processar o pedido no prazo máximo de 180 dias.

§ 3º Os adicionais de qualificação incorporam-se aos proventos e constituem base de incidência da contribuição previdenciária, nos termos do art. 241, § 4º, da LC nº 122/2018-PMM.

§ 4º A remuneração total, somados os vencimentos e adicionais, observará o limite remuneratório estabelecido no art. 48, § 2º, desta Lei Complementar.

Dos Auxílios

Art. 52. Serão concedidos aos servidores da Carreira da Administração Tributária, nos termos do art. 36, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, os seguintes auxílios:

I – auxílio-transporte;

II – auxílio-alimentação;

III – auxílio-deslocamento.

Art. 53. O servidor fará *jus* ao auxílio-transporte, pago em pecúnia e de caráter estritamente indenizatório, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo ou outro meio de locomoção para o deslocamento residência-trabalho e vice-versa, nos termos do art. 69 da Lei Complementar nº 122/2018-PMM.

§ 1º O valor mensal será a diferença entre as despesas efetivas com transporte e o desconto de 6% (seis por cento) incidente sobre o vencimento básico do cargo.

§ 2º O auxílio sofrerá desconto proporcional de 1/30 (um trinta avos) por dia de falta injustificada, respeitadas as ausências legalmente permitidas.

§ 3º O pagamento será suspenso durante férias, licenças remuneradas (acima de 60 dias) e licenças não remuneradas, conforme o rol do art. 69, § 3º, do Estatuto.

§ 4º Por sua natureza indenizatória, o auxílio-transporte não se incorpora à remuneração, não sofre incidência de contribuição previdenciária e não é computado para fins de teto remuneratório, nos termos do art. 75, § 2º, II, da LC nº 122/2018-PMM.

Art. 54. Fica assegurado o auxílio-alimentação, pago

em pecúnia por dia efetivamente trabalhado, possuindo natureza indenizatória e sendo inacumulável com benefícios similares.

§ 1º O valor unitário e o regulamento do benefício serão fixados em ato do Poder Executivo, devendo a implementação ocorrer no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias após a vigência desta Lei.

§ 2º Considera-se como dia trabalhado, para fins deste auxílio, a participação do servidor em treinamentos, congressos e eventos similares de interesse da Administração Tributária, sem deslocamento da sede.

§ 3º O auxílio-alimentação é isento de imposto de renda e não constitui base de cálculo para a seguridade social.

Art. 55. Será concedido auxílio-deslocamento aos servidores lotados em postos fiscais, localidades ou distritos onde não haja sistema de transporte coletivo regular, conforme o art. 71 da LC nº 122/2018-PMM.

Parágrafo único. É vedada a percepção cumulativa de auxílio-transporte e auxílio-deslocamento, devendo o servidor optar pelo que lhe for mais favorável.

TÍTULO XI

DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO FISCAL – GDF

Art. 56. Ficam integralmente preservados o direito à percepção e a base de cálculo da Gratificação de Desempenho Fiscal – GDF, instituída pela Lei Complementar nº 053/2008-PMM e alterada pela Lei Complementar nº 089/2011-PMM.

TÍTULO XII

DA PARIDADE E INTEGRALIDADE

Art. 57. É assegurada aos servidores aposentados e pensionistas integrantes da Carreira da Administração Tributária a paridade e a integralidade de seus proventos e pensões em relação à remuneração dos servidores ativos, em estrita observância ao art. 51 da Lei Orgânica Municipal e ao art. 235 da Lei Complementar nº 122/2018-PMM.

§ 1º Os proventos de inatividade e as pensões serão revistos na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens permanentemente concedidos aos ativos, inclusive os decorrentes de transformação ou reclassificação de cargos.

§ 2º A extensão de que trata o parágrafo anterior deverá ser efetivada pela unidade gestora previdenciária (MACAPÁPREV) no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a concessão aos ativos, com efeitos financeiros retroativos, em respeito ao princípio da automaticidade dos direitos previsto no art. 401 da Lei Orgânica.

§ 3º A CGPCF atuará como órgão de vigilância e fiscalização do cumprimento da paridade, devendo emitir relatório semestral sobre a regularidade das revisões aplicadas aos proventos da carreira fiscal.

TÍTULO XIII

DA SEGURIDADE SOCIAL E DA APOSENTADORIA

Art. 58. Aplica-se aos Auditores Fiscais e Fiscais de Tributos o Plano de Seguridade Social estabelecido no Título VI da Lei Complementar nº 122/2018-PMM, bem como as normas que regulamentam o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) gerido pela MACAPÁPREV, no que não conflitarem com esta Lei.

Art. 59. Os proventos de inatividade e as pensões dos integrantes da Carreira da Administração Tributária serão revistos na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, nos termos do art. 51 da Lei Orgânica Municipal e do art. 235 do Estatuto dos Servidores.

Parágrafo único. Estendem-se aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos profissionais em atividade, inclusive os decorrentes de transformação, reclassificação ou nova estruturação da carreira estabelecida nesta Lei.

Art. 60. A aposentadoria dos Auditores Fiscais e Fiscais de Tributos será concedida em observância aos requisitos e critérios estabelecidos na Constituição Federal e na legislação municipal específica de previdência.

§ 1º A contribuição previdenciária incidirá sobre a remuneração do cargo efetivo, composta pelo vencimento básico e vantagens permanentes, nos termos do art. 241, § 4º, da Lei Complementar nº 122/2018-PMM.

§ 2º Em estrita observância ao art. 50, inciso III, do Estatuto dos Servidores, ficam integralmente excluídas da base de cálculo da contribuição previdenciária as parcelas de natureza indenizatória, tais como auxílios e o Gratificação de Desempenho Fiscal (GDF).

TÍTULO XIV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 61. A Secretaria Municipal de Finanças (SEMFI) instituirá e manterá Programa de Formação Continuada, destinado ao aperfeiçoamento técnico e jurídico dos Auditores Fiscais e Fiscais de Tributos, em estrito cumprimento aos arts. 35 e 39 da Lei Orgânica Municipal.

Parágrafo único. A Administração Fazendária garantirá os recursos materiais e tecnológicos necessários ao fiel exercício das atribuições da carreira, em razão de sua natureza de atividade essencial.

Art. 62. É vedada a nomeação ou designação de pessoas sem a devida habilitação técnica e aprovação em

concurso público para o exercício de atribuições privativas de fiscalização e lançamento tributário, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade administrativa.

Art. 63. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão por conta de dotações consignadas no orçamento municipal, observando-se os limites de gastos com pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal e no art. 26, § 2º, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 64. Aplicam-se aos Auditores Fiscais e Fiscais de Tributos, de forma subsidiária, as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Macapá, no que não conflitarem com este Plano de Carreira.

Art. 65. Ficam assegurados os benefícios, direitos e vantagens já concedidos aos servidores ativos em pleno exercício de suas funções que compõem a remuneração atual da carreira fiscal, respeitando-se o disposto na Constituição da República e da Lei Orgânica Municipal.

Art. 66. As novas Tabelas de Vencimento Básico constantes nos Anexos I e II produzirão efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2027, em estrito cumprimento do art. 169, § 1º, da Constituição Federal, garantindo a existência de prévia dotação orçamentária e a autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), nos termos do art. 126, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 67. Esta Lei Complementar entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com seus respectivos efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2027.

Palácio **LAURINDO DOS SANTOS BANHA**, em 29 de setembro de 2026.

PEDRO DOS SANTOS MARTINS
Prefeito Municipal de Macapá – Em exercício

ANEXO I

TABELA SALARIAL – AUDITOR FISCAL

Grupo Ocupacional de Tributação, Arrecadação e Fiscalização – Município de Macapá
Vigência: 1º de janeiro de 2027 | Progressão entre Níveis: +2% (12 meses) | Promoção entre Classes: +5% (10 anos)

TABELA SALARIAL DOS AUDITORES FISCAIS			
	CLASSES		
NÍVEL	A	B	C
01	15.883,56	20.815,32	26.709,23
02	16.201,23	21.231,63	27.243,41
03	16.525,26	21.656,26	27.788,28
04	16.855,76	22.089,38	28.344,05
05	17.192,88	22.531,17	28.910,93
06	17.536,73	22.981,80	29.489,15
07	17.887,47	23.441,43	30.078,93
08	18.245,22	23.910,26	30.680,51
09	18.610,12	24.388,46	31.294,12
10	18.982,32	24.876,23	31.920,00

ANEXO II

TABELA SALARIAL – FISCAL DE TRIBUTOS

Grupo Ocupacional de Tributação, Arrecadação e Fiscalização – Município de Macapá
Vigência: 1º de janeiro de 2027 | Progressão entre Níveis: +2% (12 meses) | Promoção entre Classes: +5% (10 anos)

TABELA SALARIAL DOS FISCAIS DE TRIBUTOS			
	CLASSES		
NÍVEL	A	B	C
01	14.295,20	18.733,79	24.038,31
02	14.581,10	19.108,47	24.519,08
03	14.872,73	19.490,64	25.009,46
04	15.170,18	19.880,45	25.509,65
05	15.473,58	20.278,06	26.019,84
06	15.783,06	20.683,62	26.540,24
07	16.098,72	21.097,29	27.071,04
08	16.420,69	21.519,24	27.612,46
09	16.749,11	21.949,62	28.164,71
10	17.084,09	22.388,61	28.728,01

LEI COMPLEMENTAR Nº 221 / 2026 – PMM

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NA LEI COMPLEMENTAR Nº 104/2013- PMM – PLANO DE CARGOS, CARREIRA E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DA CTMAC – COMPANHIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE DE MACAPÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACAPÁ:

Faço saber que a Câmara Municipal de Macapá, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Artigo 26 da Lei Complementar nº 104/2013-PMM passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 26. Os vencimentos dos cargos efetivos descritos no Art. 6º da presente Lei Complementar, são os constantes do Anexo VI da presente Lei Complementar.

Art. 2°. Altera a Tabela de Vencimentos de que trata o artigo 26 da Lei Complementar nº 104/2013-PMM, passando a vigorar como anexo VI da Complementar nº 104/2013-PMM a Tabela de Vencimentos constante no anexo da presente lei complementar.

Art. 3º. Transforma cargo de provimento efetivo de Agente de Transporte de que trata o artigo 6°, inciso II, alínea a, da Lei Complementar nº104/2013-PMM em cargo de provimento efetivo de Agente de Trânsito, com as atribuições estabelecidas no anexo II, item 1.3, da Lei Complementar nº104/2013-PMM.

Art. 4°. O artigo 6º, inciso II, passa a ter a seguinte redação:

Art. 6°. (...)

I – (...)
II - AGENTES - ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO, composta pelo seguinte cargo:
a) Agente de Trânsito.

Art. 5°. Revoga o item 1.2 do anexo II da Lei Complementar nº 104/2013-PMM.

Art. 6°. Altera a redação e acresce incisos e parágrafos no artigo 27 da Lei Complementar nº 104/2013-PMM:

Art. 27. Integram o sistema remuneratório dos servidores amparados por esta Lei Complementar, as vantagens pecuniárias a serem conferidas de acordo com o cargo efetivo ocupado, suas atribuições funcionais e as circunstâncias a que é submetido o servidor no exercício de sua função, dentre as quais:

I - Gratificação de Atividade de Trânsito – GAT, de natureza permanente, devida exclusivamente ao servidor ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Trânsito e Motorista da Companhia de Trânsito e Transporte de Macapá – CTMAC, corresponde a 35% (trinta e cinco por cento), calculado sobre o vencimento base do servidor, reconhecendo a especificidade, o risco e a penosidade inerentes às atribuições de fiscalização, ordenamento e controle do trânsito urbano;
II - Gratificação de Desempenho – GD, de natureza variável, correspondente entre 4% e 12%, devida aos servidores estatutários operacionais da CTMAC em efetivo exercício, como instrumento de estímulo à eficiência e à qualidade na prestação do serviço público, correspondente a até 12% (doze por cento) calculado sobre o vencimento base do servidor, onde os critérios a serem avaliados receberão pontuação entre 0 a 10 pontos, os quais correspondem a porcentagem da gratificação, conforme disposto a seguir: a) Insatisfatório: pontuação entre 0.0 a 4,9, corresponde ao percentual de 0,0% de gratificação; b) Regular: pontuação entre 5.0 a 6,9, corresponde ao percentual de 4,0% de gratificação; c) Bom: pontuação entre 7.0 a 8,4, corresponde ao percentual de 6,0% de gratificação d) Ótimo: pontuação entre 8.5 a 9,4, corresponde ao percentual de 8,0% de gratificação e) Excelente: pontuação entre 9,5 a 10.0, corresponde ao percentual de 12,0% de gratificação.

§ 1º Por sua natureza permanente e inerente ao cargo, a Gratificação de Atividade de Trânsito – GAT incorpora-se aos proventos de aposentadoria, desde que haja o cumprimento de no mínimo 5 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo.

§ 2º A Gratificação de Atividade de Trânsito – GAT será reajustada automaticamente com mesmos critérios e percentuais do reajuste geral e linear concedido aos servidores municipais.

§ 3°. O pagamento da Gratificação de Atividade de Trânsito – GAT será suspensa nas hipóteses de cessão a outro órgão, suspensão disciplinar, licença sem remuneração, exercício de mandato eletivo ou por exercício de cargo em desvio de função.

§ 4°. A Gratificação de Desempenho – GD corresponde aos critérios de avaliação do Anexo II, incidentes sobre o vencimento base, apurados trimestralmente conforme resultado da avaliação de desempenho realizada pelo chefe imediato, conforme Anexo II desta Lei.

§ 5º A avaliação de desempenho para a concessão da Gratificação de Desempenho – GD é realizada trimestralmente pelo chefe imediato, contemplando sete fatores, com complementação de pontuação conforme ANEXO II, e complementação de certidão negativa da Comissão de Gestão do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração da Companhia de Trânsito e Transporte de Macapá:

a) competência técnico-profissional;
b) assiduidade e pontualidade;
c) qualidade e produtividade no serviço;
d) iniciativa e proatividade;
e) relacionamento interpessoal e trabalho em equipe;
f) conduta ética e disciplinar;
g) comprometimento institucional.

§ 6º Na Gratificação de Desempenho – GD a nota final é a média aritmética simples do resultado da avaliação de desempenho realizada pelo chefe imediato.

§ 7º Ao resultado da nota obtida para concessão da Gratificação de Desempenho – GD o servidor pode interpor recurso administrativo no prazo de 10 (dez) dias úteis à Comissão de Avaliação de Desempenho da companhia.

§ 8º Por sua natureza variável e inerente ao exercício do cargo, a GD não se incorpora aos proventos de aposentadoria.

§ 9°. A Gratificação de Atividade de Trânsito – GAT e a Gratificação de Desempenho – GD não integram a base de cálculo de quaisquer outras vantagens, adicionais, abonos ou benefícios, nos termos expressos na presente Lei

Complementar, salvo disposição em contrário;

§ 10. A combinação da Gratificação de Atividade de Trânsito – GAT (35%) com a Gratificação de Desempenho – GD (até 12%) representam um acréscimo fixo incidente sobre o vencimento base do cargo.

§ 11. Fica assegurado o recebimento da Gratificação de Atividade de Trânsito – GAT e da Gratificação de Desempenho – GD nos seguintes casos:

a) Licença maternidade;
b) Proporcionalidade na licença paternidade.

Art. 7°. Altera a redação do artigo 28 e acresce 28-A da Lei Complementar n° 104/2013-PMM passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 28. São devidas aos os servidores do quadro de pessoal efetivo da Companhia de Trânsito e Transporto de Macapá - CTMac como estimulo profissionalização os adicionais, inacumuláveis, a seguir discriminados:

I – Adicional do Especialização em Pós-Graduação, correspondente a 10% (dez por cento), calculado sobre o vencimento básico do servidor, destinado aos servidores da Companhia de Trânsito e Transporte de Macapá - CTMAC, portadores do Certificado de conclusão de Curso de Especialização, Pós-graduação lato sensu, desde que, atenda as normas educacionais, desde que o curso seja compatível com o desempenho das funções do cargo ocupado;
II - Adicional de Especialização em Mestrado, correspondente a 20% (vinte por cento), calculado sobre o vencimento básico do servidor, destinado aos servidores da Companhia de Trânsito e Transporte de Macapá - CTMac portadores de Certificado do Curso de Especialização em Pós-graduação strictu sensu com curso de Mestrado, desde que o curso seja compatível com o desempenho das funções do cargo ocupado;
III - Adicional do Especialização em Doutorado, correspondente a 30% (trinta por cento), calculado sobre o vencimento básico do servidor, destinado aos servidores da Companhia de Trânsito e Transporte de Macapá - CTMac, portadores de Certificado ou Diploma de curso do Especialização em Pós-graduação strictu sensu com curso do Doutorado, desde que atenda às normas educacionais, bem como que o curso seja compatível com o desempenho das funções do cargo ocupado.

Art. 28-A. Fica assegurado aos servidores da Companhia de Trânsito e Transporte de Macapá - CTMAC que já percebem, até a data da publicação da presente Lei Complementar, os adicionais de titulação referente a Graduação, Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado, inacumuláveis e calculados sobre o vencimento base, nos seguintes percentuais:

I – Graduação: 20% (vinte por cento) sobre a remuneração;
II – Pós-Graduação: 30% (trinta por cento) sobre o vencimento;
III – Mestrado: 40% (quarenta por cento) sobre o vencimento;
IV – Doutorado: 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento.

Parágrafo único. Os percentuais previstos neste artigo permanecem assegurados aos servidores que já recebam tais vantagens até a data da publicação desta Lei Complementar, inacumuláveis e calculados sobre o vencimento base, vedada a interrupção de sua percepção.

Art. 8°. O artigo 30 da Lei Complementar n° 104/2013-PMM, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 30. Cria a Gratificação de Risco de Vida, correspondente a 40% (quarenta por cento), incidente sobre o vencimento base do cargo efetivo, devida aos ocupantes dos cargos de provimento efetivo do quadro operacional da Companhia, conforme os dispositivos desta lei complementar, que exercem atividades inerentes ao cargo de Agente de trânsito e motorista, conforme observados seguintes critérios:

I - A Gratificação será calculada tomando-se por base o valor correspondente ao vencimento básico dos servidores do quadro operacional da Companhia, não sendo permitida a incidência sobre as vantagens adquiridas, que será calculado de 40% (quarenta por cento), incidente sobre o vencimento base do cargo efetivo;
II - A Gratificação de Risco de Vida é de a natureza fixa, sendo incidentes descontos previdenciários;
III - A gratificação de que trata este artigo independe de requerimento do servidor e será concedida após análise da Comissão de Gestão do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração e de ofício por ato da Presidência da Companhia de Trânsito e Transporte de Macapá – CTMac;

§ 1°. Farão jus à Gratificação de que trata esta Lei Complementar os servidores operacionais que exercem atividades, atribuições e/ou funções inerentes ao cargo de Agente de trânsito e motorista.

§ 2°. Ficará a cargo da Companhia a informação os servidores do quadro operacional que se enquadram nos termos da alínea anterior, bem como qualquer alteração que venha a ocorrer neste sentido a partir de então.

§ 3°. Incorrerão em responsabilidade administrativa, civil e penal aqueles que incorrerem em informações ou omissões destas que acarretem o pagamento da Gratificação em desacordo com a presente Lei Complementar.

Art. 9°. Revoga o artigo 33 da Lei Complementar n° 104/2013-PMM e o Adicional por Tempo de Serviço de que trata o referido artigo, ficando assegurado aos servidores concursados em 1998 que já percebem o adicional por tempo de serviço (anuênio) o direito à percepção dos percentuais adquiridos e concedidos em razão da avaliação anual até a data da publicação da presente Lei Complementar, vedada a supressão das vantagens já incorporadas em razão do tempo de serviço efetivamente prestado.

Art. 10. Fica alterado o parágrafo 2° e incluídos os parágrafos 3° e 4° ao Art. 38 da Lei Complementar n° 104/2013-PMM, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 38. (...)

§ 1°. (...)

§ 2º. Os servidores do quadro administrativo da Companhia, cumprirão a jornada de trabalho, no horário de 08h (oito) às 14h (quatorze horas), de segunda a sexta-feira, perfazendo o total de trinta horas semanais.

§ 3º. Os servidores do quadro operacional, cumprirão a jornada de trabalho por plantão, com turnos definidos em ordem de serviço e escala de trabalho expedidas pela Administração da Companhia.

§ 4º. Os servidores do quadro operacional da Companhia, trabalharão por escala 24 (vinte e quatro horas) de trabalho e 72h (setenta e duas horas) de descanso remunerado.

Art. 11. Fica alterado o Artigo 50 da Lei Complementar nº 104/2013-PMM, com a seguinte redação:

Art. 50. (...)

Parágrafo Único. Aplicam-se aos servidores regidos por esta Lei, as disposições da Lei Complementar nº 122/2018-PMM, demais Leis, Decretos, Portarias e/ou regulamentos municipais instituídos com essa finalidade que não sejam contrárias as disposições expressas nesta Lei Complementar.

Art. 12. Fica incluído o artigo 52-A na Lei Complementar nº 104/2013-PMM, com a seguinte redação:

Art. 52-A. Ficam assegurados os benefícios, direitos e vantagens, já concedidos aos servidores concursados em 1998 por atos do Poder Executivo, aos servidores ativos e inativos em exercício ou em gozo de aposentadoria ou pensão, bem como a continuidade de sua incorporação as respectivas remunerações, com base nos dispositivos da Lei Complementar nº 104/2013-PMM, respeitando o disposto na Constituição da República e na Lei Orgânica Municipal.

Art. 13. Esta Lei Complementar entrará em vigor com seus respectivos efeitos financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2027.

Palácio LAURINDO DOS SANTOS BANHA, em 29 de setembro de 2026.

PEDRO DOS SANTOS MARTINS
Prefeito Municipal de Macapá – Em exercício

ANEXO II
AVALIAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO – GD, ART.27º - II

CONCEITO	PONTUAÇÃO	PERCENTUAL (%)
Insatisfatório	0 a 4,9	0%
Regular	5,0 a 6,9	4%
Bom	7,0 a 8,4	6%
Ótimo	8,5 a 9,4	8%
Excelente	9,5 a 10,0	12%

Art. 27 – II A avaliação de desempenho é realizada trimestralmente pelo chefe imediato, contemplando sete fatores:
a) competência técnico-profissional;
b) assiduidade e pontualidade;
c) qualidade e produtividade no serviço;
d) iniciativa e proatividade;
e) relacionamento interpessoal e trabalho em equipe;
f) conduta ética e disciplinar;
g) comprometimento institucional.

ANEXO VI
TABELA SALARIAL

TABELA DE VENCIMENTOS DO SERVIDORES DA COMPANHIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE DE MACAPÁ - CONTRAPROPOSTA					
LEI COMPLEMENTAR 104/2013					
CLASSE		NÍVEL	GRUPO OCUPACIONAL		
			TÉCNICO	OPERACIONAL	ANALISTA
A	1	1	2.546,11	2.546,11	5.092,21
	2	2	2.597,03	2.597,03	5.194,06
	3	3	2.648,97	2.648,97	5.297,95
	4	4	2.701,95	2.701,95	5.403,90
	5	5	2.755,98	2.755,98	5.511,98
	6	6	2.811,11	2.811,11	5.622,22
	7	7	2.867,33	2.867,33	5.734,66

B	1	8	3.218,30	3.218,30	6.436,58
	2	9	3.282,67	3.282,67	6.565,32
	3	10	3.348,32	3.348,32	6.696,62
	4	11	3.415,28	3.415,28	6.830,55
	5	12	3.483,59	3.483,59	6.967,16
	6	13	3.553,26	3.553,26	7.106,50
	7	14	3.624,33	3.624,33	7.248,64
C	1	15	4.067,95	4.067,95	8.135,86
	2	16	4.149,31	4.149,31	8.298,59
	3	17	4.232,29	4.232,29	8.464,56
	4	18	4.316,94	4.316,94	8.633,85
	5	19	4.403,28	4.403,28	8.806,52
	6	20	4.491,35	4.491,35	8.982,65
	7	21	4.581,17	4.581,17	9.162,30
D	1	22	5.141,89	5.141,89	10.283,78
	2	23	5.244,73	5.244,73	10.489,46
	3	24	5.349,63	5.349,63	10.699,24
	4	25	5.456,62	5.456,62	10.913,22
	5	26	5.565,75	5.565,75	11.131,49
	6	27	5.677,06	5.677,06	11.354,12
	7	28	5.790,61	5.790,61	11.581,20
E	1	29	6.499,39	6.499,39	12.998,73
	2	30	6.629,37	6.629,37	13.258,71
	3	31	6.761,96	6.761,96	13.523,88
	4	32	6.897,20	6.897,20	13.794,35
	5	33	7.035,14	7.035,14	14.070,25
	6	34	7.175,85	7.175,85	14.351,65
	7	35	7.319,36	7.319,36	14.638,69

DECRETOS

DECRETO Nº 7.237/2026 – PMM

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 222, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Macapá, e;

Considerando o que estabelece a Lei Complementar nº 136/2020-PMM, que dispõe sobre a Organização da Prefeitura Municipal de Macapá e de seus Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta;

Considerando ainda, os termos do Memorando nº 50.353/2026-1Doc, datado de 24/09/2026, da Secretaria Municipal de Educação – SEMED/PMM.

DECRETA:

Art. 1º Exonerar ANDREZA DE SOUZA PAIXÃO do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente, Código CC-01, que integra à Estrutura Administrativa da Secretaria Municipal de Educação – SEMED/PMM.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 24 de setembro de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio LAURINDO DOS SANTOS BANHA, em Macapá-AP, 24 de setembro de 2026.

PEDRO DOS SANTOS MARTINS
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ - Em exercício

DECRETO Nº 7.238/2026 – PMM

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 222, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Macapá, e;

Considerando o que estabelece a Lei Complementar nº 136/2020-PMM, que dispõe sobre a Organização da Prefeitura Municipal de Macapá e de seus Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta;

Considerando ainda, os termos do Memorando nº 50.353/2026-1Doc, datado de 24/09/2026, da Secretaria Municipal de Educação – SEMED/PMM.

DECRETA:

Art. 1º Nomear MARIA ELIZABETE DE FREITAS ARAÚJO para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente, Código CC-01, que integra à Estrutura Administrativa da Secretaria Municipal de Educação – SEMED/PMM.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 24 de setembro de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio LAURINDO DOS SANTOS BANHA, em Macapá-AP, 24 de setembro de 2026.

PEDRO DOS SANTOS MARTINS
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ - Em exercício

D E C R E T O Nº 7.264/2026 - PMM

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 222, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Macapá, e;

Considerando o que estabelece a Lei Complementar nº 136/2020-PMM, que dispõe sobre a Organização da Prefeitura Municipal de Macapá e de seus Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta;

Considerando ainda, os termos do Memorando n.º 50.985/2026 – 1doc, datado de 29/09/2026, da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA/PMM.

D E C R E T A:

Art. 1º Exonerar MARCO LUCIANO DA COSTA MONTE VERDE do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente, Código CC-01, que integra à Estrutura Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA/PMM.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 29 de setembro de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio LAURINDO DOS SANTOS BANHA, em Macapá-AP, 29 de setembro de 2026.

PEDRO DOS SANTOS MARTINS
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ - Em exercício

D E C R E T O Nº 7.265/2026 - PMM

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 222, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Macapá, e;

Considerando o que estabelece a Lei Complementar nº 136/2020-PMM, que dispõe sobre a Organização da Prefeitura Municipal de Macapá e de seus Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta;

Considerando ainda, os termos do Memorando n.º 50.985/2026 – 1doc, datado de 29/09/2026, a Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA/PMM.

D E C R E T A:

Art. 1º Nomear ANNE RYANNE OLIVEIRA DOS SANTOS para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Código CC-01, que integra à Estrutura Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA/PMM.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 29 de setembro de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio LAURINDO DOS SANTOS BANHA, em Macapá-AP, 29 de setembro de 2026.

PEDRO DOS SANTOS MARTINS
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ - Em exercício

D E C R E T O Nº 7.268/2026 - PMM

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 222, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Macapá, e;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 93, inciso II, da Lei Complementar nº. 136/2020-PMM, que dispõe sobre a Organização da Prefeitura Municipal de Macapá e de seus Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta.

D E C R E T A:

Art. 1º Exonerar LARISSA LORRANNY ALVES NERY do Cargo de Provimento em Comissão de Chefe da Divisão de Pessoal, código CC–01, que integra à Estrutura Administrativa da Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 30 de setembro de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio LAURINDO DOS SANTOS BANHA, em Macapá-AP, 30 de setembro de 2026.

PEDRO DOS SANTOS MARTINS
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ - Em exercício

D E C R E T O Nº 7.269/2026 - PMM

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 222, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Macapá, e;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 93, inciso II, da Lei Complementar nº. 136/2020-PMM, que dispõe sobre a Organização da Prefeitura Municipal de Macapá e de seus Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta.

D E C R E T A:

Art. 1º Exonerar ELTON GOMES RAMOS do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente, código CC–01, que integra à Estrutura Administrativa da Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 30 de setembro de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio LAURINDO DOS SANTOS BANHA, em Macapá-AP, 30 de setembro de 2026.

PEDRO DOS SANTOS MARTINS
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ - Em exercício

D E C R E T O Nº 7.270/2026 - PMM

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 222, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Macapá, e;

Considerando o disposto no Art. 94, Inciso VI, da Lei Complementar nº 136/2020-PMM, que dispõe sobre a Organização da Prefeitura Municipal de Macapá e de seus Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta.

D E C R E T A:

Art. 1º Exonerar ELAINE DO ESPIRITO SANTO SILVA do Cargo de Provimento em Comissão de Assessora Técnico, Código CC-02 que integra à Estrutura Administrativa da Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 30 de setembro de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio LAURINDO DOS SANTOS BANHA, em Macapá-AP, 30 de setembro de 2026.

PEDRO DOS SANTOS MARTINS
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ - Em exercício

D E C R E T O Nº 7.271/2026 - PMM

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 222, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Macapá, e;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 93, inciso II, da Lei Complementar nº. 136/2020-PMM, que dispõe sobre a Organização da Prefeitura Municipal de Macapá e de seus Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta.

D E C R E T A:

Art. 1º Nomear DAIANE BURJACK DOS SANTOS DA SILVA para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Chefe da Divisão de Pessoal, código CC–01, que integra à Estrutura Administrativa da Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 01 de outubro de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio LAURINDO DOS SANTOS BANHA, em Macapá-AP, 30 de setembro de 2026.

PEDRO DOS SANTOS MARTINS
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ - Em exercício

D E C R E T O Nº 7.272/2026 - PMM

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 222, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Macapá, e;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 93, inciso II, da Lei Complementar nº. 136/2020-PMM, que dispõe sobre a Organização da Prefeitura Municipal de Macapá e de seus Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta.

D E C R E T A:

Art. 1º Nomear THAÍSSA VITÓRIA DE PAULO SOUSA para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente, código CC–01, que integra à Estrutura Administrativa da Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 01 de outubro de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio LAURINDO DOS SANTOS BANHA, em Macapá-AP, 30 de setembro de 2026.

PEDRO DOS SANTOS MARTINS
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ - Em exercício

D E C R E T O Nº 7.273/2026 - PMM

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 222, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Macapá, e;

Considerando o disposto no Art. 94, inciso VI, da Lei Complementar nº 136/2020-PMM, que dispõe sobre a Organização da Prefeitura Municipal de Macapá e de seus Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta.

D E C R E T A:

Art. 1º Nomear LARISSA LORRANNY ALVES NERY para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessora Técnica, Código CC-02 que integra à Estrutura Administrativa da Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 01 de setembro de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio LAURINDO DOS SANTOS BANHA, em Macapá-AP, 30 de setembro de 2026.

PEDRO DOS SANTOS MARTINS
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ - Em exercício

D E C R E T O Nº 7.274/2026 - PMM

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 222, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Macapá, e;

Considerando o que estabelece a Lei Complementar nº 136/2020-PMM, que dispõe sobre a Organização da Prefeitura Municipal de Macapá e de seus Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta.

Considerando ainda, os termos do Memorando nº 51.326/2026, datado de 30/09/2026, da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA/PMM.

D E C R E T A:

Art. 1º REVOGAR os termos do Decreto Nº 7.179/2026-PMM, datado de 21 de setembro de 2026, que nomeou WAGNER PINHEIRO DA SILVA para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Diretor do Departamento de Contabilidade, Código CC-02, que integra à Estrutura Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA/PMM.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 21 de setembro de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio LAURINDO DOS SANTOS BANHA, em Macapá-AP, 30 de setembro de 2026.

PEDRO DOS SANTOS MARTINS
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ - Em exercício

DECRETO Nº 7.275/2026 - PMM

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 222, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Macapá, e;

Considerando o que estabelece a Lei Complementar nº 136/2020-PMM, que dispõe sobre a Organização da Prefeitura Municipal de Macapá e de seus Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta.

Considerando ainda, os termos do Memorando nº 51.333/2026 – 1DOC, datado de 30 de setembro de 2026 da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA.

DECRETA:

Art. 1º Exonerar DHEBORA DE MELO VAZ do Cargo de Provimento em Comissão de Assessora Técnica, código CC-02, que integra à Estrutura Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde SEMSA-PMM.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 01 de outubro de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio LAURINDO DOS SANTOS BANHA, em Macapá-AP, 30 de setembro de 2026.

PEDRO DOS SANTOS MARTINS
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ - Em exercício

DECRETO Nº 7.276/2026 - PMM

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 222, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Macapá,

Considerando o que estabelece a Lei Complementar nº 136/2020-PMM, que dispõe sobre a Organização da Prefeitura Municipal de Macapá e de seus Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, e;

Considerando ainda, os termos do Memorando nº 51.333/2026 – 1DOC, datado de 30 de setembro de 2026 da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA.

DECRETA:

Art. 1º Exonerar ROSINETE DA SILVA OLANDA do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Código CC-01, que integra à Estrutura Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA/PMM.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 01 de outubro de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio LAURINDO DOS SANTOS BANHA, em Macapá-AP, 30 de setembro de 2026.

PEDRO DOS SANTOS MARTINS
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ - Em exercício

DECRETO Nº 7.277/2026 - PMM

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 222, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Macapá, e;

Considerando o que estabelece a Lei Complementar nº 136/2020-PMM, que dispõe sobre a Organização da Prefeitura Municipal de Macapá e de seus Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta.

Considerando ainda, os termos do Memorando nº 51.333/2026 – 1DOC, datado de 30 de setembro de 2026 da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA.

DECRETA:

Art. 1º Nomear DHEBORA DE MELO VAZ para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Diretora do Departamento de Contabilidade, Código CC-02, que integra à Estrutura Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA/PMM.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 01 de outubro de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio LAURINDO DOS SANTOS BANHA, em Macapá-AP, 30 de setembro de 2026.

PEDRO DOS SANTOS MARTINS
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ - Em exercício

DECRETO Nº 7.278/2026 - PMM

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 222, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Macapá, e;

Considerando o que estabelece a Lei Complementar nº 136/2020-PMM, que dispõe sobre a Organização da Prefeitura Municipal de Macapá e de seus Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta.

Considerando ainda, os termos do Memorando nº 51.333/2026 – 1DOC, datado de 30 de setembro de 2026 da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA.

DECRETA:

Art. 1º Nomear ROSINETE DA SILVA OLANDA para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessora Técnica, código CC-02, que integra à Estrutura Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde SEMSA-PMM.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 01 de outubro de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio LAURINDO DOS SANTOS BANHA, em Macapá-AP, 30 de setembro de 2026.

PEDRO DOS SANTOS MARTINS
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ - Em exercício

D E C R E T O Nº 7.280/2026 - PMM

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 222, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Macapá, e;

Considerando o que estabelece a Lei Complementar nº 136/2020-PMM, que dispõe sobre a Organização da Prefeitura Municipal de Macapá e de seus Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta.

D E C R E T A:

Art. 1º Exonerar PRISCILA HUANA SILVA BRITO do Cargo de Provimento em Comissão de Diretora do Departamento de Plano de Obras, Código CC-02, que integra à Estrutura Administrativa da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana/PMM.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 30 de setembro de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio LAURINDO DOS SANTOS BANHA, em Macapá-AP, 30 de setembro de 2026.

PEDRO DOS SANTOS MARTINS
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ - Em exercício

D E C R E T O Nº 7.281/2026 – PMM

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 222, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Macapá, e;

Considerando o que estabelece a Lei Complementar nº. 136/2020-PMM, que dispõe sobre a Organização da Prefeitura Municipal de Macapá e de seus Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta;

D E C R E T A:

Art. 1º Exonerar MARIA LICIA GARCIA COSTA do Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Programas, Código CC-01, que integra à Estrutura Administrativa da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana/PMM.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 30 de setembro de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio LAURINDO DOS SANTOS BANHA, em Macapá-AP, 30 de setembro de 2026.

PEDRO DOS SANTOS MARTINS
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ - Em exercício

D E C R E T O Nº 7.282/2026 – PMM

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 222, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Macapá, e;

Considerando o que estabelece a Lei Complementar nº. 136/2020-PMM, que dispõe sobre a Organização da Prefeitura Municipal de Macapá e de seus Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta;

D E C R E T A:

Art. 1º Nomear PRISCILA HUANA SILVA BRITO para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Programas, Código CC-01, que integra à Estrutura Administrativa da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana/PMM.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 01 de outubro de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio LAURINDO DOS SANTOS BANHA, em Macapá-AP, 30 de setembro de 2026.

PEDRO DOS SANTOS MARTINS
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ - Em exercício

D E C R E T O Nº 7.283/2026 - PMM

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 222, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Macapá, e;

Considerando o que estabelece a Lei Complementar nº 136/2020-PMM, que dispõe sobre a Organização da Prefeitura Municipal de Macapá e de seus Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta.

D E C R E T A:

Art. 1º Nomear MARIA LICIA GARCIA COSTA para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Diretora do Departamento de Plano de Obras, Código CC-02, que integra à Estrutura Administrativa da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana/PMM.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 01 de outubro de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio LAURINDO DOS SANTOS BANHA, em Macapá-AP, 30 de setembro de 2026.

PEDRO DOS SANTOS MARTINS
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ - Em exercício

D E C R E T O Nº 7.284/2026 - PMM

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 222, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Macapá, e;

Considerando o que estabelece a Lei Complementar nº 136/2020-PMM, que dispõe sobre a Organização da Prefeitura Municipal de Macapá e de seus Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta.

D E C R E T A:

Art. 1º REVOGAR os termos do Decreto Nº 6.737/2026-PMM, datado de 25 de agosto, que exonerou ROSSILDA MENDES DE LIMA do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente, código CC-01, que integra à Estrutura Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde SEMSA-PMM.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 25 de agosto de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio LAURINDO DOS SANTOS BANHA, em Macapá-AP, 30 de setembro de 2026.

PEDRO DOS SANTOS MARTINS
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ - Em exercício

D E C R E T O Nº 7.289/2026 – PMM

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 222, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Macapá, e;

Considerando o disposto no Art. 94, inciso III, da Lei Complementar nº. 136/2020-PMM, que dispõe sobre a Organização da Prefeitura Municipal de Macapá e de seus Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta;

Considerando ainda, os termos do Memorando n.º 51.340/2026 – 1doc, datado de 30/09/2026, da Secretaria Municipal de Gestão – SECG/PMM.

D E C R E T A:

Art. 1º Exonerar, a pedido, BRENDA DA ROCHA DE SOUSA para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente, Código CC-01, da Secretaria Municipal de Gestão, que integra à Estrutura Administrativa do Gabinete do Prefeito/PMM.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 30 de setembro de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio LAURINDO DOS SANTOS BANHA, em Macapá-AP, 01 de outubro de 2026.

PEDRO DOS SANTOS MARTINS
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ - Em exercício

D E C R E T O Nº 7.291/2026 – PMM

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 222, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Macapá, e;

Considerando o disposto no Art. 94, inciso III, da Lei Complementar nº. 136/2020-PMM, que dispõe sobre a Organização da Prefeitura Municipal de Macapá e de seus Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta.

D E C R E T A:

Art. 1º Nomear ILA TAYNNÁ GONÇALVES LIMA para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente, Código CC-01, da Secretaria Municipal de Gestão, que integra à Estrutura Administrativa do Gabinete do Prefeito/PMM.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 01 de outubro de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio LAURINDO DOS SANTOS BANHA, em Macapá-AP, 01 de outubro de 2026.

PEDRO DOS SANTOS MARTINS
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ - Em exercício

DECRETO Nº 7.298/2026-PMM

Dispõe sobre a oferta gratuita de transporte público coletivo urbano municipal nos dias de votação das Eleições Gerais de 2026, estabelece medidas operacionais, de fiscalização, custeio e controle, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município de Macapá,

CONSIDERANDO o art. 30, inciso V, da Constituição Federal, que atribui ao Município competência para organizar e prestar os serviços públicos de interesse local, incluído o transporte coletivo, de caráter essencial;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Orgânica do Município de Macapá relativas à organização, regulamentação, controle, fiscalização e gerenciamento do transporte público coletivo municipal;

CONSIDERANDO o julgamento da ADPF nº 1.013/DF pelo Supremo Tribunal Federal, quanto ao dever de oferta gratuita de transporte público coletivo nos dias de votação;

CONSIDERANDO o art. 23 da Resolução-TSE nº 23.751, de 26 de fevereiro de 2026, e o art. 88 da Resolução-TSE nº 23.759, de 2 de março de 2026, que disciplinam a oferta gratuita de transporte coletivo urbano municipal e intermunicipal nos dias de votação, com frequência compatível com a dos dias úteis;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar universalidade, acessibilidade, regularidade, continuidade, impessoalidade, transparência e fiscalização da operação;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar, no âmbito municipal, as providências administrativas necessárias ao cumprimento das determinações eleitorais, sem prejuízo da observância dos instrumentos de delegação, da legislação financeira e das competências técnicas da Companhia de Trânsito e Transporte de Macapá – CTMac;

DECRETA:

Art. 1º. Fica assegurada, no âmbito do Sistema de Transporte Público Coletivo Urbano do Município de Macapá, a gratuidade integral da tarifa aos usuários no dia 4 de outubro de 2026, correspondente ao primeiro turno das Eleições Gerais de 2026, e, caso haja segundo turno, no dia 25 de outubro de 2026, observadas as disposições deste Decreto e da legislação eleitoral.

Art. 2º. A gratuidade abrangerá as linhas e veículos integrantes do sistema municipal de transporte coletivo urbano que estiverem em operação nos dias de votação, sem distinção de qualquer natureza entre eleitoras, eleitores e demais usuários, vedada a exigência de comprovação de condição de eleitor, apresentação de título eleitoral ou indicação de local de votação.

Art. 3º. A operação deverá observar frequência compatível com aquela praticada nos dias úteis, cabendo à CTMac estabelecer e divulgar, mediante ato técnico-operacional, as linhas, itinerários, horários, frota, número de viagens, reforços, linhas especiais e demais parâmetros necessários ao atendimento da demanda.

Art. 4º. A CTMac deverá elaborar quadro comparativo entre a operação ordinária de dia útil e a operação programada

para cada dia de votação, mantendo-o no processo administrativo correspondente, juntamente com os elementos técnicos que justifiquem eventuais adequações.

Art. 5º. Poderão ser adotadas, quando tecnicamente necessárias e juridicamente cabíveis, as medidas previstas na regulamentação eleitoral, inclusive criação de linhas especiais para regiões mais distantes, utilização de veículos públicos disponíveis e requisição de veículos adaptados, com preferência, sempre que possível, por veículos acessíveis às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Art. 6º. A oferta do serviço será realizada de forma universal e impessoal, sendo expressamente vedados: I – propaganda partidária ou eleitoral; II – promoção pessoal de agente público; III – utilização de nomes, imagens, slogans, símbolos ou elementos que caracterizem promoção de autoridade, candidato, partido, federação ou coligação; IV – qualquer condicionamento do transporte à manifestação de preferência política ou eleitoral.

Art. 7º. A comunicação institucional relativa à gratuidade terá caráter exclusivamente informativo e de utilidade pública, limitando-se às informações necessárias ao uso do serviço, especialmente datas, horários, itinerários, pontos de embarque, acessibilidade, alterações operacionais e canais oficiais de atendimento.
Art. 8º. Compete à CTMac: I – planejar e regulamentar tecnicamente a operação; II – determinar às operadoras as condições operacionais necessárias ao cumprimento deste Decreto, dentro do regime jurídico aplicável; III – fiscalizar frota, viagens, horários, itinerários, quilometragem e frequência; IV – manter registros e relatórios da execução; V – adotar medidas de acessibilidade; VI – certificar a efetiva prestação do serviço; VII – elaborar, quando cabível, a metodologia e a memória de cálculo de eventual ressarcimento, compensação ou remuneração decorrente da gratuidade.

Art. 9º. A gratuidade concedida ao usuário não implica, por si só, definição automática de valor devido às empresas operadoras, devendo eventual ressarcimento, compensação, recomposição ou remuneração observar o regime jurídico dos respectivos instrumentos de delegação, a legislação aplicável e a efetiva repercussão econômico-financeira tecnicamente demonstrada.

Art. 10. É vedado o pagamento fundado exclusivamente em declaração unilateral da operadora ou, sem demonstração técnica e jurídica de sua adequação ao modelo remuneratório, na simples multiplicação do número estimado de passageiros pela tarifa pública vigente.

Art. 11. Para eventual processamento de despesa relacionada à gratuidade, a CTMac deverá instruir os autos com nota técnica, memória de cálculo, identificação das operadoras e dos instrumentos de delegação, parâmetros operacionais, estimativa prévia, dados da execução efetiva e certificação do serviço, sem prejuízo dos demais documentos exigidos pela legislação.

Art. 12. As despesas decorrentes da execução deste Decreto observarão a disponibilidade orçamentária e financeira e correrão à conta das dotações legalmente cabíveis, aplicando-se, no que couber, a disciplina específica do art. 23, § 2º, da Resolução-TSE nº 23.751/2026 e do art. 88, § 2º, da Resolução-TSE nº 23.759/2026.

Art. 13. A existência de eventual transferência, convênio, cooperação financeira, repasse da União, da Justiça Eleitoral, do Estado ou de outro ente somente poderá ser considerada como fonte de custeio quando formalmente constituída e documentalmente comprovada no processo administrativo, não se presumindo repasse externo para cobertura da gratuidade municipal.

Art. 14. O empenho, a liquidação e o pagamento de eventual despesa observarão a legislação financeira aplicável, ficando a liquidação condicionada à comprovação e à certificação da execução do serviço pela CTMac, segundo a metodologia previamente definida e os parâmetros efetivamente realizados.Art. 15. A CTMac deverá comunicar ou atualizar perante o juízo eleitoral competente os itinerários, as modalidades de transporte e os horários ofertados gratuitamente, mantendo nos autos a comprovação da comunicação e de suas atualizações.

Art. 16. A CTMac adotará providências para garantir acessibilidade na operação e promoverá, quando cabível, a articulação institucional necessária às medidas destinadas a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, sem confundir o transporte especial disciplinado pela Justiça Eleitoral com a gratuidade geral do sistema municipal.

Art. 17. O Município promoverá articulação com o Estado do Amapá e com os demais órgãos competentes quanto ao transporte intermunicipal ou metropolitano, respeitada a repartição constitucional e legal de competências e vedada a assunção de obrigação financeira de outro ente sem instrumento jurídico próprio.

Art. 18. As empresas operadoras deverão disponibilizar à CTMac, nos prazos e formatos por ela definidos, os dados operacionais necessários à fiscalização e à apuração de eventual repercussão econômico-financeira, respondendo pela veracidade e consistência das informações apresentadas.

Art. 19. A CTMac poderá expedir atos complementares estritamente necessários à execução operacional deste Decreto, respeitados os limites da legislação eleitoral, da legislação municipal e dos instrumentos de delegação.

Art. 20. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Macapá/AP, 01 de outubro de 2026.

PEDRO DOS SANTOS MARTINS
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ - Em exercício

GABI

PORTARIA Nº 259/2026 – GABI/PMM

O Secretário Municipal do Gabinete Civ , usando de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Decreto nº 2.671/2026-PMM e considerando o disposto no Decreto Nº 2.237/2020-PMM, datado de 12 de junho de 2020, e;

Considerando os termos do Memorando nº 51.459/2026 - 1Doc, datado de 01/10/2026, da Secretaria Municipal de Mobilização e Participação Popular - SMMPP/PMM.

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR a viagem do Servidor JOSÉ MARIA GOES DA SILVA FILHO, Secretário Municipal de Mobilização e Participação Popular - SMMPP/PMM, que se deslocou de Macapá/AP, sede de suas atividades funcionais, até o Distrito de Maruanum, Campina Grande,

Torrão do Matapi, Ariri e Tessalônica, no período de 01 a 03/10/2026, com a finalidade de acompanhar e fiscalizar os trabalhos dos Distritos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 01 de outubro de 2026.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Gabinete do Secretário, em Macapá-AP, 01 de outubro de 2026.

RUI FERRO DOS SANTOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
Decreto nº 2671/2026-PMM

PORTARIA Nº 260/2026 - GABI/PMM

O Secretário Municipal do Gabinete Civil, usando de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Decreto Nº. 2.671/2026-PMM e considerando o disposto no Decreto Nº 2.110/2014-PMM, datado de 01 de outubro de 2014, e;

Considerando os termos do Memorando nº 51.459/2026 - 1Doc, datado de 01/10/2026, da Secretaria Municipal de Mobilização e Participação Popular - SMMPP/PMM;

Considerando ainda, a Portaria nº 259/2026-GABI/PMM, datada de 01/10/2026, que autoriza a viagem do servidor JOSÉ MARIA GOES DA SILVA FILHO, Secretário Municipal de Mobilização e Participação Popular - SMMPP/PMM.

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR a designação do Servidor CLEUDSON ALMEIDA DE SOUZA - Subsecretário de Planejamento e Gestão, que se encontra respondendo, cumulativamente, pelo Cargo de Secretário Municipal de Mobilização e Participação Popular, em substituição ao titular que se deslocou de Macapá/AP, sede de suas atividades funcionais, até o Distrito de Maruanum, Campina Grande, Torrão do Matapi, Ariri e Tessalônica, no período de 01 a 03/10/2026, com a finalidade de acompanhar e fiscalizar os trabalhos dos Distritos.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Gabinete do Secretário, em Macapá-AP, 01 de outubro de 2026.

RUI FERRO DOS SANTOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
Decreto nº 2671/2026-PMM

SEC.MUN.GESTÃO

PORTARIA Nº1621/2026 – GESTÃO

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO, usando de suas atribuições legais que lhe são conferidas no Art. 222, inciso II, da Lei Orgânica no Município de Macapá e,

Considerando o disposto no Art. 94, Inciso III e Art. 103, Inciso V da Lei Complementar nº 136/2020-PMM, que dispõe sobre a organização da Prefeitura Municipal de Macapá e de seus Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta;

CONSIDERANDO a determinação legal prevista na Lei nº 14.133/2021;

RESOLVE:

Art. 1° - DESIGNAR o servidor DANIEL BANDEIRA DA CRUZ SILVA, ocupante do Cargo em Provimento em Comissão de Chefe de Divisão de Almoxarifado Central, Decreto nº 5.297/2026 – PMM, código CC-01, para exercer a função de FISCAL DE CONTRATO, referente à contratação de empresa especializada no fornecimento de MATERIAL DE CONSUMO (por Sistema de Registro de Preço), para atender as necessidades da SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO.

§ 1° - O Servidor designado atuará na fiscalização e acompanhamento do Contrato nº 003/2026 - GESTÃO/PMM, celebrado entre o Município de Macapá, pessoa Jurídica de direito Público, CNPJ (MF) nº 05.995.766/0001-77, por intermédio da Secretaria Municipal de Gestão - SECG/PMM e a empresa A N GOMES LTDA, inscrita no CNPJ nº. 34.642561/0001-06, referente à Ata de Registro de Preço SRP nº 040/2024 – SECCOMPRAS/AP, oriunda do Pregão Eletrônico nº 200/2023 – SECCOMPRAS, instruído nos autos do Processo Administrativo SIGA nº 00047/SECCOMPRAS/AP e na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no artigo 15, II, § 1º, § 2º e § 3º e Art. 86, § 2º da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 2.2994/2023, instruído no Processo Administrativo nº 1.393/2026 – DCA/GESTÃO/PMM e Parecer Jurídico nº 055/2026 – ASSEJUR/GESTÃO.

§ 2º - O servidor designado anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da Fiscal deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogadas às disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Gabinete da Secretaria Municipal de Gestão, em 21 de setembro de 2026.

GISELE FERNANDES DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Gestão
Decreto nº 744/2026-PMM

MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE MACAPÁ – GCMM E COMPANHIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE DE MACAPÁ – CTMAC

EDITAL Nº 027/2026 – SECG/PMM – RESULTADO PRELIMINAR
DO EXAME DOCUMENTAL E MÉDICO
CARGO: GUARDA MUNICIPAL

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ**, por meio da Secretaria Municipal de Gestão, representada pela Presidente da Comissão Organizadora e Fiscalizadora do Concurso Público, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital nº 001/2025 – SECG/PMM e suas retificações,

Considerando o **Edital nº 019/2026–SECG/PMM** da convocação para a realização da etapa de Exame Documental e Exame Médico, destinada aos candidatos ao cargo de Guarda Municipal e GCM / Músico.

Considerando as Atas e demais registros produzidos pela Comissão responsável pela realização e acompanhamento da etapa;

RESOLVE:

I – Tornar público, na forma do **Anexo Único** deste Edital, o **Resultado Preliminar** do Exame Documental e Exame Médico para o cargo de Guarda Municipal e GCM / Músico, convocados nos termos do edital específico para realização da referida Etapa;

II – Abrir prazo de 02 dias úteis para a interposição de recurso quanto ao resultado preliminar, o qual deverá ser apresentado exclusivamente por meio do endereço eletrônico oficial da comissão do concurso (comissaoconcursos@macapa.ap.gov.br), dentro do prazo estabelecido neste edital, não sendo aceitos recursos encaminhados por outros meios ou endereços eletrônicos.

Macapá-AP, 02 de outubro de 2026.

Gisele Fernandes de Oliveira
GISELE FERNANDES DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Gestão - PMM
Decreto nº 744/2026-PMM
Presidente da Comissão

ANEXO ÚNICO

RESULTADO PRELIMINAR DO EXAME DOCUMENTAL E EXAME MÉDICO

Nº	Nome do Candidato	Inscrição	Exame Documental	Exame Médico	Resultado
01	CHRISTIAN DE OLIVEIRA SERRA	1016285	APTO CONDICIONAL	APTO	APTO CONDICIONAL*
02	SAMUEL ARAÚJO SARDO	1014827	APTO	APTO	APTO
03	MARTIN EULER TAVARES DA SILVA	1014213	APTO CONDICIONAL	APTO	APTO CONDICIONAL*
04	ALEISSON SANTIAGO QUADRO	1001963	APTO CONDICIONAL	APTO	APTO CONDICIONAL*
05	JOÃO PEDRO MACHADO AMORIM	1018338	APTO	APTO	APTO
06	GÉSSICA RODRIGUES GALVÃO	1006316	APTO	APTO	APTO
07	MARIO FRANÇA LOBATO NETO	1008151	APTO CONDICIONAL	APTO	APTO CONDICIONAL*

08	LUCAS DA SILVA LEAL	1011558	APTO	APTO	APTO
09	MARIA EDUARDA DUARTE SOUSA	1010699	APTO	APTO	APTO
10	RODRIGO TOKINORI NISHI DIAS	1015133	APTO	APTO	APTO
11	RUAN GABRIEL FONSECA NASCIMENTO	1006153	APTO	APTO	APTO
12	WENDERSON PEREIRA SOARES	1006801	APTO	APTO	APTO
13	KALLYFER NATAN TORRINHA MONTEIRO	1022724	APTO	APTO	APTO
14	MANOEL NETO SANCHES SILVA	1014093	APTO	APTO	APTO
15	MARCELO VICTOR VILHENA BORGES	1019157	APTO	APTO	APTO
16	DIONICLEI DA SILVA MIRANDA	1011170	APTO CONDICIONAL	APTO	APTO CONDICIONAL*
17	LUIS FELIPE SARGES ALVES	1004408	APTO	APTO	APTO
18	NEDSON MENDES MARQUES	1016374	APTO	APTO	APTO
19	ANA REBECA DA SILVA OLIVEIRA	1021353	APTO CONDICIONAL	APTO	APTO CONDICIONAL*
20	LUIZ HENRIQUE GUIMARAES PEREIRA	1024950	APTO	APTO	APTO
21	MOISES DA COSTA SILVA	1023877	APTO	APTO	APTO
22	ERNANDES DE OLIVEIRA GARCIA	1020190	APTO	AUSENTE	INAPTO
23	MARCELO FREITAS RIBEIRO	1002346	APTO	APTO	APTO
24	ANDRÉ RENAN COSTA DE OLIVEIRA	1023790	APTO	APTO	APTO
25	MARCELO VINÍCIOS PERES ALMEIDA	1018797	APTO	APTO	APTO
26	RAYGNÉ ALMIR GAIA PINHEIRO CORREA	1011578	APTO CONDICIONAL	APTO	APTO CONDICIONAL*
27	MARCO ANTONIO AMORIM DE SOUZA	1002953	APTO CONDICIONAL	APTO	APTO CONDICIONAL*
28	KEVIN LADISLAU BARROSO	1000795	APTO	APTO	APTO
29	KEVIN SILVA COSTA	1020985	APTO	APTO	APTO
30	IRUAN TRINID MONTEIRO DA SILVA	1006734	APTO	APTO	APTO
31	KETHELEN KAILY DOS SANTOS FEITOZA	1009641	APTO	APTO	APTO

32	JAMMYLLY LIMA DE OLIVEIRA	1015332	APTO	APTO	APTO
33	MATHEUS ALMEIDA BEZERRA	1002420	APTO	APTO	APTO
34	FELIPE BOIAN REIS	1007381	APTO	APTO	APTO
35	LUCAS PRESSELE CARDOSO DOS SANTOS	1002726	APTO	APTO	APTO
36	LUCAS RYAN BRITO FIGUEIREDO	1016877	APTO	APTO	APTO
37	JOÃO VICTOR DE SOUZA	1004202	APTO	APTO	APTO
38	SIRNEI HUMBERTO COSTA E SILVA	1018839	APTO CONDICIONAL	APTO	APTO CONDICIONAL*
39	LUCAS LOPES MORAES	1007167	APTO	APTO	APTO
40	ANA CAROLINY DO CARMO SOUZA	1013992	APTO	APTO	APTO
41	PAULO ANDRE OLIVEIRA DA SILVA	1010899	APTO	APTO	APTO
42	RAQUEL MOREIRA DA SILVA	1016610	APTO	APTO	APTO
43	MARINA FREIRE SAMPAIO SACRAMENTO	1014430	APTO	APTO	APTO
44	AMILTON CARDOSO BRITO	1008462	APTO	APTO	APTO
45	RODRIGO DE SOUSA CAVALCANTE	1012542	APTO	APTO	APTO
46	RICARDO MARTINS BONFIM	1008562	APTO	APTO	APTO
47	WELLYGTON CLEITON DA SILVA BEZERRA	1007368	APTO	APTO	APTO
48	JOSÉ AUGUSTO PAULA DA SILVA FILHO	1017078	APTO	APTO	APTO
49	MAICON DIEGO SILVA DA COSTA	1023459	APTO	APTO	APTO
50	JOAO VITOR MARQUES CARVALHO	1014716	APTO CONDICIONAL	APTO	APTO CONDICIONAL*
51	MATHEUS MOUTINHO	1016974	APTO	APTO	APTO
52	THIAGO DOS SANTOS SILVA NASCIMENTO	1019774	APTO	APTO	APTO
53	GABRIEL DA FRANÇA ARAUJO BANDEIRA	1025079	APTO	APTO	APTO
54	RAILON YOHAN MELO NEVES TAVARE	1013461	APTO CONDICIONAL	APTO	APTO CONDICIONAL*
55	ALESSANDRO DOS SANTOS CAMPOS	1025657	APTO CONDICIONAL	APTO	APTO CONDICIONAL*
56	VANESSA MIRANDA DA SILVA	1000958	APTO	APTO	APTO
57	FELIPE AUGUSTO RODRIGUES DA SILVA	1008451	APTO	APTO	APTO
58	DIEGO DE OLIVEIRA LIMA	1001964	APTO	APTO	APTO

59	INGRID FRANCIELY SOUZA ALMEIDA "sub judice"	1007689	APTO	APTO	APTO
60	RICKSON SOUSA BERGUE	1000918	APTO	APTO	APTO
61	BIANCA CRISTINE MOREIRA DOS SANTOS	1003461	APTO	APTO	APTO
62	LUCAS RYAN AMORIM DIAS	1001645	AUSENTE	AUSENTE	ELIMINADO
63	JUAN CORREIA DA COSTA	1004768	APTO	APTO	APTO
64	DANIEL RIBEIRO BARREIROS JÚNIOR	1014851	APTO	APTO	APTO
65	NAIARA PAIXAO MORAES	1013171	APTO	APTO	APTO
66	ANDREZZA LOPES PASSOS	1014177	APTO CONDICIONAL	APTO	APTO CONDICIONAL**
67	LUIS ANDRE DE OLIVEIRA UCHOA	1012086	APTO	APTO	APTO
68	JEFFERSON NOE DE LIMA SIQUEIRA	1021723	APTO	APTO	APTO
69	ALEX VIEIRA COELHO JÚNIOR	1017894	APTO	APTO	APTO
70	ENZO ZIDANE SALES REIS	1014261	APTO	APTO	APTO
71	ANDRÉ LUIS PEREIRA MARTINS	1016635	APTO CONDICIONAL	APTO	APTO CONDICIONAL*
72	ISABELLE CAROLINE DA SILVA MIRANDA	1023685	APTO	APTO	APTO
73	ÍTALO JOSÉ CRESPO DE ALCOBAÇA	1020672	APTO	APTO	APTO
74	DALVAN RODRIGUES DOS SANTOS	1015564	APTO	APTO	APTO
75	JOAO VITOR DE ANDRADE SOUZA	1010555	APTO	APTO	APTO
76	ANDRESSA SOUZA PANTOJA	1013951	AUSENTE	AUSENTE	ELIMINADA
77	GEORGECLEI DE SOUZA DENIUR	1004361	APTO	APTO	APTO
78	MATHEUS BOTELHO SALOMÃO	1013626	APTO CONDICIONAL	APTO	APTO CONDICIONAL*
79	INGRID GONÇALVES DA SILVA	1016267	APTO	APTO	APTO
80	SAYMON GABRIEL DA ROCHA ABREU	1019574	APTO	APTO	APTO
81	MARCOS FERNANDO SILVA CAMPOS	1011764	APTO	APTO	APTO
82	HENRY MATOS ABRAHÃO DOS SANTOS	1016505	APTO	APTO	APTO
83	RAFAEL GUILHERME WEISER	1020903	APTO	APTO	APTO

84	DAYANE GARCIA DA SILVA	1016208	APTO	APTO	APTO
85	WANESSA DA SILVA RODRIGUES	1002290	APTO	APTO	APTO
86	ANDRÉ FELIPE DA SILVA MORAES	1015808	APTO	APTO	APTO
87	GABRIEL ROSSI DOS SANTOS PINTO	1001560	APTO	APTO	APTO
88	IGOR SANTOS DA CRUZ	1007931	APTO	APTO	APTO
89	CÉSAR AUGUSTO CAVALCANTE SIQUEIRA	1019541	AUSENTE	AUSENTE	ELIMINADO
90	WELITON PAULO TEIXEIRA TAVARES	1013602	APTO	APTO	APTO
91	WILLIAN DANIEL MOURA CHUCRE	1003693	APTO	APTO	APTO
92	JOANISE DAS NEVES SILVA OLIVEIRA	1016909	APTO CONDICIONAL	APTO	APTO CONDICIONAL*
93	PEDRO HENRIQUE CAVALCANTE MELO	1014890	APTO	APTO	APTO
94	ANDRESSA SANTOS EVARISTO	1007262	APTO	APTO	APTO
95	HENDRYL CHAGAS FIGUEIREDO	1002729	APTO	APTO	APTO
96	MATEUS DO CARMO HENRIQUE	1018783	APTO	APTO	APTO
97	MANOEL RICARDO ANDRADE DE ASSUNÇÃO FILHO	1003106	APTO CONDICIONAL	APTO	APTO CONDICIONAL*
98	ALAN ALVES DE OLIVEIRA	1006910	APTO	APTO	APTO
99	ANA FABIOLA CARVALHO DE CARVALHO	1011455	APTO	APTO	APTO CONDICIONAL**
101	AMANDA LARISSA RUAS BRASIL	1009829	APTO	APTO	APTO
102	MATHEUS DA SILVA CARDOSO	1020347	APTO	APTO	APTO CONDICIONAL**
103	JULIANE LIMA PIMENTEL	1016560	APTO	APTO	APTO CONDICIONAL*
104	EDUARDO DUARTE MELO	1020165	APTO	APTO	APTO

*APTO CONDICIONAL- Apresentar comprovação de encerramento de vínculo.
** APTO CONDICIONAL- Apresentar CNH (Carteira Nacional de Habilitação).

MUNICÍPIO DE MACAPÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE MACAPÁ – GCMM E COMPANHIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE DE MACAPÁ – CTMAC

EDITAL Nº 028/2026 – SECG/PMM – RESULTADO PRELIMINAR

DO EXAME DOCUMENTAL E MÉDICO

CARGO: AGENTE DE TRÂNSITO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ**, por meio da Secretaria Municipal de Gestão, representada pela Presidente da Comissão Organizadora e Fiscalizadora do Concurso Público, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital nº 001/2025 – SECG/PMM e suas retificações,

Considerando o **Edital nº 021/2026–SECG/PMM** da convocação para a realização da etapa de Exame Documental e Exame Médico, destinada aos candidatos ao cargo de Agente de Trânsito.

Considerando as Atas e demais registros produzidos pela Comissão responsável pela realização e acompanhamento da etapa;

RESOLVE:

I – Tornar público, na forma do **Anexo Único** deste Edital, o **Resultado Preliminar** do Exame Documental e Exame Médico para o cargo de Agente de Trânsito, convocados nos termos do edital específico para realização da referida Etapa;

II – Abrir prazo de 02 dias úteis para a interposição de recurso quanto ao resultado preliminar, o qual deverá ser apresentado exclusivamente por meio do endereço eletrônico oficial da comissão do concurso (comissaoconcursos@macapa.ap.gov.br), dentro do prazo estabelecido neste edital, não sendo aceitos recursos encaminhados por outros meios ou endereços eletrônicos.

Macapá-AP, 02 de outubro de 2026.

Gisele Fernandes de Oliveira

GISELE FERNANDES DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Gestão - PMM
Decreto nº 744/2026-PMM
Presidente da Comissão

ANEXO ÚNICO

RESULTADO PRELIMINAR DO EXAME DOCUMENTAL E EXAME MÉDICO

Nº	Nome do Candidato	Inscrição	Exame Documental	Exame Médico	Resultado
01	MATHEUS BRASIL DE ALCANTARA "sub judice"	1002972	APTO	APTO	APTO
02	ALEX DE BRITO DA SILVA "sub judice"	1010966	APTO	APTO	APTO
03	CRISTOFER DA SILVA SERRA "sub judice	1002176	APTO	APTO	APTO
04	EDILELSON BATISTA DE SENA	1001478	-	-	RECLASSIFICAÇÃO (1DOC. Proc. Adm. Nº 5.778/2026)

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE MACAPÁ – GCMM E COMPANHIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTE DE MACAPÁ – CTMAC

EDITAL Nº 029/2026 – SECG/PMM – RESULTADO PRELIMINAR DO EXAME DOCUMENTAL E MÉDICO

CARGO: GUARDA MUNICIPAL

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ**, por meio da Secretaria Municipal de Gestão, representada pela Presidente da Comissão Organizadora e Fiscalizadora do Concurso Público, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital nº 001/2025 – SECG/PMM e suas retificações,

Considerando o **Edital nº 024/2026–SECG/PMM** da convocação para a realização da etapa de Exame Documental e Exame Médico, destinada aos candidatos ao cargo de Guarda Civil Municipal.

Considerando as Atas e demais registros produzidos pela Comissão responsável pela realização e acompanhamento da etapa;

RESOLVE:

I – Tornar público, na forma do **Anexo Único** deste Edital, o **Resultado Preliminar** do Exame Documental e Exame Médico para o cargo de Guarda Civil Municipal, convocados nos termos do edital específico para realização da referida Etapa;

II – Abrir prazo de 02 dias úteis para a interposição de recurso quanto ao resultado preliminar, o qual deverá ser apresentado exclusivamente por meio do endereço eletrônico oficial da comissão do concurso (comissaoconcursos@macapa.ap.gov.br), dentro do prazo estabelecido neste edital, não sendo aceitos recursos encaminhados por outros meios ou endereços eletrônicos.

Macapá-AP, 02 de outubro de 2026.

Gisele Fernandes de Oliveira
GISELE FERNANDES DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Gestão - PMM
Decreto nº 744/2026-PMM
Presidente da Comissão

ANEXO ÚNICO

RESULTADO PRELIMINAR DO EXAME DOCUMENTAL E EXAME MÉDICO

Nº	Nome do Candidato	Inscrição	Exame Documental	Exame Médico	Resultado
01	ANDRÉ LUIS DOS SANTOS FARIAS	1015920	APTO	APTO	APTO
02	LYSLENE DANDARA CHAGAS PANTOJA	1005591	APTO	APTO	APTO
03	DHULIANE WELEN DAMASCENO MACIEL	1003385	APTO	APTO	APTO
04	RYAN RICHARD CARDOSO BALI EI RO	1020221	APTO	APTO	APTO
05	CRISTIANO WARLEY RABELO RIBEIRO	1011307	APTO	APTO	APTO

PORTARIA Nº 1620/2026 – SECG/PMM

A SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 13, do Decreto nº 4095/2021-PMM, que dispõe sobre a delegação de competência para os atos de Gestão, após regular tramite administrativo, a concessão, por intermédio de Portaria, os direitos individuais inerentes aos servidores Público Municipais de Macapá.

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar nº 065/2009, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos profissionais do magistério municipal e que disciplina a progressão funcional, Art. 2, inciso IV, da Lei Complementar nº 122/2018, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Macapá e os atos normativos da Comissão de Gestão do Plano de Carreira, Art. 23, Lei Complementar 106/2014, que dispõe sobre o plano de cargos, carreira e remuneração dos servidores efetivos do Município de Macapá, bem como às portarias expedidas por esta Secretaria, e após regular trâmite administrativo.

CONSIDERANDO os termos da decisão judicial nos autos do Processo nº. 6035266-74.2026.8.03.0001 (PJe) - Reclamação Cível, que tramita no 3º Juizado Especial de Fazenda Pública desta Comarca de Macapá, bem como ID. Ofício 31344347/2026, sob o 1Doc.Oficio nº 3375/2026.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL, a servidora (o) Pública (o) Municipal LANA MELISSA VALENTE SILVA, matrícula nº 00727021, ocupante da categoria funcional de Professor de 1º a 5º ano, Classe A, Nível 21, para posicioná-la (o) na categoria funcional, Classe A, Nível 22, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED/PMM.

Art. 2º - A progressão funcional da servidora (o), se dará nos seguintes termos:

Classe/Nível A-22, a contar de 01/04/2026;

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.
Gabinete da Secretária Municipal de Gestão, 01 de outubro de 2026.

Gisele Fernandes de Oliveira
GISELE FERNANDES DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Gestão - GESTÃO
Decreto nº 744/2026-PMM

PORTARIA Nº 1622/2026 – SECG/PMM

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO, usando de suas atribuições legais que lhe são conferidas no Art. 228, e seus incisos da Lei Orgânica do Município de Macapá; acumulada com o inciso XI do Art. 5º do Decreto nº 1.264/2006-PMM, que dispõe sobre o Regimento Interno do Município de Macapá, e, ainda nos termos da Lei Complementar nº 136/2020-PMM e Lei Complementar nº 122/2018 – PMM (Estatuto dos Servidores do Município de Macapá), finalmente o que consta nos autos do Protocolo Nº 16.421/2026 – SEMSA/PMM.

RESOLVE:

Art.1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE de 03 (três) meses a servidora GLECIANNE GIBSON DA SILVA CORREA, matricula Nº 110419021, pertencente ao Quadro Efetivo da Prefeitura Municipal de Macapá, ocupante da Categoria Funcional de ENFERMEIRO, lotada na Secretaria Municipal de Saúde SEMSA/PMM, correspondente ao quinquênio JANEIRO/2021 a JANEIRO/2026 a serem usufruidas no período de 01/10/2026 à 29/12/2026

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.
Gabinete da Secretária Municipal de Gestão, 01 de outubro de 2026.

Gisele Fernandes de Oliveira
Gisele Fernandes de Oliveira
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO
DECRETO Nº 744/2026 – PMM

SEMOB

PORTARIA Nº 114/2026 – SEMOB

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA URBANA, usando de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art.222, inciso II da Lei Orgânica do Município de Macapá e o disposto na Lei Complementar nº 093/2012-PMM, através do DECRETO nº 7.242/2026 - PMM, datado de 25 de setembro de 2026. E finalmente o que consta na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2019 – COGEM/PMM.

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR os Termos da Portaria nº 036/2026 – SEMOB, datada de 27 de março de 2026 e NOMEAR: CESAR AUGUSTO BATISTA BALIEIRO Matricula nº 00063675 pertencente ao Quadro de Provimento em Comissão de Coordenador de Acupuntura, Código CC-03, que integra à Estrutura Administrativa da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana/SEMOB/PMM, como Fiscal do Contrato nº 008/2026 – SEMOB/PMM, que tem como objeto o Registro de Preços para Contratação de Empresa Especializada para a Prestação de Serviços de Reforma, Adaptação e Manutenção de Prédios em Gerais, no Município de Macapá (Reforma e Adaptação da Praça do Coco) em nome da Empresa CASA URBANA LTDA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a contar do dia 01 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE, CIÊNCIA, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Gabinete do Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana, 01 de outubro de 2026.

SILVIA LETÍCIA SILVA DA LUZ MARTINS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA URBANA
Decreto nº 7.242/2026 – PMM

Publicado nesta Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana, aos 01 dias do mês de outubro de 2026.

PORTARIA Nº 115/2026 – SEMOB

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA URBANA, usando de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art.222, inciso II da Lei Orgânica do Município de Macapá e o disposto na Lei Complementar nº 093/2012-PMM, através do DECRETO nº 7.242/2026 - PMM, datado de 25 de setembro de 2026. E finalmente o que consta na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2019 – COGEM/PMM.

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR os Termos da Portaria no 034/2026 – SEMOB, datada de 27 de março de 2026 e Nomear os servidores abaixo para exercer a função de AGENTE DE CONTRATAÇÃO da SEMOB:
I- RAILTON RAMOS DE BRITO JÚNIOR, matrícula nº: 00062831, cargo: Diretor do Departamento de Instrução de Processo Licitatório;
II- FERNANDA RODRIGUES DE ALENCAR, matrícula nº 00063239, cargo: Assistente.
Art. 2º Compete aos Agentes de Contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021:
I- Conduzir procedimentos licitatórios e de contratação direta;
II- Receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações;
III- Homologar e adjudicar procedimentos licitatórios;
IV- Assinar contratos e aditamentos;
V- Realizar cotações de preços, pesquisa de mercado e elaborar mapas comparativos;
VI- Aplicar penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório;
VII- Exercer outras atividades correlatas.
Art. 3º Os agentes deverão observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade.
Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor a contar do dia 01 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE, CIÊNCIA, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Gabinete do Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana, 01 de outubro de 2026.

SILVIA LETÍCIA SILVA DA LUZ MARTINS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA URBANA
Decreto nº 7.242/2026 – PMM

Publicado nesta Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana, aos 01 dias do mês de outubro de 2026.

SEMDHC

PORTARIA Nº 15/2026 - SEMDHC/PMM

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA DE MACAPÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas no art. 11 e especificamente nos art. 65 e 66 na Lei Complementar nº 136/2020-PMM e Lei nº 188/2023-PMM,

CONSIDERANDO a necessidade de alinhar as ações da Secretaria às melhores práticas de gestão pública, orientando a atuação institucional por evidências e priorizando objetivos e metas para a promoção e defesa dos direitos humanos no município de Macapá;

CONSIDERANDO a importância de um processo participativo e qualificado para a construção do Planejamento Estratégico, que reflita os valores e diretrizes desta Pasta;

CONSIDERANDO a competência técnica e a experiência dos servidores designados para compor a equipe responsável por este relevante trabalho,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a equipe responsável pelo processo de construção, desenvolvimento e monitoramento do Planejamento Estratégico da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de Macapá, composta pelos seguintes membros:

COORDENAÇÃO GERAL:

- José Raimundo de Oliveira Cordeiro
- Silvia Alessandra Cruz Quadros - Presidente
- Cirlene Damasceno Picanço
- Andréia dos Santos Novaes
- Azariel Gomes Dos Santos
- Raimunda Goreth Assunção Espindola
- Paulo Welliton Sanches Machado
- Taylane Maria Lobo Do Nascimento
- Alex Neves dos Santos
- Décio Araújo Gomes Júnior
- Cleia Cardoso Borges

Art. 2º. A equipe terá como atribuições:

I – promover a reflexão sobre os processos internos e os resultados a serem alcançados pela Secretaria;

II – propor e consolidar a Missão, Visão, Valores e os Objetivos Estratégicos da pasta;

III – estabelecer metas e indicadores para mensuração dos resultados obtidos;

IV – elaborar o Mapa Estratégico da Secretaria e;

V – monitorar a execução do planejamento, propondo ajustes quando necessários.

Art. 3º. A Coordenação Geral fica autorizada a convocar servidores e colaboradores para reuniões e grupos de trabalho, sempre que necessário para o cumprimento dos objetivos estabelecidos.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de julho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Macapá, 29 de setembro de 2026.

José Raimundo Cordeiro
Secretário Municipal de Direitos Humanos
Decreto Nº 1218/2026 - PMM

SEMED

PORTARIA Nº 403/2026-SEMED-PMM

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, usando de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 228, inciso IV da Lei Orgânica do Município e, considerando o Art. 2º, do Regimento Interno da Secretaria Municipal de Educação - SEMED e o que constam no Memorando nº 32.648/2026 – 1DOC.

CONSIDERANDO:

- o período de coleta de dados para o Censo Escolar 2026 com início dia 27/05/2026, conforme cronograma do Censo da Educação Básica Portaria nº 217/2026, bem como a necessidade de obter informações fidedignas em conformidade com a relação de estudantes comprovadamente matriculados;

- as disposições da Lei federal nº 8.069, de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

- o estabelecido na Lei federal nº 9.394, de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

- o previsto na Resolução CNE/CEB nº 2, de 9 de outubro de 2018 - Define Diretrizes Operacionais complementares para a matrícula inicial de crianças na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, respectivamente, aos 4 (quatro) e aos 6 (seis) anos de idade;

- a avaliação biopsicossocial da deficiência, conforme a Lei nº 146/2015 (lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência);

- a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, foi promulgada para proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, e a livre formação da personalidade de cada indivíduo;

- a Portaria nº 264, de 26 de março de 2007 que: Institui o Dia Nacional do Censo Escolar da Educação Básica como a última quarta-feira do mês de maio de cada ano.

- a Portaria nº 217, de 11 de maio de 2026, que estabelece as datas e os responsáveis pelas duas etapas de coleta e atividades do processo de execução do Censo Escolar da Educação Básica de 2026, que será realizado por meio do Sistema Educacenso, online, em todo o território nacional.

RESOLVE:

Art. 1º As Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Macapá deverão realizar a coleta do Censo Escolar 2026, de 27/05/2026 a 22/07/2026, realizando a criteriosa conferência do "Cadastro Escolar, Profissional Escolar, Turmas (regular e AEE) e Alunos no Sistema Educacenso", bem como retificar ou ratificar de acordo com a necessidade as informações constantes no sistema durante o período da coleta obedecendo o cronograma nacional da coleta.

Art. 2º Caberá aos Gestores Educacionais e Secretários Escolares das Unidade de Ensino da Rede Municipal de Macapá, realizar, por meio dos relatórios disponibilizados no Sistema Educacenso, rigorosa análise e conferência das informações prestadas no sistema antes do fechamento/encerramento do ano letivo de cada etapa.

§ 1º Ficará a cargo da Coordenação do Censo Escolar de Macapá (Portaria nº 0116/2025-SEMED/PMM) e seus técnicos da Divisão do Censo Escolar-DCE, acompanhar, monitorar e analisar a coleta das 2 etapas do Censo Escolar, junto as escolas da rede municipal de Macapá e notificar a escola que não cumprir as datas estabelecidas nesta portaria.

§ 2º As escolas devem ter os registros escolares em dias, garantindo as comprovações existentes, conforme matrícula da rede 2026, garantindo a fidedignidade das informações declaradas ao censo 2026.

Art. 3º Os alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino de Macapá que não obtiveram nenhuma presença a partir do primeiro dia do ano letivo corrente até a última quarta-feira do mês de maio 27/05/2026 (data referência do Censo Escolar), não serão considerados na coleta do Censo.

Art. 4º Caberá ao Diretor de Escola acompanhar os procedimentos e as informações inseridas no Sistema Educacenso, bem como obedecer aos prazos

estabelecidos para a coleta do Censo 2026.

Na 1ª etapa MATRÍCULA INICIAL da coleta fica estabelecida as seguintes datas:

a) Data inicial da coleta: 27/05/2026.

- Data final da coleta: 22/07/2026 (havendo necessidade será retificado a coleta até o dia 31/07/2026).

- Início do período de retificação: 30 dias após publicação dos resultados preliminares no D.O.A.

- Publicação final: 01/02/2027

Na Na 2ª Etapa do Censo Escolar - Situação do aluno (Rendimento e Movimento), fica estabelecida as seguintes datas:

- Data inicial da coleta: 01/02/2027.
- Data final da coleta: 05/03/2027.
- Início do período de retificação: 01/04/2027.
- Término do período de retificação: 09/04/2027.
- Divulgação dos indicadores do rendimento: 14/05/2027(Previsão).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação, com efeitos a contar de 25 de maio de 2026, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PÚBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Secretaria Municipal de Educação em Macapá-AP, 03 de julho de 2026.

KARINA ALFAIA DE AZEVEDO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MACAPÁ
Decreto n. 7798/2026 -PMM

CIPEMAC

AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026-CPL/CIPEMAC Processo Administrativo 1Doc nº 5.346/2026

O Município de Macapá, por intermédio da Companhia de Iluminação Pública, Energia Sustentável, Saneamento, Habitação e Mobilidade Urbana de Macapá – CIPEMACH, torna público, para conhecimento dos interessados, que o realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, do tipo TÉCNICA E PREÇO, sob o Regime de Contratação SEMI-INTEGRADA, pelo modo de disputa FECHADO, nos termos da Lei Federal nº. 14.133/2021, do Decreto nº 2.994/2023- PMM e demais legislações aplicáveis à matéria, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO E EXECUÇÃO DAS OBRAS DE MACRODRENAGEM DO CANAL DO BEIROL EM MACAPÁ DOS TERMOS DE COMPROMISSOS Nº 970653 E Nº 986113 DO NOVO PAC, conforme Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Memorial Descritivo e Planilhas Orçamentárias, constantes no edital como anexos, cuja data de abertura do certame ocorrerá no dia 25/11/2026, às 10h00, horário de Brasília, no portal de licitações da CPL/CIPEMACH: www.licitacipemac.com.br, mesmo endereço onde o instrumento convocatório e os anexos necessários à formulação de propostas poderão ser integralmente adquiridos.

Macapá/AP, 01 de outubro de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
SERGIO DA SILVA PIMENTEL
Data: 01/10/2026 11:16:18-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

SÉRGIO DA SILVA PIMENTEL
Agente de Contração Designado
CPL/CIPEMACH/PMM

MACAPAPREV

solicitou mais prazo, devido do pedido de afastamento do atual presidente do CONFI Luciano Del Castilo ocorrido no dia 28/09/2026 assumindo desta forma a Presidência do CONFI o seu Suplente Caleb Medeiros, que, por estar assumindo agora esta função e sem o conhecimento do que estava ocorrendo neste conselho, resolvi pedir aos Conselheiros mais um tempo para que eu possa ficar por dentro dos acontecimentos, propondo que na próxima reunião, finalizaríamos este voto, o que foi aprovado pelos membros do conselho.

Os Conselheiros HUBNER ALBUQUERQUE BRAZÃO, GERSON MELO DE SOUSA, MARELILSON LOBATO DE SOUZA e CARLOS WENDEL LEMOS DE LIMA, fizeram oralmente um relatório de todas as reuniões do CONFI ao presidente em exercício para que ele pudesse estar por dentro dos acontecimentos por aqui registrados. O Conselheiro Gerson Sousa, lembrou acerca da proposição e aprovação do nosso Regimento Interno, que estava previsto para ser apresentado a minuta na reunião anterior e pediu celeridade para que até o final deste ano seja regulamentado o regimento. O Conselheiro HUBNER ALBUQUERQUE BRAZÃO, reiterou mais uma vez e solicitou que seja encaminhado a direção da MACAPAPREV informação acerca da atualização cadastral dos conselheiros junto a empresa MOSAICO, tendo em vista a informação de que a servidora responsável foi exonerada e que até o momento não houve um retorno sobre o assunto. Os Conselheiros Marelilson Lobato e Carlos Wendel, reiteraram acerca das requisições já formalizadas, as quais até a presente data encontram-se sem resposta, dentre as quais: a disponibilização do balancete de 2025 já com a certidão de deliberação pelo CONSAD; a definição acerca da participação dos conselheiros no 14º Congresso Brasileiro de Conselheiros de RPPS, que

acontecerá de 2 a 4 de dezembro de 2026 em Fortaleza (CE) promovido pela ABIPEM; da presença junto ao conselho do consultor de investimento da empresa MOSAICO junto à MACAPAPREV PERY. Os trabalhos iniciaram-se às oito horas (8:00h). Foram firmados os documentos pertinentes, sendo: Memorandos e Atas, os quais foram enviados à Presidência da MACAPAPREV seguindo os trâmites processuais pertinentes. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 10:00h.

CALEB GARCIA MEDEIROS
Presidente em Exercício do Conselho Fiscal da MacapaPrev.
Decreto nº 5607/2026-PMM

Carlos Wendel Lemos de Lima
Secretaria Municipal de Finanças

Gerson Melo de Sousa
Representante dos Servidores Ativos

Hubner Albuquerque Brazão
Representante dos Servidores Inativos.

MARELILSON LOBATO DE SOUZA
Representante Suplente do Poder Legislativo

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 010/2022

PROCESSO: Contrato nº 010/2022 - MACAPAPREV.
CONTRATANTE: Macapá Previdência – MACAPAPREV (CNPJ: 03.296.347/0001-11).
CONTRATADA: GX CLIQUE LTDA (CNPJ: 33.292.847/0001-46).
OBJETO: Prorrogação por 12 (doze) meses do prazo de vigência para o fornecimento de link de internet IP permanente e serviços de Cloud Computing. Aplicação de reajuste inflacionário acumulado (IPCA) referente aos ciclos de outubro/2022 a setembro/2025.
VALOR MENSAL ATUALIZADO: R$ 55.256,15 (cinquenta e cinco mil, duzentos e cinquenta e seis reais e quinze centavos).
VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 663.073,80 (seiscentos e sessenta e três mil, setenta e três reais e oitenta centavos).
VIGÊNCIA: 05 de Outubro de 2026 a 04 de Outubro de 2027.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Classificação: 09 122 0031 2.173 | Elemento de Despesa: 3.3.90.40.99.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 25, § 7º, Art. 92, XI, e Art. 107 da Lei nº 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA: 01 de Outubro de 2026.

Eden Quarema Barbosa
Presidente da Macapá Previdência – MACAPAPREV
Dec. Nº 2743/2026 - PMM

CTMAC

Companhia de Trânsito e Transporte de Macapá - CTMac
Comissão de Julgamento de Defesa de Autuação - CJDA
Resultados de julgamentos de processos de defesas de autuações - Referentes as reuniões ordinárias nº 21ª, 22ª, 23ª e 24ª.

Proc.	REQUERENTE	Resultado
8.442/2026	CLAUDIO OLÍMPIO ALVARES MORAIS	INSUBSISTÊNCIA
8.068 /2026	MANOEL VICTOR DOS SANTOS MARQUES	SUBSISTÊNCIA
8.113/2026	MARCIO LUIZ AMANAJÁS DA MATTA	SUBSISTÊNCIA
6.164/2026	CRISTIAN WINTER	SUBSISTÊNCIA
7.989/2026	ALICE DOS SANTOS BATISTA	SUBSISTÊNCIA
8.126/2026	GISELE BARBOSA DOS SANTOS	INSUBSISTÊNCIA
8.288/2026	ARTHUR VALE MARTINS DE XEREZ	SUBSISTÊNCIA
8.348/2026	DIEGO FELIPE DE OLIVEIRA ASSIS	SUBSISTÊNICA
8.362/2026	GUSTAVO LEMOS MIRANDA	SUBSISTÊNCIA
7.973/2026	JONATHAN GABRIEL DA SILVA DE SOUSA	SUBSISTENCIA
8.194/2026	ADRIANA ARAÚJO CHAGAS	SUBSISTÊNCIA
10.369/2026	JOSE ISMAEL OLIVEIRA DOS SANTOS	INSUBSISTÊNCIA
8.479/2026	WELLINGTON DE OLIVEIRA GOMES	SUBSISTÊNCIA
8.492/2026	SAMARA ALVES DA CONCEIÇÃO	SUBSISTÊNCIA
8.495/2026	SAMARA ALVES DA CONCEIÇÃO	SUBSISTÊNCIA
8.457/2026	JOANA DARC AMORAS DO VALE	SUBSISTÊNCIA
8.523/2026	AIRTON CHAVES AMANDO AGRA JÚNIOR	SUBSISTÊNCIA
8.525/2026	AIRTON CHAVES AMANDO AGRA JÚNIOR	SUBSISTÊNCIA
8.527/2026	AIRTON CHAVES AMANDO AGRA JÚNIOR	SUBSISTÊNCIA
8.060/2026	RUI CELSO COELHO PANTOJA	SUBSISTÊNCIA
8.681/2026	ADIEL BORGES DA CRUZ	SUBSISTÊNCIA
8.783/2026	JOSE ALEXANDRE CAVALCANTE PEREIRA JÚNIOR	INSUBSISTÊNCIA
8.866/2026	VC A TRANSPORTES E LOCAÇÕES LTDA	SUBSISTÊNCIA
8.935/2026	JAIME DOS SANTOS AZEVEDO	SUBSISTÊNCIA
8.965/2026	THIAGO MOTA DE MORAIS DO NASCIMENTO	SUBSISTÊNCIA
9.074/2026	KEILA DANUBIA DA SILVA GÓES	SUBSISTÊNCIA
9.065/2026	EDUARDO GOMES DE MOURA NETO	SUBSISTÊNCIA
9.876/2026	ABRAÃO MACIEL DE ALMEIDA JÚNIOR	SUBSISTÊNCIA
9.186/2026	MARIO CARMO DE BRITO	SUBSISTÊNCIA
10.366/2026	FRANCISCO CARLOS ALVES VIANA	INSUBSISTÊNCIA
9.478/2026	DIEGO DOS SANTOS FERREIRA	INSUBSISTÊNCIA
9.491/2026	ARLETE ANNE SERGIO DOS SANTOS	SUBSISTÊNCIA
9.642/2026	REGINALDO FREITAS DE ALMEIDA	SUBSISTÊNICIA
9.741/2026	JOSE ANATIER ALMEIDA COELHO NETO	SUBSISTÊNICA

9.743/2026	JOSE ANATIER ALMEIDA COELHO NETO	SUBSISTÊNCIA
9.901/2026	JANIA MARIA SOUZA DE ALMEIDA	SUBSISTÊNCIA
10.057/2026	DANIEL CORREA DE JESUS	INSUBSISTÊNCIA
10.086/2026	JUACI PANTOJA DOS REIS	SUBSISTÊNCIA
10.091/2026	MARIA VIRGINIA MOREIRA DA COSTA	SUBSISTÊNCIA
10.279/2026	EDUARDO NASCIMENTO DOS REIS	SUBSISTÊNCIA
10.851/2026	GEIDA FONSECA PONTES	INSUBSISTÊNCIA
10.871/2026	PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA	SUBSISTÊNCIA
11.186/2026	JHONATA PANTOJA DA SILVA	SUBSISTÊNCIA
11.289/2026	RENAN JOSE BRITO MELO	SUBSISTÊNCIA
11.401/2026	JOSE AUGUSTO PAULA DA SILVA FILHO	SUBSISTÊNCIA

Macapá/AP, 02 de outubro de 2026.

Margarete Melo Lobato

Margarete Melo Lobato
Secretaria da CJDA/CTMac
Portaria nº 394/2026-CTMac

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ
COMPANHIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE MACAPÁ
JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO-JARI

PROC	RECORRENTE	DECISÃO
14.269/2026	MAX GOMES MENDES	INDEFERIDO
13.725/2026	ANDREA NEVES LIMA	INDEFERIDO
13.445/2026	ROMULO ROBLEDO FERREIRA	INDEFERIDO
13.560/2026	JESSICA OLIVEIRA LOPES	INTEMPESTIVO
13.443/2026,	ROMULO ROBLEDO FERREIRA	INDEFERIDO
13.562/2026	JESSICA OLIVEIRA LOPES	INTEMPSTIVO
13.441/2026	ROMULO ROBLEDO FERREIRA	INDEFERIDO
21.152/2026	MARCOS GOMES DA SILVA	INTEMPSTIVO
19.343/2026	ANTÔNIO EMANOEL MACIEL SILVA	INDEFERIDO
19.094/2026	JOSINEI MORAIS PINHEIRO	INDEFERIDO
16.558/2026	LUCILENE ALEXANDRA MOIA DA SILVA	DEFERIDO
15.192/2026	JACQUELINE DE CARVALHO GARCIA	INDEFERIDO
16.391/2026	JOÃO DENILSON DE ARAÚJO DA SILVA	INTEMPESTIVO
3.762/2026	ANA LUCIA BLANC DOS SANTOS	INDEFERIDO
16.527/2026	MARIA DA CONCEIÇÃO CELESTINO	INTEMPESTIVO
16.994/2026	JARDEL PEREIRA GOES	INTEMPESTIVO
20.341/2026	ANTONIO GENIVALDO FERREIRA	DEFERIDO
12. 495/2026	BRUNO DOS SANTOS SILVA	INDEFERIDO
7.782/2026	BERLANDIO ARNEIRO PORTELA	INDEFERIDO
15.815/2026	MARIO SALES	INDEFERIDO
16.999/2026	JARDEL PEREIRA GOES	INTEMPESTIVO
24.838/2026	DIONES MONTEIRO CORREA	DEFERIDO
24.837/2026	DIONES MONTEIRO CORREA	DEFERIDO
24.834/2026	DIONES MONTEIRO CORREA	DEFERIDO
24.835/2026	DIONES MONTEIRO CORREA	DEFERIDO
24.839/2026	DIONES MONTEIRO CORREA	DEFERIDO
24.836/2026	DIONES MONTEIRO CORREA	DEFERIDO
17.291/2026	GELSON KRAMER	INTEMPESTIVO
21.112/2026	MARCOS GOMES DA SILVA	INTEMPESTIVO
12.528/2026	FELIPE UENO GOMES COSTA	INDEFERIDO
8.425/2026	CRISTIANO RODRIGUES ILARIO	INDEFERIDO
8.412/2026	CRISTIANO RODRIGUES ILARIO	INDEFERIDO
12.654/2026	DELISNEY SOARES DE OLIVEIRA	DEFERIDO
12.474/2026	MARIA IVONETE DOS SANTOS PERCIANO	DEFERIDO
11.785/2026	NÁDIA LOPES HOLANDA	INDEFERIDO
11.667/20216	LYDIANE TRINDADE SILVA	INDEFERIDO
19.183/2026	JOSÉ FRANCISCO GONÇALVES DE LIMA NETO	INDEFERIDO
15.401/2026	ADRIMARA ABILIO FERREIRA	DEFERIDO
7.560/2026	DYOSEFER MAURICIO MATEUS	INDEFERIDO
12.964/2026	FABIO MUNIZ FERREIRA	DEFERIDO
11.768/2026	ARINALDO LIMA DE AMORIM	DEFERIDO
11.771/2026	ARINALDO LIMA DE AMORIM	INTEMPESTIVO
12.678/2026	EVANDRO OLIVEIRA SANTANA	DEFERIDO
12.519/2026	FELIPE UENO GOMES COSTA	INDEFERIDO
12.490/2026	BRUNO DOS SANTOS DA SILVA	INDEFERIDO
11.787/2026	NÁDIA LOPES HOLANDA	INDEFERIDO
20.858/2026	ERON MOURA DA SILVA	INTEMPESTIVO
20.343/2026	JOSIVAN GUIMARÃES DA SILVA	INDEFERIDO
20.880/2026	ERON MOURA DA SILV	INDEFERIDO
11.765/2026	ARINALDO LIMA DE AMORIM	INTEMPESTIVO
11.768/2026	ARINALDO LIMA DE AMORIM	INDEFERIDO
11.772/2026	ARINALDO LIMA DE AMORIM	INTEMPESTIVO
9.762/2026	REGINALDO FREITAS DE ALMEIDA	INDEFERIDO
11.766/2026	ARINALDO LIMA DE AMORIM	INTEMPESTIVO
11.765/2026	ARINALDO LIMA DE AMORIM	INDEFERIDO
11.846/2026	ARINALDO LIMA DE AMORIM	NDEFERIDO
9.896/2026	ABRAÃO MACIEL DE ALMEIDA JUNIOR	INTEMPESTIVO
11.773/2026	ARINALDO LIMA DE AMORIM	INTEMPESTIVO
11.775/2026	ARINALDO LIMA DE AMORIM	NTEMPESTIVO
9.800/2026	REGINALDO FREITAS DE ALMEIDA	INDEFERIDO
11.779/2026	ARINALDO LIMA DE AMORIM	INTEMPESTIVO
9.899/2026	ABRAÃO MACIEL DE ALMEIDA JUNIOR	INTEMPESTIVO
7.561/2026	DYOSEFER MAURICIO MATEUS	INDEFERIDO
7.433/2026	MARIELLE PINTO DA SILVA	INDEFERIDO
11,849/2026	ARINALDO LIMA DE AMORIM	INDEFERIDO
9.904/2026	ABRAÃO MACIEL DE ALMEIDA JUNIOR	INTEMPESTIVO
17.298/2026	GELSON KRAMER	INTEMPESTIVO
21.110/2026	MARCOS GOMES DA SILVA	INTEMPESTIVO
19.097/2026	JOSINEI MORAIS PINHEIRO	INDEFERIDO
4.780/2026	SOLANO PEREIRA LOBATO	INDEFERIDO
11.780/2026	ARINALDO LIMA DE AMORIM	INDEFERIDO
7.917/2026	VALDEZ AMORIM DE ALMEIDA	INTEMPESTIVO
9.932/2026	NATHASHA CABRAL NEVES	INTEMPESTIVO
11.816/2026	ARINALDO LIMA DE AMORIM	INDEFERIDO
11.768/2026	ARINALDO LIMA DE AMORIM	INDEFERIDO
8.422/2026	NATHASHA CABRAL NEVES	INDEFERIDO
7.993/202	VALDINIVO DE SOUZA	DEFERIDO
11.790/2026	ARINALDO LIMA DE AMORIM	INDFERIDO
10.049/2026	DANUSA VANESSA PENA QUARESMA	INTEMPESTIVO
8.697/2026	JOSÉ ALBERTO JUCA NETO	INDEFERIDO
11.816/2026	ARINALDO LIMA DE AMORIM	INDEFERIDO
11.828/2026	ARINALDO LIMA DE AMORIM	INDEFERIDO
7.930/2026	VALDEZ AMORIM DE ALMEIDA	INTEMPESTIVO
11.781/2026	ARINALDO LIMA DE AMORIM	INDEFERIDO
11.782/2026	ARINALDO LIMA DE AMORIM	INDEFERIDO
11.827/2026	ARINALDO LIMA DE AMORIM	INDEFERIDO
11.824/2026	ARINALDO LIMA DE AMORIM	INDEFERIDO
7.931/2026	VALDEZ AMORIM DE ALMEIDA	INTEMPESTIVO
14.083/2026	EDWANIA HELENA LIMA DA SILVA DE ANDRADE	DEFERIDO
7.918/2026	VALDEZ AMORIM DE ALMEIDA	INTEMPESTIVO
10.102/2026	CLEBSON DOS SANTOS VIEIRA	INDEFERIDO
10.303/2026	CLEBSON DOS SANTOS VIEIRA	DEFERIDO
12.109/2026	MARIA FABIANA SILVA DIAS DE ARAUJO	INDEFERIDO
13.443/2026	ROMULO ROBLEDO FERREIRA	INDEFERIDO
10.099/2026	CLEBSON DOS SANTOS VIEIRA	INDEFERIDO
7.505//2026	PH DA SILVA FERREIRA	DEFERIDO
7.922/2026	VALDEZ AMORIM DE ALMEIDA	INTEMPESTIVO
7.919/2026	VALDEZ AMORIM DE ALMEIDA	INTEMPESTIVO
9.670/2026	SONIA REGINA COELHO PACHECO	INDEFERIDO

Macapá-AP, 02 de Outubro de 2026.

Adriana Simone Magalhães Reis
Secretária Geral-JARI/CTMac
Portaria nº 173/2026-CTMac